

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE LINGUAGENS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE LINGUAGEM**

LEANDRO JOSÉ DO NASCIMENTO

**CONQUISTAR A AMAZÔNIA, REPETIR O SONHO
EUROPEU:
A experiência discursiva da Gleba Celeste em Mato Grosso**

**CUIABÁ-MT
2023**

2023

**LEANDRO JOSÉ DO NASCIMENTO
CONQUISTAR A AMAZÔNIA, REPETIR O SONHO
EUROPEU: A EXPERIÊNCIA DISCURSIVA DA GLEBA
CELESTE EM MATO GROSSO**

UFMT

LEANDRO JOSÉ DO NASCIMENTO

**CONQUISTAR A AMAZÔNIA, REPETIR O SONHO EUROPEU:
A experiência discursiva da Gleba Celeste em Mato Grosso**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal de Mato Grosso como requisito para a obtenção do título de Doutor em Estudos de Linguagem na Área de Concentração Práticas Textuais e Discursivas.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Zolin-Vesz

**CUIABÁ-MT
2023**

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.

N244c Nascimento, Leandro José do.

Conquistar a Amazônia, repetir o sonho europeu [recurso eletrônico] : a experiência discursiva da Gleba Celeste em Mato Grosso / Leandro José do Nascimento. -- Dados eletrônicos (1 arquivo : 170 f., il., pdf). -- 2023.

Orientador: Fernando Zolin-vesz.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Linguagens, Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem, Cuiabá, 2023.

Modo de acesso: World Wide Web: <https://ri.ufmt.br>.

Inclui bibliografia.

1. Discurso. 2. Eurocentrismo e Colonização. 3. Colonização da Amazônia. 4. Gleba Celeste. 5. Sentidos sobre a Colonização. I. Zolin-vesz, Fernando, *orientador*. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDO DE LINGUAGEM

FOLHA DE APROVAÇÃO

TÍTULO: CONQUISTAR A AMAZÔNIA, REPETIR O SONHO EUROPEU: A experiência discursiva da Gleba Celeste em Mato Grosso

AUTOR: DOUTORANDO LEANDRO JOSÉ DO NASCIMENTO - MATRÍCULA N. 224201910

Tese defendida e aprovada em 29 de maio de 2023.

COMPOSIÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

1. DOUTOR FERNANDO ZOLIN VESZ (PRESIDENTE BANCA / ORIENTADOR)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

2. DOUTORA SOLANGE MARIA DE BARROS (MEMBRO INTERNO)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

3. DOUTORA CAROLINA AKIE OCHIAI SEIXAS LIMA (MEMBRO INTERNO)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

4. DOUTORA VALERIA IENSEN BORTOLUZZI (MEMBRO EXTERNO)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FRANCISCANA - UFN

5. DOUTORA CRISTINNE LEUS TOMÉ (MEMBRO EXTERNO)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO

6. DOUTOR ROBERTO LEISER BARONAS (SUPLENTE)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

7. DOUTORA THAYSE FIGUEIRA GUIMARÃES (SUPLENTE)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

Cuiabá, 29 de maio 2023



Documento assinado eletronicamente por **Valeria Iensen Bortoluzzi, Usuário Externo**, em 01/06/2023, às 09:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO ZOLIN VESZ, Docente da Universidade Federal de Mato Grosso**, em 01/06/2023, às 12:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cristinne Leus Tomé, Usuário Externo**, em 01/06/2023, às 17:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **CAROLINA AKIE OCHIAI SEIXAS LIMA, Docente da Universidade Federal de Mato Grosso**, em 03/06/2023, às 08:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **SOLANGE MARIA DE BARROS, Docente da Universidade Federal de Mato Grosso**, em 10/07/2023, às 15:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufmt.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5797649** e o código CRC **88B0D075**.

À Rosângela, minha mãe, e Luis, meu pai.

Luiz Carlos, Marcela e Pedro, irmão, cunhada e sobrinho, nessa ordem.

AGRADECIMENTOS

Nem todas as palavras escritas aqui nesta seção poderiam esgotar o desejo de expressar os mais cordiais e sinceros agradecimentos àqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para que fosse possível chegar à tal etapa. Em um primeiro momento, agradeço à minha família por compreender que o caminho da pós-graduação em níveis mestrado e doutorado é solitário, cansativo e individual. A meus pais, Luis e Rosângela, e minha avó, Rosalina, devo o mais sincero e profundo agradecimento por estarem ao meu lado e compreenderem os motivos de minhas inúmeras ausências, do não comparecimento em muitas reuniões de família, momentos de lazer e mesmo de interação que foram sacrificados durante estes anos todos de trabalho. Sentimento que manifesto também a meu irmão Luiz Carlos, minha cunhada Marcela e meu sobrinho Pedro, que ao longo desses últimos anos acompanharam minhas angústias, meus distanciamentos em nome de um propósito – concluir essa etapa de doutoramento.

Igualmente, a cada amigo e amiga que deixei de estar próximo e também compreendiam o porquê de haver um afastamento. Em especial, aqui nomino Andressa e Raul, amigos-irmãos de uma vida toda e que sempre foram grandes incentivadores desse meu percurso acadêmico. Não foram poucas as ocasiões nas quais dialogamos sobre a vida de pós-graduação, as alegrias, as tristezas e os desafios de quem trilha essa jornada. Hoje, dedico também a conclusão dessa etapa a vocês dois. Ao também amigo-irmão Adriano Araújo, grande incentivador de minha trajetória acadêmica e com quem aprendi sobre as possibilidades da vida universitária. Obrigado por se fazer presente em momentos decisivos de minha trajetória e não me deixar desistir, mesmo quando o cansaço prevaleceu. Suas palavras foram a motivação necessária para eu chegar aonde cheguei. A Marcelo Harger, meu também grande amigo, a quem recorri inúmeras vezes em momentos de falar sobre a pós-graduação e sobre meu trabalho. Gratidão por também se fazer um ponto de apoio ao longo dessa imersão. Isabela Catharino, a quem faço questão de mencionar em meus agradecimentos como uma grande amiga e incentivadora. Obrigado por se fazer presente em minha vida de forma que a jornada pudesse ser também leve, suave, divertida. Afinal, falar sobre educação, sobre discurso, sobre possibilidades acadêmicas nos enche os olhos. E isso tudo melhor quando acompanhado de um café.

Aos meus colegas de aulas no Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem (PPGel) com os quais foram realizadas inúmeras conversas durante o período de disciplinas em Cuiabá. Dentre todos, aos colegas do Grupo de Pesquisa GPLeD o meu muito obrigado: Danielli, Alinee, Viviane, Márcio, Adriana, Monalliza, Nilda, Sandra, Marcos, Julian, entre outros que passaram por este grupo liderado pelo professor doutor Fernando Zolin-Vesz. Colegas estes com os quais aprendi também.

Às amigadas que a vida acadêmica nos presenteia, brindemos. Com especial carinho à amiga Bonninne Monalliza Brun Moraes, carinhosamente chamada de Mona, e que desde a época do Mestrado em Letras em Sinop tenho o privilégio de tê-la em meu círculo de amizades pessoais e acadêmicas. Seguimos juntos também no doutorado, tendo o privilégio de sermos, além de colegas de pós-graduação, de grupo de pesquisa, bem como todos orientandos do professor doutor Fernando Zolin-Vesz. Não foram apenas uma, duas ou três madrugadas que tivemos a oportunidade, Mona e eu, de dialogarmos sobre nossas pesquisas, de recorrer um ao outro em momentos de dúvidas, de aflição, mas também de alegrias. Um verdadeiro ponto de apoio e de sustentação ao longo dos últimos anos.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal de Mato Grosso pelas disciplinas ministradas e que ajudaram de grande proporção a realizar a conexão entre a teoria e a pesquisa no dia a dia.

Ao meu orientador, professor doutor Fernando Zolin-Vesz, a quem digo só ter conseguido avançar para esta fase de defesa por conta de seu direcionamento, cobrança, exigências e incentivos. Suas palavras, associadas às suas ações, foram, ao mesmo tempo, acadêmicas e amigas, mesclando a cobrança protocolar e a compreensão por um sujeito humano que passei a admirar há alguns anos, quando de nosso primeiro contato. Sem a sua orientação, nada deste trabalho seria realizado. Por isso, levarei seus ensinamentos para uma vida toda e, assim como ele, espero poder contribuir de igual maneira com a vida de meus alunos.

À juventude que inspira, motiva e nos proporciona novos aprendizados constantemente: meus queridos acadêmicos do curso de Cinema e Mídias Digitais da Faculdade de Tecnologia de Sinop – Faculdade FASTECH.

Aos professores doutores Cristinne Leus Tomé, Valéria Iensen Bortoluzzi, Solange Maria de Barros, Thayse Guimarães, Roberto Baronas e Carolina Lima por aceitarem o convite para compor a banca de doutorado e manifestarem suas considerações e apontamentos em relação à pesquisa.

Ao senhor Alair Antônio Elgert, proprietário e fundador do Jornal Hoje e que ainda à época do mestrado permitiu-me acessar o acervo do periódico jornalístico. Ouvir suas histórias sobre o funcionamento do jornal, os desafios da atividade de imprensa nas décadas de 1980 e 1990 é imergir por esse universo da comunicação no município de Sinop. Uma oportunidade ímpar de conhecer uma pessoa pioneira e empreendedora do ramo da comunicação.

Por fim, a todos que de alguma maneira estiveram próximos a mim eu deixo aqui já registrado os meus agradecimentos.

“Para Lindolfo, conquistar a Amazônia era seguir o sonho dos avós, que tinham vindo da Europa” para conquistar o Brasil. ‘Conhecer e conquistar novas terras, estava no sangue da gente’. Montou uma serraria e prosperou.” (Jornal Hoje, edição 17, 16 a 30 de setembro de 1989).

RESUMO

Esta pesquisa de base qualitativa, interpretativa e documental busca discutir os sentidos mobilizados sobre a colonização da Amazônia Brasileira, a partir do exemplo da Gleba Celeste fundada em Mato Grosso ainda na década de 1970, atentando-se às relações de proximidade e/ou distanciamento ao sentido eurocêntrico de colonização e de progresso. A metodologia adotada baseia-se em análise temática, tendo como *corpus* dois documentos principais a partir dos quais são realizadas as interpretações de reportagens e a própria narrativa de fundação da Gleba Celeste: o periódico impresso Jornal Hoje (1988-1998) de Sinop e o depoimento do empresário Enio Pipino ao Museu da Imagem e do Som de São Paulo (MIS). A pesquisa recorre a teóricos como Michel Foucault, Luiz Paulo da Moita Lopes, Branca Falabella Fabrício, entre outros, para se promover uma abordagem discursiva sob a ótica da Linguística Aplicada Indisciplinar. A discussão transdisciplinar envolve ainda autores como Darci Ribeiro, Hamid Dabashi, Anibal Quijano e Walter Mignolo, a partir dos quais são observadas questões como eurocentrismo e colonialidade, abordando o diálogo entre a Europa e a Amazônia brasileira. Os resultados evidenciam que as práticas discursivas na colonização da Amazônia brasileira evocam memórias eurocêntricas, ratificando a visão de pioneirismo e propagando relações de poder. Conclui-se que a lógica eurocentrada se mantém presente no processo de implementação da Gleba Celeste, reforçando a necessidade de uma abordagem crítica sobre a história da colonização na Amazônia brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso; Eurocentrismo e Colonização; Colonização da Amazônia; Gleba Celeste; Sentidos sobre a Colonização.

ABSTRACT

This qualitative, interpretive, and documentary-based research aims to discuss the meanings mobilized regarding the colonization of the Brazilian Amazon, based on the example of Gleba Celeste founded in Mato Grosso in the 1970s, paying attention to the relationships of proximity and/or distance to the Eurocentric sense of colonization and progress. The adopted methodology is based on thematic analysis, with two main documents serving as the corpus for interpreting news reports and the narrative of Gleba Celeste's foundation: the printed newspaper *Jornal Hoje* (1988-1998) and businessman Enio Pipino's testimony to the Museum of Image and Sound in São Paulo (MIS). The research draws on theorists such as Michel Foucault, Luiz Paulo da Moita Lopes, Branca Falabella Fabrício, among others, to promote a discursive approach from the perspective of Indisciplinary Applied Linguistics. The transdisciplinary discussion also involves authors such as Darci Ribeiro, Hamid Dabashi, Anibal Quijano, and Walter Mignolo, from whom issues such as Eurocentrism and coloniality are observed, addressing the dialogue between Europe and the Brazilian Amazon. The results show that the discursive practices in the colonization of the Brazilian Amazon evoke Eurocentric memories, ratifying the vision of pioneering and propagating power relations. It is concluded that Eurocentric logic remains present in the implementation process of Gleba Celeste, reinforcing the need for a critical approach to the history of colonization in the Brazilian Amazon.

KEYWORDS: Discourse; Eurocentrism and Colonization; Colonization of the Amazon; Gleba Celeste; Meanings of Colonization.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Política de colonização do Estado brasileiro por período e governo.	47
Quadro 2: A formação político-administrativa dos núcleos da Gleba Celeste	52
Quadro 3: Sistematização de materiais jornalísticos no Jornal Hoje	96
Quadro 4: Total de materiais jornalísticos	100
Quadro 5: Quantitativo temporal de materiais	100
Quadro 6: Reportagens selecionadas	103
Quadro 7: Excertos para a interpretação de dados	104
Quadro 8: Sistematização dos temas	105
Quadro 9: Sistematização causa e efeito de sentidos (1988 e 1989)	116
Quadro 10: Sistematização causa e efeitos de sentidos (1990 a 1994)	124
Quadro 11: Sistematização causa e efeito de sentidos Gleba Celeste	145

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Abertura da Gleba Celeste em 1972	56
--	----

SUMÁRIO

Apresentação um tanto quanto pessoal: o meu porquê.....	17
1 INTRODUÇÃO	21
1.1 Situando o <i>corpus</i> de pesquisa.....	25
1.2 Questões norteadoras	26
1.3 Objetivos.....	27
1.4 A estrutura em capítulos	27
2 DA EUROPA À GLEBA CELESTE	30
2.1 Europa e a colonização do pensamento.....	30
2.2 Um espaço chamado Amazônia	43
2.3 A Gleba Celeste como projeto de colonização.....	51
2.4 O sulista e a ascendência europeia	59
2.5 Uma questão de discurso.....	65
3 DA PESQUISA, DO PERCURSO, DO PESQUISADOR.....	70
3.1 Das (in)conclusões no/pelo percurso científico	71
3.2 (Des)construindo percursos: a Linguística Aplicada e seu caráter transdisciplinar....	75
3.3 As perspectivas de pesquisa em Linguística Aplicada.....	86
3.4 A pesquisa qualitativa interpretativista	89
3.5 A análise temática e o <i>corpus</i> da pesquisa	93
4 CONQUISTAR A AMAZÔNIA, REPETIR O SONHO EUROPEU.....	107
4.1 A colonização e as relações de poder.....	107
4.2 Tema 01: Bandeirantismo e pioneirismo protagonistas	107
4.3 Tema 02: Imensa Amazônia precária e o sonho europeu.....	108
4.4 Tema 03: Competência da colonização para a luz	118
4.5 Tema 04: A luz se apaga	126
4.6 Criador e Criatura.....	133
4.7 Tema 05: Criador e Criatura.....	134
CONSIDERAÇÕES FINAIS	148
REFERÊNCIAS.....	161

APRESENTAÇÃO UM TANTO QUANTO PESSOAL: O MEU PORQUÊ.

A maior capacidade do ser humano é a de se reinventar. Isto em diferentes aspectos e frentes, seja nos planos pessoal ou mesmo profissional e que, indiretamente, misturam-se e estão em posição entremeio para uma determinada direção. Por si só, reinventar-se equivale a um exercício de atribuir sentidos “sobre” e “em relação à”, reverberando profundamente em memórias, interpretações, na homogeneidade e estabilidade na qual fomos construídos e que durante boa parte de nossas vidas predominaram uniformemente. Lemos o mundo de forma diferente, nos posicionamos de igual maneira, mesmo sem nos darmos conta que nossas interpretações não resultam de algo individual, mas são construídas com base em conjunções históricas, sociais, a partir das experiências de vida que nos permitem fazer leituras, ou mesmo nos questionar sobre aquilo que ao nosso redor está inscrito e situado.

Digo isto na tentativa de reconhecer que após um longo tempo de reflexão, nunca em minha vida essa questão do “reinventar-se” provocou tamanha reflexão, debate, inquietações e mesmo frustrações, ocupando uma parte fundamental de quem sou e daquilo que me constitui. A começar propriamente pela cena acadêmica, pela vida de pesquisador, que, ao se situar em um mundo social, também é levado a interpretar e produzir sentidos “acerca de”, estando em um permanente processo de construção e reconhecimento de si próprio e daquilo que observa. Sim, reconheço o quão doloroso esse processo é, de sofrimento evidente, mas que, ao mesmo tempo, faz desmistificar paradigmas, objetos e enxergar o mundo sob um prisma diferente. Afinal, por qual razão trazer tais questões, demonstrando em certa parte tal fragilidade evidente? Porque em uma comparação com mundo das artes, isto não deve estar por detrás das cortinas, escondido, sem ser observado, mas sim figurar como um elemento principal para quem lê aquele roteiro: reconhecer as dores, as (in)certezas, mas também as alegrias para perceber aquilo que pode ser o insumo para a transformação.

Por vezes, perguntei a mim mesmo sobre qual a importância de se discutir, sob a ótica da linguagem, questões como a da colonização da Amazônia, ocorrida especialmente nos idos da década de 1970, bem como a da criação de projetos colonizatórios que, mais tarde, resultaram no surgimento de determinadas cidades. Considerando que à época eu sequer havia nascido. Não foram poucas as vezes também que interroguei a efetiva contribuição desta pesquisa para a cena científica, uma vez que inúmeros outros pesquisadores já se debruçaram sobre questões pertinentes à Amazônia ou, então, a um dos projetos que em particular me traz tanta curiosidade: Gleba Celeste, em Mato Grosso. Sem cair na ilusão de buscar uma rota melhor a alguma outra estabelecida, discutir os benefícios ou malefícios da ação colonizatória

em nosso país, muito menos apontar heróis ou vilões, talvez a resposta mais pertinente seja que a real motivação de se trabalhar com tudo isso derive de uma inquietação particular: uma pesquisa motivada por necessidades histórico-pessoais nas quais me insiro. Nelas estão, indiretamente, um pedaço de minha história de vida, de meus familiares, não algo distante ou abstrato. Reconheço, contudo, que só descobri isso com o tempo, no decorrer do amadurecimento pessoal, intelectual, acadêmico e que estão em permanente movimentação. Não é mera coincidência escolher tal questão para se trabalhar, visto que, por si só, ela também coloca em evidência a face mais interrogadora do pesquisador em busca de satisfazer suas motivações pessoais e históricas. Uma pesquisa cujo ponto de partida se dá a partir da sócio-histórica na qual se está inserido.

Assim como muitos outros migrantes que para a região Norte de Mato Grosso se mudaram ainda na década de 1970, atraídos pela oferta de terras férteis e disponíveis para se fixar moradia e constituir família, semelhante foi a razão que motivou meus familiares a realizarem a mesma manobra. Meus avós e meus pais embarcaram rumo a Mato Grosso e em 1972 chegaram a Colíder, na mesma região. Lá, o casal Rosangela e Luis teve dois filhos, Luiz Carlos e Leandro, mas não demorou muito para que a busca por condições melhores de vida às crianças os levasse, em 1993, a se mudar para Sinop, uma das cidades fundadas a partir do projeto de colonização Gleba Celeste, a pouco mais de 100 quilômetros de Colíder. A saber: na Gleba Celeste foram fundadas, além de Sinop, as cidades de Vera, Santa Carmem e Cláudia. Todas iniciaram como núcleos urbanos, mas logo ganharam autonomia política e administrativa e se transformaram em cidades. Desde então, cada qual passou a ser chamada pelo próprio nome e o termo Gleba Celeste acabou restrito aos anais históricos do município.

Criada sob os holofotes da colonização particular, ou seja, por uma empresa particular que após anos atuando no Paraná também se deslocou para Mato Grosso, em busca de expandir seus negócios, Sinop sempre figurou como uma cidade derivada do êxito da colonização e foi nela onde as duas crianças cresceram e se formaram como pessoas, profissionais, filhos e moradores. Ao mesmo tempo, há de se reconhecer a interpelação ao discurso que tomou a cidade como um arrojado empreendimento onde é possível se desenvolver e ser feliz, sendo os sentidos produzidos sobre a cidade nesta direção. Decorrida a infância, a adolescência e a juventude, já na fase de pós-formação universitária em Jornalismo, vestígios de uma memória discursiva (tão viva) pareciam continuar mobilizando esse(s) discurso(s) sobre a cidade, remetendo-os, ainda, à época da colonização e do colonizador. Indiretamente, questões como a da colonização apareciam sempre nas falas, nas referências feitas à cidade, independentemente de onde fossem surgir: um texto de jornal, uma

entrevista, um anúncio publicitário, uma conversa informal com pessoas que para o município se mudaram ainda na época de sua abertura.

Essa inquietação por Sinop logo tomou forma no mestrado, quando, novamente, a questão figurou como principal na pesquisa realizada entre 2016 e 2018, intitulada “(Re)ler o impresso Jornal Hoje: o discurso da construção de uma terra de progresso e oportunidade em Sinop – Mato Grosso”. Naquela oportunidade, tal trabalho proporcionou um conforto momentâneo em se trabalhar com Sinop e discutir os sentidos de progresso e oportunidade a ela relacionados, mas, ao mesmo tempo, pareceu apenas ter reforçado a existência de uma lacuna sobre a qual estão muitas outras questões, aberturas e possibilidades de se dialogar e assim produzir conhecimento, uma vez que as próprias conclusões do trabalho abriram margem para outras interrogações. Destaco, em especial, uma delas: a partir do *corpus* de pesquisa à época, e que compreendia um conjunto de textos jornalísticos veiculados de 1988 a 1998, apontou-se que para produzir sentidos sobre Sinop, a colonização, enquanto acontecimento histórico, era recuperada para significar a cidade, isto é, servindo como esteio, pois é diante da manutenção dos ideais de um fundador que parece se manter na rota do desenvolvimento pretendido.

Em 2018, enquanto finalizava minha dissertação de mestrado, a alegria de concluir um ciclo mesclava-se com a inquietação de que eu talvez poderia ter feito mais. Foi então que percebi como trabalhar com essa temática me faz enxergar um pouco de mim e daqueles que me criaram. Percebo que minha vida pessoal e acadêmica deu muitas voltas até chegar a esta tese que, como afirmado logo na etapa inicial, compreende também um exercício de reinvenção, de uma outra tentativa de se compreender, mesmo que minimamente, a opção feita e o porquê.

Enuncio de uma posição marcada por uma sócio-história, por vozes que me atravessam e que me ajudam neste permanente exercício, mas sem tentar produzir sentidos que reconheço serem transitórios, nem verdadeiros, nem falsos, apenas adequados à uma prática, vivência, em sua determinação histórica. Por isso, o próprio ato de conceber esse trabalho considera-se predominantemente necessário. Para enunciar, busco reconhecer a minha história como sujeito que se constitui por memórias, desejos, ciente das lacunas e consciente da não transparência da linguagem, posicionando-me sobre quem sou, de onde vim e o porquê de minhas escolhas. Pareço-me até mesmo encontrar conforto na própria escolha teórica para condução deste trabalho, encontrando inspiração e até mesmo semelhanças em um campo do conhecimento que afirma a importância e o papel da sócio-história do pesquisador para o estabelecimento de objetos de estudo, da transdisciplinaridade e abertura a

outras áreas, não concebendo o conhecimento em caixas fechadas, mas sim abertas. Estou falando da Linguística Aplicada que conecta o pesquisador e o sujeito humano que fala.

Ao escolher a Linguística Aplicada como central à investigação, digo que a questão da interpretação assume grande destaque. No entanto, a interpretação aqui não se refere a um modo de realizar pesquisa a partir do ‘fazer-se constar a subjetividade do pesquisador, sem amparo e diálogo teórico para tal’, mas, sim, entender que essa própria interpretação à qual aludo tem relação com uma nova perspectiva epistemológica quanto à natureza das pesquisas construídas sob a perspectiva da Linguística Aplicada, seguindo o percurso teórico estabelecido por Moita Lopes (1994): a pesquisa de base interpretativa que não ignora a visão daqueles que fazem parte de um mundo social. A própria condição de existência da Linguística Aplicada pressupõe a interpretação dos inúmeros significados do mundo social.

Retornando-se ao contexto dessas poucas palavras descritas em um tom mais pessoal e ainda tratando do processo de reinvenção, assumo tal posição no próprio ato de escrita do trabalho, a partir da adoção de um tom mais próximo, íntimo, e por meio do qual se possa percebê-lo a partir de uma primeira pessoa (eu) e não uma forma distante (ele). Reconheço que a própria maneira de assim caminhar pode causar certo estranhamento e desconforto àquele que lê esse itinerário. Entretanto, vislumbro tal cenário como fundamental também para esse complexo processo de amadurecimento e de posicionamento enquanto um sujeito marcado por uma sócio-história.

Por fim, digo serem estas palavras apenas iniciais e não finais, já estabelecendo o alerta de que, neste momento, não falo em teorias, muito menos em conceitos, apenas posiciono-me um tanto quanto pessoalmente sobre aquilo que gostaria de dizer acerca da própria natureza e condição da pesquisa, encontrando o conforto nas palavras necessárias para também dizer quem sou, o que desejo e o porquê.

1 INTRODUÇÃO

Tratar da Gleba Celeste, um dentre os vários projetos de colonização instituídos em meio à Amazônia brasileira na década de 1970, por si só, desperta uma curiosidade natural e ajuda a compreender a dualidade de um país gigante, mas pouco conhecido pela sua própria gente, pelo seu próprio povo. Não longe de tal questão, compreender também a história da colonização brasileira, especialmente em regiões como a da Amazônia, tem se mostrado uma tarefa complexa.

É uma missão árdua, aos pesquisadores, trazer à cena científica faces da Região Amazônica: por meio desta, também é possível compreender a história e a cultura brasileira, mas por se localizar afastada do eixo “não central” do restante do país, muitas vezes não está sob os holofotes acadêmicos, atribuída à zona do desconhecimento.

Logo, a curiosidade gerada em torno da Gleba Celeste e outros projetos de colonização na Amazônia não é apenas natural, mas encontra fundamento para a compreensão completa de um dos períodos mais importantes para a história brasileira e que tem relação com a própria formação do Brasil.

Falar em Gleba Celeste também significa trazer à cena uma iniciativa de colonização privada realizada na região Norte do Estado de Mato Grosso e que resultou na fundação de quatro municípios, sendo eles Cláudia, Vera, Sinop e Santa Carmem, situados em um importante centro econômico dessa Unidade da Federação sob influência da rodovia federal BR-163. E sobre tal área está o meu interesse, isso é, sobre tal projeto debruço a atenção necessária para se fazerem responder interrogações e inquietações que esse morador possui, entre as quais: como interpretar tal região, tais cidades, tal projeto de colonização? E agora, como pesquisador da linguagem e de igual maneira: que sentidos podemos observar?

Atualmente, pesquisar ou mesmo propor reflexões sobre a colonização não se mostra uma tarefa fácil, considerando-se as inúmeras aberturas para se abordar tal questão. Cada pesquisa traz, sempre, uma perspectiva e que está associada ao desejo do pesquisador e seu direcionamento para trabalhar um dado problema, o que não significa que aquela seja uma única forma de se realizar tal investigação científica, independentemente da área ou linha de pesquisa. Para exemplificar tal característica basta considerar as diversas produções científicas que, em algum momento, fazem a conexão com “colonização”, “Amazônia”, “Sinop”, “Gleba Celeste”, em diferentes programas de pós-graduação no Brasil.

Um breve levantamento quantitativo junto ao Banco de Dissertações e Teses da Capes mostra, por exemplo, um total de 36.935 registros de trabalhos localizadas a partir da consulta pela palavra-chave “Colonização Amazônia”; outras 3.703 por “Gleba Celeste” e mais 933 com “Sinop”, o que demonstra a amplitude. Há de se registrar que nem todas trabalham com esses recortes específicos, pois na base de dados as pesquisas são apresentadas de maneira geral e, em algum momento, nelas constam a temática, o léxico, ou figuram porque o lócus de investigação e o recorte do pesquisador apresentam relação com as palavras. Mesmo em perspectivas diferentes, as contribuições de cada autor são inegáveis, pois, cada qual a seu modo, contribuiu para a geração de conhecimento acerca de dada questão, dada realidade, procurando responder específicas questões e não esgotando as inúmeras possibilidades.

Um olhar mais atento ao próprio banco de dados aproxima um conjunto de autores que trouxe para suas pesquisas a questão da Amazônia, da colonização enquanto um aparato administrativo incentivado pelo governo, ou mesmo pontos mais amplos, observando-se os reflexos e impactos nas transformações geográficas, históricas e demais. Trabalhos que fomentaram a discussão sobre tal período histórico sob o prisma da Geografia, da História, da Sociologia, da Linguística, da Literatura, da Educação, da Filosofia, da Antropologia, das Artes, de Letras. Outros, por sua vez, colocaram sob os holofotes as próprias políticas desenvolvimentistas implementadas na década de 1970, que foram responsáveis pelo surgimento de cidades e a intensificação no fluxo migratório para a região; outros tornaram central na investigação a geopolítica da ocupação da Amazônia; observaram os documentos oficiais dispostos pelos governos do período militar para observar os sentidos produzidos; outros estudaram as migrações, as propagandas políticas do período de governo militar, realizando uma discussão historiográfica desta época; os aspectos mais institucionais, políticos, legais e econômicos situados no processo de colonização realizada por empresas do setor privado e suas famílias; a gênese das cidades da colonização, a exemplo daquelas fundadas nas zonas colonizadas, sendo questões estas que reforçam ainda mais as contribuições de autores diversos¹.

¹ A listar, consideramos, por exemplo, Teixeira (2006), Tomé (2009), Warmling (2017), Motta (2015), Vidigal (1992), Camera Filho (2020), Lando (2003), Handa (1996), Oliveira (1998), Oliveira (1983), Soares (2020), Miguez (2009), Nascimento (2018), Pessoa (2014), Ribeiro (2013), Dias (1991), Marreiro (2002), Tafner Junior (2015), Anti (2015), Silva (2015), Rezende (2006), Barrozo (1992), Vitali Joanoni (2001, 2004), Margarit (2012), Neves (2009), Araújo (2007), Arruda (1997), Oliveira (1983), Rocha (2006), Rohden (2012), Pitombo-Oliveira (2001), Pitombo-Oliveira et al. (2013) Philippsen (2007), Panosso Neto (2001), Marreiro (2002), entre outros.

A preocupação com as pesquisas realizadas no contexto da Amazônia brasileira também já subsidiou a realização de outros importantes trabalhos², o que reforça a importância deste espaço também como um profícuo ao desenvolvimento de pesquisas acadêmicas.

Dito isso, reafirmo que o meu interesse de pesquisa está vinculado à uma região extremamente importante e compreendida como polissêmica, visto que, a partir da posição de quem enuncia – ora colonizador, ora migrante, ora morador – um ou mais efeitos de verdade lhes são atribuídos e/ou recuperados, (re)produzindo uma colonialidade. Uma mesma região a partir da qual inúmeras vezes podem se fazer presentes, sendo elas tanto a de pioneiros, moradores que para a localidade se mudaram, bem como quem direta ou indiretamente possui relações com a área, como aquelas de trabalho, estando essas múltiplas vezes filiadas a memórias discursivas com as quais se identificam para também enunciarem.

Apesar de ser fundada na década de 1970, a Gleba Celeste avançou de forma rápida no tocante à formação de sua macrorregião e o estabelecimento de seus núcleos urbanos que, mais tarde, se transformaram em cidades ao adquirirem autonomias política e administrativa, passando assim a operar relações comerciais e econômicas de forma independente, mas sempre conectadas à própria Gleba Celeste como projeto de colonização. Para uma cidade existir, a Gleba Celeste precisou existir. Em termos cronológicos, o primeiro núcleo criado nesse projeto foi Vera, ainda em 1972, seguido por Sinop e Santa Carmem em 1974 e, Cláudia, em 1978.

De forma geral, a própria formação e constituição da Gleba Celeste e de seus núcleos urbanos se deu a partir de intensas campanhas pró-migração realizadas no Brasil pela empresa responsável pelo empreendimento – a Colonizadora SINOP S.A – , quando, a partir da adoção de estratégias publicitárias e de comunicação, passou a vender a iniciativa em diferentes regiões do país para atrair o migrante. Ou seja, o anúncio da oferta de terras na região Norte mato-grossense e as condições proporcionadas aos que desejassem participar da iniciativa de exploração fomentou o deslocamento de pessoas oriundas de diferentes regiões brasileiras para a Gleba Celeste, especialmente, migrantes do Sul do país que residiam na mesma região onde a empresa colonizadora que criou a Gleba Celeste também operava comercialmente.

² A citar Castro et al. (2002), Cardoso e Muller (2008), Moreno (2005a, 2005b, 2007), Nascimento e Tomé (2016), Santos (2011), Souza (2004, 2008, 2015), Tomé e Korpalski (2017), Tomé, Nascimento, Câmara Filho e Brito (2017), Nascimento e Zolin-Vesz (2021), Nascimento (2018)

Por si só, o projeto de colonização sempre esteve associado à grande Amazônia, isto é, compondo parte das iniciativas de exploração comercial da região, especialmente a partir da década de 1970, quando a política de interiorização do Estado para as regiões até então pouco exploradas economicamente ganhou impulso. Sob diferentes abordagens, os empreendimentos imobiliários encontraram espaço na mídia, nas intensas campanhas publicitárias ou mesmo eram endossados por autoridades políticas e governamentais (presidentes, governadores) que visitavam a região em missões oficiais com a finalidade de se criar polos de desenvolvimento econômico para atrair moradores. Mais que se desenhar em termos espaciais, a constituição de projetos de colonização foi-se moldando também a partir de dizeres sempre relacionados a uma ou mais memória, pressupondo recuperar um sentido para se justificar outra ação. Pontos como esses abrem espaço para a realização de múltiplas pesquisas que, cada qual à sua maneira, buscam conhecer ainda mais sobre essas questões.

A Linguística Aplicada, de base indisciplinar, de terreno da desaprendizagem, colaborou para dar forma à presente pesquisa (MOITA LOPES, 2006a, 2006b; FABRÍCIO, 2006). A base metodológica é a integração entre diferentes áreas do conhecimento para se observar a linguagem em meio aos contextos diversos e do diálogo ‘transfronteira’ (FABRÍCIO, 2006), que é quando ocorre o delineamento da pesquisa. Explico.

Tratar da Gleba Celeste e da Amazônia é estar diante de um terreno que se conecta a diferentes histórias, configurações e redes de sentidos inscritas para além daqui e do agora. Lá estão vozes que recuperam e reproduzem para si o sentido necessário para fazer significar tal área, tal projeto de colonização: múltiplas vozes moldadas por práticas discursivas com as quais se é possível identificar e cujos sentidos (re)produzidos operam em constante movimento, inclusive, relacionando-se a sentidos outros que figuram para além daquele domínio espacial. Eis que falar em Amazônia, em Gleba Celeste, é muito mais que falar em termos geográficos, de cunho político, econômico, mas em uma experiência discursiva capaz de promover significados que se conectam a outros significados e, em particular, àqueles que evocam à memória, por exemplo, eurocêntrica (QUIJANO, 2009, MIGNOLO, 2017).

Nesta pesquisa há uma preocupação em se compreender as diversas manifestações produzidas sobre a região, sobre a floresta, consciente de que as fronteiras dos sentidos existentes são mobilizadas a partir de um ou mais dizer. O interesse em particular não está em discutir as estratégias que resultaram na construção

desse espaço polissêmico, mas privilegia observar como a colonização é significada a partir da instituição de projetos colonizatórios que resultaram na criação de cidades. Logo, faz-se necessário recuperar a historicidade do processo que produz interpretação sobre ele por meio da articulação entre a sócio-história do pesquisador com aquilo que se pretende investigar.

Ao se analisar o discurso histórico e o *modus operandi* da colonização vamos compreender quais as aproximações e/ou distanciamentos ocorrem entre os sentidos da colonização da Amazônia e o eurocentrismo. Ao se olhar a Amazônia brasileira, a partir da Gleba Celeste, ecoam efeitos de verdade que produzem sentidos sobre o eurocentrismo, sobre a colonialidade porque a colonização é vista como um instrumento por meio do qual as relações de poder são propagadas. E nesse ponto está a tese que a presente pesquisa passa a defender: o discurso sobre a colonização da Amazônia produz sentidos que se fundamentam na epistemologia e padrões eurocêntricos, recuperando aqui, na Amazônia, os mesmos sentidos de lá, na Europa, quando das missões exploratórias com a finalidade de se instituir novos marcos civilizatórios.

Nessa investigação, o estudo do discurso ocupa posição central, mas não um discurso visto de forma isolada, sem se ater às condições que propiciassem o aparecimento de um ou mais dizeres de forma que ele fosse proferido e exatamente ele no lugar de qualquer outro, como já dispõe a teoria de Michel Foucault (2008). Na concepção desse mesmo autor, um discurso não está desvinculado de uma genealogia histórica, ou seja, sendo dito em diferentes sociedades de modo isolado de outras relações, mas ao contrário. E, nesse ponto, destaco a importância da teoria do filósofo para essa tese, uma vez que mais que observar o discurso como um objeto linguístico, o que se busca é analisar o que condiciona o surgimento de um determinado enunciado, o que também leva ao estabelecimento de uma prática discursiva e não outra em um dado momento histórico de uma formação social. Logo, discurso na tese surge como ponto importante para essa pesquisa da área da linguagem, mas não consiste em um pilar teórico único, já que ao centro está a discussão acerca do eurocentrismo e a colonialidade.

1.1 Situando o *corpus* de pesquisa

Para pesquisar sobre a colonização da Amazônia, a partir da experiência da Gleba Celeste, e sua relação ao sentido eurocêntrico de colonização, acessei dois grupos

de materiais utilizados ainda à fase de mestrado e que no doutorado retornaram por suas interrelações: a) a experiência da colonização é vista sob a perspectiva daqueles que estiveram diretamente envolvidos em frentes dessa natureza, como no caso da Gleba Celeste, o colonizador Enio Pipino; b) o papel dos meios de comunicação no registro de uma história, mas não em termos de cronologia e sim já afetada pelo ideológico, pela ideologia desenvolvimentista, pelas imagens do progresso e do poderio econômico. A colonização é observada com base em um conjunto de textos jornalísticos veiculados no impresso Jornal Hoje de Sinop.

Dessa maneira, o *corpus* dessa pesquisa de tese é formado por enunciados produzidos mediante reportagens jornalísticas do impresso Jornal Hoje e a entrevista do colonizador Enio Pipino, acerca do episódio de fundação da Gleba Celeste. Entre esses grupos de materiais há temporalidades distintas: o jornal circulou entre os anos de 1988 e 1998 em uma das cidades da Gleba Celeste (Sinop); e a entrevista do colonizador foi concedida em 1982 ao Museu da Imagem e do Som de São Paulo.

Alguns conceitos básicos também foram delimitados: a partir do desejo de estudar as relações entre os sentidos da colonização da Amazônia com os também sentidos da colonização eurocêntrica, cita-se o Eurocentrismo. A partir da noção de discurso, investigar a produção de sentidos sobre a colonização, a fundação da Gleba Celeste e o sentido eurocêntrico de progresso. A partir da noção de colonialidade, compreender como a colonização da Amazônia se fundamenta em epistemologias também do conhecimento que se conectam aos padrões eurocêntricos e (re)produzem colonialidade, a saber do poder, saber e do ser (QUIJANO, 2005,2009; MIGNOLO, 2003, 2010, 2017, 2020).

1.2 Questões norteadoras

Há, portanto, uma pesquisa cuja temática versa sobre a colonização da Amazônia e que se dedica a interpretar como a colonização é significada, tendo como locus de investigação o projeto da Gleba Celeste. De forma a sistematizar a pesquisa, apresento aquelas que considero serem as questões norteadoras e que no decorrer da tese procurarei respondê-las:

1. Que sentidos o Jornal Hoje (1988-1998) e o colonizador Enio Pipino produzem sobre o processo colonizatório e de fundação da Gleba Celeste?

2. Que efeitos de verdade o discurso jornalístico do Jornal Hoje produz sobre a Gleba Celeste?
3. Como se estruturou/organizou o conteúdo jornalístico presente no Jornal Hoje ao longo de uma década, aludindo ao episódio da colonização e da fundação da Gleba Celeste e suas cidades?
4. Quais aproximações e/ou distanciamentos os sentidos sobre a colonização da Amazônia produzem em relação ao também sentido eurocêntrico de colonização?

1.3 Objetivos

Considerando essas questões como ponto de partida, os objetivos formulados nessa tese foram:

1. Compreender como a colonização é significada no/pelo Jornal Hoje, a partir de textos veiculados entre os anos de 1988 e 1998;
2. Apontar os efeitos de sentidos concernentes à colonização, a partir do relato do colonizador Enio Pipino sobre a fundação da Gleba Celeste em Mato Grosso;
3. Revisitar o processo histórico de fundação da Gleba Celeste e das cidades coirmãs criadas em âmbito deste projeto e sua interrelação com o pensamento europeu de colonização.

1.4 A estrutura em capítulos

Convém ressaltar o caráter transdisciplinar dessa investigação, cujo ponto de partida é ser moldada por um arcabouço teórico que perpassa os diferentes campos das Ciências Sociais na tentativa de “criar inteligibilidade sobre problemas sociais em que a linguagem tem um papel central” (MOITA LOPES, 2006a, p. 14), ajudando a compreender o fenômeno da colonização a partir do exemplo da Gleba Celeste. Razão pela qual essa pesquisa, muito mais que pertencente à área da Linguagem, é também uma pesquisa que dialoga com a história.

O trabalho filia-se ao domínio da Linguística Aplicada de caráter indisciplinar (Moita Lopes, 2006a), compreendendo um campo de investigação recente e que busca

entender o uso da linguagem como prática social para a construção do conhecimento ao estabelecer uma conexão com as Ciências Sociais.

A tese está dividida em capítulos, que são representados a seguir:

O primeiro capítulo trabalha a relação entre a Europa e a Amazônia de modo a compreender a colonização como operação administrativa e epistêmica, com o compartilhamento de um pensamento central em relação a outro. Nesse capítulo também apresento o contexto histórico da colonização da Amazônia, partindo do cenário macro, referente à política de colonização brasileira datada no Brasil, até o recorte que privilegiamos na tese e que é a Gleba Celeste e sua fundação na região Norte de Mato Grosso. O mesmo capítulo trata da relação entre o migrante que para a Gleba Celeste se mudou com sua ascendência europeia, a formação de cidades oriundas das colônias europeias, além do discurso como uma prática ordenadora do mundo social (FABRÍCIO, 2006) capaz de configurar ambientes e produzir espaços. A distribuição é realizada da seguinte maneira: “Europa e a colonização do pensamento”, “Um espaço chamado Amazônia” e “A Gleba Celeste como projeto de colonização”; “O sulista e a ascendência europeia”, “Uma questão de discurso”.

O segundo capítulo traz o Estado da arte da Linguística Aplicada e a perspectiva metodológica. Nessa etapa reforço a necessidade de se construir um percurso de investigação pautado na compreensão do mundo que nos constitui, na história social do pesquisador e que também se relaciona com a interpretação de dados. Logo, esboça-se a figura de um pesquisador cujo *ethos* é constituído por questionamentos que dirigem sua formação e escolha de percursos. Trata-se não de um único modo de fazer pesquisa, mas como bem define Moita Lopes (2006a, 2006b), uma construção sócio-discursiva, uma realidade construída discursivamente. A constar, essa etapa inicial apresenta-se composta pelos seguintes subcapítulos: “Das (in)conclusões no/pelo percurso científico”, “(Des)construindo percursos: a Linguística Aplicada”, “As perspectivas de pesquisa em Linguística Aplicada” e “Um olhar Metodológico e a formação da pesquisa”.

O capítulo dedica parte de sua composição ao aprofundamento teórico, apresentando o referencial da Linguística Aplicada como um pilar para se compreender como a própria composição e estruturação dessa pesquisa são moldadas. Ainda, reserva espaço à discussão metodológica, com toda a elaboração da pesquisa, bem como preceitos de sua natureza. Nessa etapa explico o porquê de ser essa uma investigação filiada à natureza interpretativa, baseada na discussão a respeito da pesquisa

interpretativista na Linguística Aplicada trabalhada por Moita Lopes. Igualmente, trato do aspecto qualitativo e a ligação entre o pesquisador e o objeto estudado. Como apontam Denzin e Lincoln (2006), pesquisadores qualitativos enfatizam e buscam soluções para questões que reforçam o modo como a experiência social é criada e por sua vez, adquire significados mediante a observação de distintos materiais empíricos, a constar aqui textos, reportagens, documentos oficiais que serão trazidos nessa tese.

Já o terceiro capítulo é dedicado à fase da interpretação de dados, em conexão ao preceito de interpretação de Moita Lopes (1994). A seção é dedicada à apresentação dos enunciados gerados, a partir das seguintes temáticas: a) Bandeirantismo e pioneirismo protagonistas; b) imensa Amazônia precária e o sonho europeu; c) competência da colonização para a luz; d) a luz se apaga; e, e) criador e criatura. Por fim, a etapa de Considerações Finais trabalha com as perguntas da tese, respondendo-as de maneira articulada, a partir das discussões e diálogos estabelecidos entre a teoria e a interpretação de dados.

2 DA EUROPA À GLEBA CELESTE

Neste capítulo adoto como ponto de partida a aproximação entre a Europa e a Amazônia de modo a entender que, paralelamente à colonização de espaços, a colonização epistêmica também ocorrera, abrindo margem para a adoção de um pensamento central em detrimento de outro e que se expandiu sobre diversas nações. O centro estende para as outras localidades não apenas o domínio político e administrativo, mas, também, o do conhecimento. A discussão teórica é amparada por autores como Quijano (2005, 2009), Mignolo (2006, 2010, 2020), Ribeiro (2021), Iglésias (1992), Arbex Júnior (2005), Dabashi (2019), Escobar (2004); Wallerstein (2007).

Concluindo a etapa realizo uma retomada sócio-histórica acerca do processo de colonização brasileira, com ênfase na Amazônia e o estabelecimento de projetos para o recebimento de moradores — a constar a Gleba Celeste, amparando-me em autores como Tavares de Souza (1993), Nascimento (2018), Guimarães Neto (2002), Moreno (2005a; 2005b), Rocha (2006), Oliveira (1983), Nascimento e Zolin-Vesz (2021), Pipino (1982). Essa consiste em uma etapa para se compreender os traços da colonização brasileira como reprodutores de uma colonialidade (re)produzida e recuperada para se aludir às áreas da Amazônia.

2.1 Europa e a colonização do pensamento

Falar em Amazônia nos tempos atuais compreende um exercício mais amplo, de retorno à uma história que é anterior à própria constituição e formação do espaço amazônico. Tratar da Amazônia implica em não visualizá-la de forma isolada e alheia a um contexto, mas um exercício de interrelacioná-la a um passado também recente e que remonta à própria colonização europeia, que desde o período Brasil Colônia (séculos 16 e 17) fundamentou a construção de imagens, representações e narrativas sobre esta área/região, sobre o desconhecido, sobre o lugar de natureza intocada (DIEGUES, 1996, GONDIM, 2019), ou ainda, como pontua Câmara Filho (2020, p. 17), nutriu “a narrativa histórica de uma ‘dádiva da natureza’”.

Isso significa que para falar da Amazônia de hoje é preciso enxergá-la em um contexto que lhe é anterior e cujo ponto de partida se relaciona à historiografia dos séculos 15 a 17, no qual se destacou um movimento expansionista tanto no aspecto

geográfico quanto na identificação de novas terras e novos povos, com o propósito de se promover o alargamento dos horizontes político, econômico e geográfico (IGLÉSIAS, 1992). Neste contexto insere-se a lógica da expansão para a América a partir das frentes colonizatórias capitaneadas pelos espanhóis e portugueses. Iglésias (1992, p. 26), ao discorrer sobre a chegada dos europeus às Américas, faz referência à incursão realizada pela Espanha, por meio do navegador Cristóvão Colombo. Explica o autor que:

Destaque-se, no surto expansionista, o aspecto geográfico, com a revelação de novas terras; no caso de 1492, não de uma ilha ou simples parte, mas de um continente até então desconhecido. Este resulta da viagem de Cristóvão Colombo naquele ano. O feito é digno de nota, decorreu de uma idéia fixa que o obcecava, ou seja, chegar ao Oriente pelo Ocidente, fantasiosa para a maioria de seus contemporâneos. Perseguiu-a longamente, obteve o apoio de Castela e Aragão e pretendeu haver chegado à Índia, meta desejada como riqueza conhecida por alguns, cujos textos ou mapas foram lidos e estudados pelo navegante. Em 1492 os Reis Católicos passam a disputar com o português na ânsia de incorporação de outras terras. Portugal fazia-o há muito, por sua geografia, pelo pioneirismo nos mares e sua precoce unidade política, ainda na Idade Média, no século XII. O vizinho ibero realiza na última década a definitiva expulsão dos árabes, aí instalados desde 711, quase no começo do período medieval, bem como a dos judeus. Em momento decisivo de sua trajetória, pode entregar-se à aventura dos mares e a realiza com extraordinários feitos.

Com a chegada à América, logo os espanhóis reivindicaram a posse daquele novo território, mediante acordo estabelecido com a Igreja Católica, mas que passou a ser questionado pela coroa portuguesa, que compunha a então União Ibérica. Segundo Arbex Júnior (2005, p. 21), a assinatura do Tratado das Tordesilhas estabeleceu as bases da colonização da América, uma vez que definia a divisão das terras localizadas pelos europeus durante o período, mesmo que a maior parte da região Amazônica estivesse sob o domínio espanhol. Acerca desse período histórico, Câmara Filho (2020, p. 19) acrescenta que, após mais de um século de ocupação portuguesa e com o fim da União Ibérica,

“as investidas portuguesas para além dos limites definidos no tratado, somadas à emergência de assentamentos estrangeiros na costa norte e nordeste do país, com destaque aos franceses e holandeses, a divisão arbitrada entre portugueses e espanhóis passou a ser intensamente questionada.”

Desde o século 16 o território amazônico passou a ser objeto de disputa: “descoberta pelos espanhóis, vindos de suas colônias a oeste, a região também fora ocupada por franceses, ingleses e holandeses, em sua porção localizada mais ao leste, próxima à foz do Rio Amazonas.” (CÂMARA FILHO, 2020, p. 19). Como expõe

Arbex Júnior (2005, p. 23), a tradição europeia moldou a construção de uma imagem sobre a Amazônia desde o seu descobrimento, influenciando, inclusive, nas negociações entre os países como Portugal e Espanha. De um lado, os espanhóis possuíam a intenção de edificar um império “e isso implicou uma estratégia de destruição das grandes civilizações encontradas na região que depois seria conhecida como a América hispânica (maias, incas, astecas).” Já os portugueses, por sua vez, interessados no enriquecimento a partir dos recursos naturais disponíveis naquela terra, “apostavam na existência de imensas reservas de riquezas, como ouro e pedras preciosas, que poderiam ser investidas na expansão do domínio marítimo lusitano.” (ARBEX JR, 2005, p. 23). A própria redação da Carta de Pero Vaz de Caminha denota referências quanto à percepção do europeu sobre a Amazônia, a partir dos povos ainda selvagens e o exótico verificado na área. Destacava, à época, o documento que

Parece-me gente de tal inocência que, se nós entendêssemos a sua fala e eles a nossa, seriam logo cristãos, visto que não têm nem entendem crença alguma, segundo as aparências. E portanto se os degredados que aqui hão de ficar aprenderem bem a sua fala e os entenderem, não duvido que eles, segundo a santa tenção de Vossa Alteza, se farão cristãos e hão de crer na nossa santa fé, à qual praza a Nosso Senhor que os traga, porque certamente esta gente é boa e de bela simplicidade. E imprimir-se-á facilmente neles qualquer cunho que lhe quiserem dar, uma vez que Nosso Senhor lhes deu bons corpos e bons rostos, como a homens bons. E Ele para nos aqui trazer creio que não foi sem causa. E portanto Vossa Alteza, pois tanto deseja acrescentar a santa fé católica, deve cuidar da salvação deles. E prazerá a Deus que com pouco trabalho seja assim! Eles não lavram nem criam. Nem há aqui boi ou vaca, cabra, ovelha ou galinha, ou qualquer outro animal que esteja acostumado ao viver do homem. E não comem senão deste inhame, de que aqui há muito, e dessas sementes e frutos que a terra e as árvores de si deitam. E com isto andam tais e tão rijos e tão nédios que o não somos nós tanto, com quanto trigo e legumes comemos. [...] Esta terra, Senhor, parece-me que, da ponta que mais contra o sul vimos, até à outra ponta que contra o norte vem, de que nós deste porto houvemos vista, será tamanha que haverá nela bem vinte ou vinte e cinco léguas de costa. Traz ao longo do mar em algumas partes grandes barreiras, umas vermelhas, e outras brancas; e a terra de cima toda chã e muito cheia de grandes arvoredos. De ponta a ponta é toda praia... muito chã e muito formosa. Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande; porque a estender olhos, não podíamos ver senão terra e arvoredos – terra que nos parecia muito extensa. Até agora não pudemos saber se há ouro ou prata nela, ou outra coisa de metal, ou ferro; nem lha vimos. Contudo a terra em si é de muito bons ares frescos e temperados como os de Entre-Douro-e-Minho, porque neste tempo d'agora assim os achávamos como os de lá. Águas são muitas; infinitas. Em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, darse-á nela tudo; por causa das águas que tem! Contudo, o melhor fruto que dela se pode tirar parece-me que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar. E que não houvesse mais do que ter Vossa Alteza aqui esta pousada para essa navegação de Calicute bastava. Quanto mais, disposição para se nela cumprir e fazer o que Vossa Alteza tanto deseja, a saber, acrescentamento da nossa fé. (CAMINHA, 1963).

A narrativa, que compõe uma dentre as inúmeras realizadas acerca deste “novo mundo” “recém-descoberto”, vigorou por séculos a partir de diferentes manifestações (crônicas, artes plásticas, entre outras) e que consolidaram ainda mais o “imaginário europeu sobre a América e o Brasil em geral e a Amazônia em particular.” (ARBEX JR, 2005, p. 23). O lugar exótico, habitado por “seres fantásticos” (ARBEX JR, 2005), passível de ser colonizado pelo europeu em missões religiosas, políticas, entre outras. Maluf-Souza, Silveira e Salles (2019, p. 194), ao discutirem os primeiros sentidos sobre a língua brasileira e o processo de colonização pelo europeu, no Brasil, a partir dos vocábulos “descobrir”, “conquistar” e “barbárie”, argumentam que a memória da colonização, em especial do Brasil, possui uma relação intrínseca e mesmo necessária com as práticas de posse da terra que foram desenvolvidas. A combinação presença do colonizador europeu, associada às inúmeras representações sobre o espaço, fundamentaram a construção de sentidos. Conforme os autores,

Ao atracar em mares brasileiros, o europeu significou o território de tal modo que determinados sentidos se cristalizaram na história de constitutividade de nosso país, ressoando, mais tardiamente, nos dizeres – tanto do âmbito jurídico quanto historiográfico/literário/social – e fazendo circular imaginários específicos sobre o domínio ibérico no Brasil. (MALUF-SOUZA, SILVEIRA E SALLES, 2019, p. 194).

O que Maluf-Souza, Silveira e Salles (2019, p. 193) colocam em cena é que as próprias “idas e vindas, as estradas/paragens e os deslocamentos/viagens compõem, simultaneamente, o processo civilizatório/explorador e a criação de representações, estereótipos, identidades” como as linguísticas e os próprios “lugares discursivos, tanto para o europeu quanto para o habitante do Novo Mundo.” Em outras palavras, pode-se dizer que se está diante da própria colonização do pensamento a partir da visão eurocentrada que se espalhou sob diferentes áreas e perspectivas, ao passo que cristalizou – isto é, sedimentou – uma perspectiva e modo de se perceber tal espaço, os sentidos e também imaginários formados em relação à Amazônia. Ao tratar da Europa capitalista, Ribeiro (2021, p. 59) faz uma crítica acerca relação europeia e a instituição do pensamento que, nas palavras do autor, são sinônimo de serem o centro. A essência europeia que fundamentou e justificou ações.

Com fundamento nas novas formas de ação, nas novas instituições e nas novas ideias, o europeu reconstrói o mundo como um contexto destinado a supri-lo de bens e serviços. Saqueando as riquezas entesouradas por todos os povos, engajando para o trabalho escravo e servil centenas de milhões de

homens, a Europa pôde acumular os capitais necessários para levar à frente a Revolução Industrial, transfigurando suas próprias sociedades, renovando e enriquecendo suas cidades, engalando-se de poderes e glórias que induziriam o homem branco-europeu a ver a si próprio como o eleito da criação. (RIBEIRO, 2021, p. 59).

Segundo Ribeiro (2021, p. 60), um conjunto de elementos corroborou para construir a percepção da Europa enquanto centro e, como tal, detentora dos saberes: a tecnologia, o poderio militar, as instituições sociais e econômicas e a própria multiplicação de mercados “até integrar o mundo inteiro num sistema mercantil unificado”, fatores, que, por conseguinte, pautaram a agenda europeia para fora de seu eixo e em direção a outras nações com a finalidade de perpetuar tal modelo. A isso tudo, destaca o autor, deve-se outra somatória de fatores, a saber:

Foi, ainda, uma sempre renovada sede de saber que de tudo indagava, e mesmo quanto mais se apegava ao que parecia constituir sua verdade última, ainda voltava a duvidar e a pesquisar. Foi, também, uma vontade de autoafirmação individual que motivara milhares de aventureiros, despertando-os para o gozo da vida terrena, deles fazendo um empresariado audaz. Foi, por último, um velho corpo de tradições e crenças, redefinido para servir a uma sociedade menos preocupada com os riscos de condenação eterna do que com a expansão do reino de Deus, que era, também, a expansão do domínio europeu. (RIBEIRO, 2021, p. 60).

A própria operação de chegada às Américas não escapa à tal lógica porque, em um primeiro momento, ao encontrar nações, territórios e espaços para a ampliação de suas rotas comerciais, políticas e econômicas, a Europa instituiu missões que tinham como protagonistas os “agentes civilizadores” (RIBEIRO, 2021, p. 49), interessados em formular pioneiramente “as alterações sociais e ideológicas decorrentes de novas etapas da evolução em que ingressava a humanidade.” (Op. Cit.). Ainda de acordo com o autor, as descobertas, suas “crenças, seus ideais são, por si mesmo, menos expressões da criatividade europeia do que produtos necessários da própria evolução humana que, ali, vivia precocemente novas etapas.” O desejo de expandir formulou, de acordo com Ribeiro (Op. Cit.), noções europeias da verdade, “da justiça e da beleza”, difundindo os valores europeus às outras partes do mundo, em um sentido de reproduzir os mesmos modos de operação.

Tão poderosos pela força persuasiva de sua universalidade quanto pelos mecanismos coativos através dos quais se difundiam. No mesmo passo se espraiam pelo mundo as línguas europeias, originárias todas de um único tronco, que passam a ser faladas por maior número de pessoas que qualquer grupo de línguas anteriormente existente. Seus vários cultos, nascidos de uma mesma religião, se tornam ecumênicos. Sua ciência e as tecnologias dela decorrentes se difundem também pela terra inteira. Seu patrimônio artístico, com a multiplicidade de estilos em que se exprime, transforma-se em cânones universais de beleza. Suas instituições familiares, políticas e jurídicas, moldadas e remoldadas segundo as mesmas premissas, passam a ser ordenadoras da vida social da maioria dos povos. (RIBEIRO, 2021, p. 59-60).

A própria história da expansão da humanidade se confunde com a história de expansão da civilização europeia, ou da Europa como condição de centro civilizatório mundial. A partir da revolução industrial é que este continente direciona sua atenção para o resto do mundo, para a descoberta de novos territórios, e, conseqüentemente, a transmissão até eles do seu modo de pensar, modo de viver. A própria doutrina europeia de civilização estava pautada no pressuposto de haver uma nação superior responsável por conduzir outrem à luz. Ribeiro (2021, p. 63), ao descrever o processo de expansão, fala da prerrogativa europeia baseada em três imperativos: (...) “o seu dever de caridade, como povos mais evoluídos, de conduzir os mais atrasados à civilização”, o que pressupõe uma lógica a ser seguida. Segundo Ribeiro (Op. Cit.), “nada no mundo ficou isento e alheio às forças desencadeadas pela expansão europeia”, o que significa dizer que no decorrer dessa expansão foram difundidas e generalizadas não apenas as tecnologias diversas, mas também a própria forma de ordenar socialmente os locais que passaram a receber a influência europeia, bem como a transmissão e manutenção dos valores europeus (RIBEIRO, 2021), o que implica em alterar o próprio modo de organização da sociedade.

Os processos verificados em torno da expansão europeia, por exemplo, muitas vezes resultantes de atos de “violência”, “cobiça e opressão”, como aponta o autor, constituíram novos marcos no processo civilizatório. O que o autor explica é que questões como estas revolveram e reordenaram o mundo inteiro “segundo os desígnios europeus e na conformidade dos seus interesses.” (RIBEIRO, 2021, p. 49).

Como afirmado pelo autor, o caráter da expansão europeia sobre outras parcelas do mundo encontrou fôlego em aspectos econômicos, políticos, de ordem mercantilista, industrial, sociocultural, tecnológico, revelando-se em vigor expansionista eficaz em sua ação e dinâmico em sua capacidade de se reinventar. A datar dos anos 1500, por exemplo, nomes como dos descobridores (Cabral, Colombo, Vasco da Gama, Vesúcio), humanistas (Maquiavel, Erasmo de Roterdam), escritores (Camões, entre

outros), reformadores (Lutero, entre outros), artistas (Da Vinci, Michelangelo, entre outros) e demais logo foram conhecidos no que se denominava, conforme Ribeiro (2021, p. 50), na “revolução do saber, na religião, nas artes pautado no interesse pelo saber empírico-indutivo, pela observação da natureza, pela compreensão da sociedade, pela experimentação científica, pelas artes mecânicas.”

O movimento embrionário surgido em uma parte da Europa logo abriria espaço para, pontua ainda Ribeiro (2021, p. 50), “movimentos paralelos de forma religiosa, de secularização dos costumes, de experimentação científica, de especulação racionalista e de indagação filosófica que iriam modificar, profundamente, nos séculos seguintes, os modos de fazer, de viver e de pensar de todos os povos.” E é nesse ponto em que se encontra a relação estabelecida entre um modo europeu de ser e agir com a reprodução desse mesmo próprio modo a outros espaços que não os mesmos europeus, a partir da reprodução de mecanismos da colonialidade e que ainda sobrevivem a partir de uma contínua (re)produção do padrão, da própria formatação de uma dicotomia entre o que está dentro e o que está fora do reconhecido padrão europeu. Nessas operações estão refletidas, por exemplo, ações como a de navegação rumo à América e a sua consequente localização. Em outras palavras, as ações de colonização. Lançavam-se as “epopeias dignificadoras das façanhas do homem branco, justificatórias da dominação imperialista inglesa, holandesa e francesa sobre o mundo” (RIBEIRO, 2021, p. 51), isso é, do europeu.

Logo, enquanto os povos europeus romperam com as bases do feudalismo para estabelecer nova ordem através dos séculos pela lógica cultural e tecnológica, o discurso que explica tal façanha passou a designar o papel do extraeuropeu, isso é, aquele que não é europeu, “meramente passivo e teria consistido, principalmente, em prover uma área de saqueio que possibilitou a acumulação primitiva de capitais” (RIBEIRO, 2021, p. 51), formatando-se a dicotomia entre europeu e não europeu, entre centro e não centro, o que é universal e o que não é universal, reafirmando o caráter intervencionista das ações capitaneadas. Em outras palavras, cristalizou-se um processo civilizatório de base europeia com formações socioculturais distintas, multifacetado e oriundo, em primeiro aspecto, do próprio rompimento com o feudalismo para ceder espaço às novas fases (as revoluções industrial e mercantil) necessárias para a ampliação do domínio europeu e a afirmação da lógica europeia como superior às demais. Ribeiro (2021, p. 58-59) realiza um apontamento nessa direção, ao elencar que se assume a lógica da criação divina.

A circunstância de haver desabrochado na Europa é que daria ao homem branco a supremacia na dominação mundial que, monopolizada por séculos, acabou por convencê-lo de sua superioridade intrínseca sobre as outras raças e culturas, de sua destinação ao amansamento, à espoliação e à civilização dos povos da Terra. [...] Com fundamento nas novas formas de ação, nas novas instituições e nas novas ideias, o europeu reconstrói o mundo como um contexto destinado a supri-lo de bens e de serviços. Saqueando as riquezas entesouradas por todos os povos, engajando para o trabalho escravo e servil centenas de milhões de homens, a Europa pôde acumular os capitais necessários para levar à frente a Revolução Industrial, transfigurando suas próprias sociedades, renovando e enriquecendo suas cidades, engalanando-se os poderes e glórias que induziriam o homem branco-europeu a ver a si próprio como o eleito da criação. (RIBEIRO, 2021, p. 58-59).

Nesse sentido, acrescenta ainda Ribeiro (2021, p. 59), ao passo em que as línguas europeias se espalharam pelo mundo, tornando-se quase que universais, a “ciência e as tecnologias dela decorrentes se difundem também pela terra inteira”, perpetuando as condições de poder e influência europeia, bem como suas tradições. A cada geração, os ideais e crenças “proveem a cada geração verdades e fidelidades capazes de motivá-las às ações mais fanáticas. E guardam sempre um vínculo funcional com os imperativos de perpetuação do sistema europeu de domínio.” (RIBEIRO, 2021, p. 61). E nesse instante os ideais como o de liberdade, de igualdade e de justiça, que já existiam em outros povos e nações, cedem espaços aos mesmos ideais de ordem eurocêntrica como que “novos e frescos, mais chamativos e aparentemente mais realizáveis que em qualquer outro tempo (RIBEIRO, 2021, p. 61).

O pensamento de Ribeiro (2021) encontra aproximação com o de Dabashi (2019) que afirma ter sido a Europa responsável por colonizar territorialmente o mundo, ao mesmo tempo em que fabricou uma periodização em sua própria história temporalmente: “*Europe colonized the world territorially, while at the same time manufactured a periodization in its own history temporally.*”³ (DABASHI, 2019, p. 41). Embora o autor não discuta propriamente em seus textos a relação entre a chegada dos europeus à América, há uma grande sinergia entre o pensamento e a própria condição que ajuda a entender a razão pela qual o pensamento europeu ecoa diferentes iniciativas. O objeto de estudo de Dabashi, especificamente, versa sobre algo muito maior e anterior a tal feito político, investigando por que o pensamento europeu prevaleceu e se difundiu sobre o restante do mundo, ou, ainda, sobre como as tradições europeias passaram a

³ Nessa tese opto por não realizar a tradução das expressões em outras línguas no corpo do texto, mas trazê-las para a área de rodapé do trabalho. “A Europa colonizou o mundo territorialmente, ao mesmo tempo em que fabricou uma periodização em sua própria história temporalmente.” (DABASHI, 2019, p. 41).

influenciar outras nações, ocasião na qual podemos listar as operações como a de colonização da América, na qual está inserida a Amazônia brasileira.

Em essência, o pensamento europeu ainda persiste porque, como explica Dabashi (2019, p. 2), *“Europe has never been just itself. Europe also lives and thrives and hides and resurfaces in its shadows – somewhere in between ‘Europe and non-Europe,’ in between ‘the West and the Rest’”*⁴. O que o autor elenca é que, embora o modelo de colonialismo europeu tenha finalizado, a condição de colonialidade não, pois ela persiste. Dabashi (2019, p. 2) explica ainda que *“European colonialism may have ended here and there, but the condition of coloniality continues – not just economically, but also culturally, epistemically, morally, imaginatively”*⁵ de modo que o mundo foi levado a pensar possuindo como referência o prisma europeu, do pensamento eurocentrado. Para se verificar tal questão basta associar esta lógica à própria história de formação da América a partir do ideal europeu de descobrir o desconhecido e expandir domínios de exploração, a conquista de uma nova área para atendimento de suas necessidades comerciais, jurídicas, por exemplo. *“Of course, Europe is Eurocentric. Every village anywhere else in the world thinks it is the center of universes.”*⁶ (DABASHI, 2019, p. 45). Como afirma ainda o autor, por meio de uma hegemonia imperial

The world at large has been forced to think itself in relation to Europe, mostly that it is far behind Europe, or that it is catching up with Europe, or at best that it is against Europe, but perforce distorting, self-inflicting, multiple and various cultures and civilizations in terms domestic to the self-assured primacy of this thing that has called itself “the West” or “Europe”. (DABASHI, 2019, p. 45)⁷.

Colonialismo e colonialidade citadas por Dabashi (2019) pressupõem duas importantes noções a serem compreendidas, pois são reproduzidas no dizer sobre a

⁴ “A Europa nunca foi só ela mesma. A Europa também vive e prospera e se esconde e ressurgue em suas sombras – em algum lugar entre “Europa e não-Europa”, entre “o Ocidente e o Resto”. (DABASHI, 2019, p. 2).

⁵ “O colonialismo europeu pode ter terminado aqui e ali, mas a condição de colonialidade continua – não apenas economicamente, mas também culturalmente, epistemicamente, moralmente, imaginativamente.” (DABASHI, 2019, P. 41).

⁶ “Claro, a Europa é eurocêntrica. Cada vila em qualquer lugar do mundo pensa que é o centro dos universos.” (DABASHI, 2019, p. 45).

⁷ O mundo em geral foi forçado a pensar em relação à Europa, principalmente que está muito atrás da Europa, ou que está alcançando a Europa, ou na melhor das hipóteses, que está contra a Europa, mas forçosamente distorcido, auto-infligido, múltiplo e várias culturas e civilizações em termos domésticos à primazia autoconfiante desta coisa que se autodenomina “Ocidente” ou “Europa”. (DABASHI, 2019, p. 45).

colonização da Amazônia, especialmente a colonialidade. O colonialismo perfaz um padrão de dominação e exploração, um modelo, com especial raízes a um dado período histórico, por exemplo, aquele situado ainda no século 16, como a ocupação de outras terras pelo europeu para o estabelecimento de outros territórios, quando Portugal e Espanha lançaram-se nestas missões de exploração. Já a colonialidade alude à uma condição de permanência do pensamento europeu como superior àqueles verificados nos territórios por meio da hierarquização do pensamento, do ser, do trabalho. De acordo com Quijano (2005), o colonialismo alavancou o continente europeu como central em relação ao mundo, a partir da colonização e difusão da hegemonia europeia.

A colonialidade em questão deriva de uma noção forjada por Anibal Quijano ao observar que nas relações entre “centro e periferia” não há apenas uma dependência em termos econômico ou político, mas, também, em torno da própria construção do que se pressupõe como conhecimento. Isto é, a colonialidade porta-se como uma condição de poder exercida nas relações de dominação e que são chamadas de matrizes coloniais de poder. Em tal perspectiva o centro é a Europa que, por sua vez, estende o seu domínio colonial às outras partes do mundo, a um “outro”, reafirmando a lógica da experiência europeia universal, ou o eurocentrismo (QUIJANO, 2005; ESCOBAR, 2004; WALLERSTEIN, 2007).

A colonialidade estrutura-se nas chamadas interfaces do poder, do saber e do ser, revelando um padrão, segundo Quijano (2005), originado a partir da descoberta das Américas no século 15 e que exerce influência em relação ao cenário atual. Na perspectiva teórica de Quijano (2005), colonialidade pressupõe hierarquização, ou seja, há sempre uma hierarquia vigente entre os grupos urbanos para se classificar superiores e inferiores (QUIJANO 2005; 2009). Segundo o autor, a colonialidade se estrutura nas/pelas interfaces de poder (colonialidade do poder, da raça, do trabalho), do saber (colonialidade do saber, da política do conhecimento, da epistemologia e de quem detém a verdade e a ciência - a Europa) e do ser (colonialidade do ser, com a própria negativa da condição de humanidade dos não europeus).

A colonialidade do poder indica, na tessitura de Quijano (2005, p. 115), uma específica “racionalidade ou perspectiva de conhecimento que se torna mundialmente hegemônica colonizando e sobrepondo-se a todas as demais, prévias ou diferentes, e a seus respectivos saberes concretos, tanto na Europa como no resto do mundo”, demarcando, especialmente, a predominância econômica, política e social. Como exemplo para os tempos atuais Quijano (2005) cita uma colonialidade do poder

expressa pela própria designação da ideia de ‘raça’, “uma categoria mental da modernidade” (QUIJANO, 2005, p. 107) que produz “identidades sociais historicamente novas” (QUIJANO, 2005, p. 107), a exemplo daquelas como a dos indígenas, dos negros, dos mestiços e demais. Ainda conforme o autor, a colonialidade do poder encontra-se filiada à própria matriz da colonização Ocidental, dela resultando a edificação de binarismos e hierarquias que estabelecem posições entre superior e inferior, um colonizado e outro colonizador. Acerca das denominadas representações binárias e hierárquicas, Mignolo (2020) explica que há uma correlação entre o pensamento eurocêntrico e a condição de existência de oposições hierárquicas, ou mesmo binarismos, por exemplo, Ocidente e o Oriente, o moderno e o colonial, entre outros, por meio dos quais moldam-se espaços diferentes e que se organizam de forma antagônica: em um reside o periférico; noutro, encontra-se o legítimo e o central, funcionando esses últimos como um lócus de enunciação, o oficial e reconhecido como legítimo.

Parafrazeando o argumento do autor e conectando-o ao espaço da Gleba Celeste, pode-se dizer que as práticas idealizadas como forma de representar os discursos históricos que se construíram sobre a colonização da Amazônia Brasileira, a partir da década de 1970 do século passado, em especial do Norte de Mato Grosso, a exemplo dos binômios terra vazia/mata fechada, eldorado/selva, civilização/vazio, aventura/Amazônia, progresso/marcha, criador/criatura, entre outros, subjazem a edificação de binarismos que reafirmam a lógica eurocêntrica sobre o “se fazer ocupar” para justificar a colonização. Nesse sentido, a colonização é um instrumento necessário de ocupação de terras neste interior do Brasil, repetindo o mesmo movimento ao qual se lançaram os europeus desde o século 16. Diferentemente de lá, cuja ocupação esteve pautada no estabelecimento de colônias, aqui se versou ao estabelecimento de aparatos administrativos (cidades, por exemplo).

Outra das interfaces da colonialidade é a do saber, que alude à política do conhecimento à epistemologia e a produção de conhecimento a partir do pensamento colonial. Como elenca Porto-Gonçalves (2005, p. 3), “há um legado epistemológico do eurocentrismo que nos impede de compreender o mundo a partir do próprio mundo em que vivemos e das epistemes que lhes são próprias.” Por último, a colonialidade do ser consiste na própria negativa à condição de humanidade dos não europeus, isto é, negando-se a existência do outro que não o Europeu. Segundo Mignolo (2017), juntas, a colonialidade do poder e do conhecimento concebem a colonialidade do ser, logo, a

colonialidade do ser engloba um processo de negativa ao próprio dizer ou referência ao que não se porta como europeu.

Em um paralelo com a presente pesquisa, ao se observar a colonização da Amazônia também se verificam as colonialidades instituídas e que se mantiveram vigentes. Falchetti (2011, p. 53), ao destacar o processo de colonialidade no norte mato-grossense, elenca que a colonialidade “ou mesmo as expressões de um sistema mundial imperial refletem-se nas ações de dominância e poder dado no processo de colonização de espaços da Amazônia Legal, no norte mato-grossense”, repetindo um mesmo “padrão de poder que domina o mundo” e que se reproduziu quando da dominação europeia nas Américas. Quijano (2005), que estudou as relações coloniais na América, já lembrava, à época, que o sistema global capitalista dispõe em seu centro de duas faces, sendo uma a dos colonizadores e a outra dos colonizados, ou mesmo das relações entre império e dominados, bem como na denominada divisão do trabalho com a finalidade de dominação. Segundo o autor,

Os territórios e as organizações políticas de base territorial, colonizados parcial ou totalmente, ou não colonizados, foram classificados pelo padrão eurocentrado do capitalismo colonial/moderno, precisamente, segundo o lugar que as ‘raças’ e as suas respectivas ‘cores’ tinham em cada caso. Assim se articulou o poder entre a ‘Europa’, a ‘América’, a ‘África’, a ‘Ásia’ e muito mais tarde, a ‘Oceânia’. Isso facilitou a ‘naturalização’ do controle eurocentrado dos territórios, dos recursos de produção na ‘natureza’. E cada uma dessas categorias impostas desde o eurocentro do poder terminou sendo aceite até hoje, pela maioria, como expressão da ‘natureza’ e da geografia, e não da história do poder no planeta. (QUIJANO, 2009, p. 108).

Outro ponto importante que compõe os estudos de Quijano (2009, p. 74) é que o eurocentrismo não é exclusivo, apenas, dos europeus, “ou apenas dos dominantes do capitalismo mundial, mas também do conjunto dos educados sob a sua hegemonia”, o que pressupõe dizer uma reprodução do modelo eurocêntrico, mesmo fora dos domínios da Europa, por aqueles que sob seu regime estiveram sujeitos. De acordo com o autor,

E embora isso implique um componente etnocêntrico, este não o explica, nem é a sua fonte principal de sentido. Trata-se da perspectiva cognitiva durante o longo tempo do conjunto do mundo eurocentrado do capitalismo colonial/moderno e que naturaliza a experiência dos indivíduos neste padrão de poder. Ou seja, fá-las entender como naturais, conseqüentemente como dadas, não susceptíveis de ser questionadas. (QUIJANO, 2009, p. 75).

A referência sempre é a Europa e neste caso por Europa entenda-se uma metáfora, “uma zona geográfica e da sua população. Refere-se a tudo o que se

estabeleceu como uma expressão racial/étnica/cultural da Europa, como um prolongamento dela, ou seja, como um carácter distintivo da identidade não submetida à colonialidade do poder.” (QUIJANO, 2009, p. 75). Há de se constar que, a partir de tal contexto, o componente eurocêntrico é naturalizado e os padrões de poder assumidos, reproduzidos e repetidos por outrem que se encontra inserido àquele sistema ‘hegemônico’ de dominação, mas que se encontra fora das zonas europeias propriamente dita e representada por seus limites territoriais: está-se falando de uma Europa fora da Europa, com a reprodução de uma mesma lógica e de forma.

Nesse sentido, Maia e Farias (2020, p. 586), ao tratarem sobre o eurocentrismo, afirmam que ele “se configurou como sendo uma perspectiva de conhecimento que tem a Europa, os valores e modos de formação de conhecimento europeus como centro da elaboração sistemática epistemológica.”

Conforme Mignolo (2003, 2010, 2017, 2020), os processos de independência dos países colonizados se deram, apenas, no plano político, mas não no discursivo. Herdamos formas de conceber o mundo pautado no padrão europeu o que produz então o sentido de ser civilizado. A partir dos argumentos de Dabashi (2019), Mignolo (2003, 2010, 2020), Quijano (2005, 2009) e Ribeiro (2021) é possível mensurar então que a expansão colonial da Europa sobre o restante do mundo provocou não apenas a expansão de seus limites geográficos, territoriais, econômicos ou mesmo políticos, mas também serviu exponencialmente para difundir a epistemologia europeia sobre outros povos, nações, tornando-a central. Isto é, a experiência local da Europa tornou-se global, afirmando-se em condição de superioridade em relação a outras culturas. Também estruturou mecanismos para justificar suas ações, entre os quais, o discursivo, um discurso colonialista para justificar a colonização. Como aponta Bragato (2014), “eurocênicas são, portanto, aquelas concepções que afirmam a universalidade desses modelos e ignoram outras formas de conhecimento, ou excluem a possibilidade de coexistência com outros tipos de conhecimento.”

Se o movimento europeu da chegada à América é fundamental para se compreender as bases do processo de colonização, importante estabelecer outro marco no processo de se entender a colonização da Amazônia, mas, dessa vez, com um olhar mais centralizado sob essa própria região, lembrando a própria polissemia do termo Amazônia, essa dotada de diferentes representações, de um olhar mais romantizado à própria constituição espacial delineada no Brasil que tornaram esse espaço um objeto de interesse da nação brasileira ainda no século 20.

2.2 Um espaço chamado Amazônia

Falar em Amazônia pressupõe um exercício de observar não uma, mas várias Amazônias, a começar pela própria polissemia que lhe abraça e que parece pressupor uma linha de significados que parte do mais romântico, o lado imaginário, à própria concretude de sua formação espacial, a partir da inclusão em um determinado plano de expansão.

Em um primeiro aspecto, válido lembrar que a região denominada Amazônia detém mais de 5 milhões de quilômetros quadrados e é formada pela totalidade de nove Estados brasileiros que juntos designam a Amazônia Legal (MORENO 2005a; NASCIMENTO, 2018), uma Amazônia construída a partir de um imaginário que representa, ao mesmo tempo, o desconhecido e um local de natureza intocada (Diegues, 1996). Uma também Amazônia moldada por falas e interpretações daqueles que vivem na região e que possuem uma visão sobre este espaço brasileiro (BUENO, 2002), sejam viajantes, migrantes, colonizadores, entre outros.

A própria construção da Amazônia em um nível imaginário não é recente, mas encontra raízes na história nos próprios textos escritos, narrados desde a época em que o colonizador chegou ao Novo Mundo, período em que se passou a povoar e construir imagens sobre esta região, sobre esse contexto histórico. Como aponta Bueno (2002, p. 3), “há uma representação da Amazônia construída através de discursos. Os discursos sobre a Amazônia não são construídos sobre a realidade, mas sobre outros discursos sobre a Amazônia, sobre a América, sobre o Novo Mundo e, até mesmo, sobre as Índias.” E desde esses períodos são alimentadas visões que, até os dias atuais, encontram-se atreladas a esse espaço, como por exemplo “eldorado” ou “paraíso”, e que mesmo com o passar do tempo continuaram sendo ressemantizadas para se referir à região.

Bueno (2002) aponta a ligação entre o termo eldorado e sua utilização no decorrer das décadas de 1960 e 1970, quando de sua associação ao movimento econômico registrado na região, isto é, a abertura para a exploração econômica e a intensificação de estratégias políticas e administrativas desta natureza. Como aponta a autora, “imagens que privilegiam a floresta também reforçam outras noções, como a de vazio demográfico e da inacessibilidade àqueles lugares. Estas noções implicam em se

considerar esses locais ainda não explorados, o que não deixa de ter um certo vínculo com a ideia de paraíso.” (BUENO, 2002, p. 4).

Por si só, referir-se à Amazônia parece pressupor uma curiosidade natural e que desde a colonização da América pelos europeus vigora. A começar pelos relatos dos cronistas, viajantes e romancistas do velho continente que, por meio de suas obras, marcaram impressões sobre este espaço e sua gente, pela lógica do exótico e do progresso, a citar Montaigne, Buffon, Montesquieu, Hobbes, Júlio Verne, Conan Doyle, Vicki Baum (GONDIM, 2019) e que começa a existir na apropriação mental e material da sociedade sobre esta Amazônia (BUENO, 2002).

A própria condição de existência da Amazônia liga-se ao imaginário europeu sobre a América, visto que, como pontua Gondim (2019, p. 13), “a Amazônia não foi descoberta, sequer foi construída; na realidade, a invenção da Amazônia se dá a partir da construção da Índia, fabricada pela historiografia greco-romana, pelo relato dos peregrinos missionários, viajantes e comerciantes” cujo imaginário se articula ao entusiasmo, êxtase e à própria novidade na busca por “o Paraíso e a fonte da eterna juventude”, mesmo que, em muitas situações, as impressões e narrativas descritas fossem realizadas por sujeitos que, até então, sequer tinham colocado os pés neste espaço que descreviam por meio de suas palavras (GONDIM, 2019).

Como elenca o autor (2019, p. 53), a temática da localização do paraíso e do inferno foi recorrente nos relatos dos viajantes sobre a então Índia e a existência deste mundo é registrada a partir de “imagens do Paraíso terrestre, a fonte da eterna juventude, a riqueza adquirida sem esforço físico, as monstruosidades corporais, as fantásticas descrições da flora e fauna, as amazonas solitárias (...).”

De um lado, como descreve Sevcenko (1996), está a permanente busca pelo desconhecido, traduzida por um impulso do desejo; de outro, o próprio ato da intervenção colonizadora na qual se tem contato com a região. Nesse sentido, a imagem de um espaço dotado apenas pela paisagem natural cede espaço à “mata ou o sertão bravio - e a ênfase aí vai na expressão bravio, porque o ato realmente dignificante desse indivíduo é o do desbravamento” (SEVCENKO, 1996, p. 110), sendo esta percepção vigente mesmo tempos depois. Na história da ocupação da Amazônia brasileira está também a adesão a esta forma de perceber tal espaço como intocável, apto à exploração e desbravamento, como, por exemplo, o período das décadas de 1950 e 1970 no Brasil, coincidindo com a política brasileira de colonização iniciada pelo governo com vistas a estimular a migração rumo à área, mediante o desenvolvimento de políticas próprias que

pudessem proporcionar a penetração naquele território via estradas federais, por exemplo (MORENO, 2005a, 2005b, MORENO, 2007; NASCIMENTO, 2018; SOUZA, 2015). Esse contexto compreende um momento atual da história e sobre a qual se chama atenção.

Nascimento (2018) explica que ao menos dois são os marcos temporais no que tange à introdução da Amazônia aos planos nacionalistas e prioritários do governo, objetivando a exploração econômica da região: inicialmente, o período conduzido por governantes pré-militares como Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart; por conseguinte, o período de 1964 a 1984, quando do governo militar de Artur da Costa e Silva, Emílio Garrastazu Médici, Ernesto Geisel e João Batista Figueiredo. Períodos distintos em termos cronológicos, mas a partir dos quais as ações de interiorização do país rumo à Amazônia ganharam força pela adoção de instrumentos que proporcionassem a ocupação do território, a fixação dos contingentes populacionais das regiões Nordeste e Sul, bem como o uso e a exploração dessas áreas para fins agropecuários (NASCIMENTO, 2018; TAVARES DOS SANTOS, 1993). Mais do que a influência geopolítica que contribuiu para a representação da Amazônia como um espaço a ser desbravado, as ideias produzidas e veiculadas sobre a região foram incorporadas à consciência sobre esta área, tais como “paraíso terrestre”, a dicotomia “paraíso/inferno”, entre outras (BUENO, 2002).

A política de colonização brasileira, associada ao movimento migratório em direção à Amazônia brasileira, compreende um ainda recente período da história do país, com raízes fixadas no século 20. No Brasil, a área em questão sempre esteve sob os holofotes tanto da iniciativa pública quanto privada, com vistas ao estabelecimento de polos econômicos, servir para a fixação de moradores, utilização e exploração para fins agropecuários, entre outros fins (TAVARES DOS SANTOS, 1993). Falar em Amazônia significa observar o espaço que se estende sobre a totalidade de Estados como o do Acre, de Amapá, do Amazonas, do Maranhão, de Mato Grosso, de Rondônia, de Roraima, do Pará e de Tocantins, que forma o maior bioma tropical do mundo. De um lado, a exuberância e magnitude do espaço, com sua biodiversidade, fauna e flora diversos; de outro, um espaço que por sua posição estratégica tornou-se foco das diferentes ações engendradas pelo Estado.

A ocupação da região Amazônica marcou fortemente a colonização dos espaços considerados pouco explorados economicamente neste país, com especial ênfase para o início do século 20, quando, sob incentivo governamental, a nação era convocada a

“participar do esforço heroico de conquista da Amazônia - ressuscitando-se o ‘espírito do bandeirante’ no corpo do trabalhador brasileiro.” (GUIMARÃES NETO, 2002, p. 49). A então Amazônia brasileira, a partir do interesse governamental, tornou-se parte dos planos de Estado para alavancar as frentes de criação de cidades, expandir rotas econômicas, servir como ponto de apoio para amenizar as pressões populacionais, especialmente aquela verificada no Nordeste, além da modernização agroindustrial (NASCIMENTO, 2018; MORENO, 2005a, 2005b; SOUZA, 2015). Em termos históricos, ainda na década de 1930 tem início o plano de expansão para a Amazônia, a partir do Governo de Getúlio Vargas e a denominada Marcha para o Oeste que, conforme Rocha (2006, p. 22), “incentivou a migração interna para o Centro-Oeste brasileiro com a venda ou doação de terrenos dos núcleos coloniais com a intenção de colonizar os vazios demográficos.” As ações eram dirigidas, ou seja, ocorrendo a partir da instituição de estratégias previamente designadas tanto pelo setor público quanto privado de forma a gestar a “política de colonização.” (ROCHA, 2006, p. 22).

Embora a referida década tenha representado um período de direcionamento das políticas estatais em direção à Amazônia, os anos de 1970 marcam as ações de ocupação territorial mais intensas, especialmente, a partir do governo militar, com vistas à adoção de uma “política mais incisiva de colonização da Amazônia, respaldada na doutrina da segurança, visando por fim, ou pelo menos frear o crescimento acelerado de núcleos de posseiros em formação [...]” (OLIVEIRA, 1983, p. 69).

Nascimento (2018) explica que no curso do governo militar, diferentes foram as estratégias político-econômicas para acelerar os planos desenhados ainda pela Marcha para o Oeste, a partir de iniciativas como o próprio Estatuto da Terra, a concessão de incentivos fiscais, créditos à iniciativa privada, a própria instituição dos Programas de Integração Nacional (PIN) para dotar a região Amazônica de estradas, acessos e logística, entre outras por meio das quais se pudessem incentivar os investimentos na região. Cada uma das estratégias de Estado, aplicadas em diferentes períodos, fundamentou operações distintas realizadas em âmbito governamental e da iniciativa privada com vistas à ocupação de espaços até então pouco ou nada ocupados e ausentes de iniciativas econômicas. De modo a situar cronologicamente o processo de ocupação da Amazônia e o conseqüente estabelecimento de programas e iniciativas governamentais, apresento a seguir um itinerário por meio do qual é possível observar o escopo da política de colonização do Estado brasileiro por período e por governo entre 1930 e 1984.

Há de se notar uma parcela de atividades realizadas sob o período ainda pré-militar e a outra já nesse período, quando, então, o movimento passa a ser verificado em maior escala e representatividade. A Amazônia romantizada cede espaço à Amazônia de interesses e fins econômicos, passando a figurar no arcabouço de estratégias administrativas de ocupação, a partir da incorporação aos planos prioritários de Estado brasileiro.

Quadro 1: Política de colonização do Estado brasileiro por período e governo.

Governo-Período	Estratégia/Ação
Pré-Militar	
Getúlio Vargas (1930-1937)	<ul style="list-style-type: none"> - Quota de participação de brasileiros natos em postos de trabalho, evitando que a mão de obra nacional fosse substituída pela estrangeira. - Entrada de estrangeiros no Brasil é limitada. - Durante os primeiros anos do governo Vargas (1930-1937) diferentes agências governamentais foram envolvidas e responsáveis administrativamente pela colonização: Serviço de Povoamento; Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Departamento Nacional de Povoamento. (TAVARES DOS SANTOS (1993).
Estado Novo (1937-1945)	<ul style="list-style-type: none"> - Órgãos de coordenação da política de colonização são criados (Divisão de Terras e Colonização, Departamento Nacional de Imigração) e outros extintos (Departamento Nacional de Povoamento). - Possibilita-se a criação dos núcleos coloniais e as Colônias Agrícolas Nacionais (1941). O papel marcante destas Colônias foi distribuir terras cuja extensão variava de 20 a 50 hectares às pessoas em menor condição financeira (pobres). Ainda, direcionar a migração para as direções Sudeste e Centro-Norte brasileiras, havendo, neste grupo, o excedente populacional que habitava Nordeste.
Getúlio Vargas (eleições diretas de	- A política de colonização sofre um impulso, sendo a

1950)	<p>colonização uma saída para os problemas como o fluxo interno de brasileiros, a partir da oferta de terras e da exploração destas.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Em 1953 o Conselho de Imigração e Colonização propõe um Plano Nacional de Imigração e de Colonização. - Cria-se o Instituto Nacional de Imigração e Colonização para atuar em frentes de orientação do migrante em terras, bem como fixá-los na propriedade agrícola.
Juscelino Kubitschek (1956-1960)	<ul style="list-style-type: none"> - A proposta de criar os núcleos de colonização ganha força. Em 1956, são criados no Nordeste oito núcleos urbanos. É neste período de migrações internas que a capital federal Brasília é construída.
Jânio Quadros (1961)	<ul style="list-style-type: none"> - Poucas ações voltadas à política de colonização. Em uma referência ao período do presidenciável, Tavares de Souza (1993, p. 39) vai dizer que uma das poucas atividades sob a atribuição de Quadros foi a abertura de crédito aos pequenos produtores por meio do Serviço Social Rural. - Em agosto de 1961 o então presidente renuncia ao posto.
João Goulart (1961)	<ul style="list-style-type: none"> - A política de colonização é colocada como plano não prioritário do governo, que passa a atuar com foco na reforma agrária. - A SUDENE é criada; a Superintendência de Reforma Agrária (SUPRA) estabelecida em outubro de 1962. - Antes de ser deposto pelo regime militar, João Goulart assina, em março de 1963, o decreto de “desapropriação das terras situadas na faixa de 10 km às margens das rodovias federais, ferrovias e açudes da União.” (TAVARES DE SOUZA, 1993, p. 41).
Governo Militar	
Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1966)	<ul style="list-style-type: none"> - A política de colonização passa a figurar nos planos do governo como prioridade. - O Estatuto da Terra é promulgado (1946), versando sobre os direitos e deveres referentes aos bens imóveis rurais, para fins de execução da Reforma Agrária e promoção da política agrícola.

	<p>-As transformações no campo passam a ser almeçadas por entender o governo que somente elas poderiam estimular o desenvolvimento econômico.</p> <p>- Em um de seus artigos, como o de número 55, o Estatuto da Terra destaca que “na colonização oficial, o Poder Público tomará a iniciativa de recrutar e selecionar pessoas ou famílias, dentro ou fora do território nacional, reunindo-as em núcleos agrícolas ou agro-industriais, podendo encarregar-se de seu transporte, recepção, hospedagem e encaminhamento, até a sua colocação e integração nos respectivos núcleos.” Já o de número 56 diz que “a colonização oficial deverá ser realizada em terras já incorporadas ao Patrimônio Público ou que venham a sê-lo. Ela será efetuada, preferencialmente, nas áreas: I) ociosas ou de aproveitamento inadequado; II) próximas a grandes centros urbanos e de mercados de fácil acesso, tendo em vista os problemas de abastecimento; III) de êxodo, em locais de fácil acesso e comunicação, de acordo com os planos nacionais e regionais de vias de transporte; IV) de colonização predominantemente estrangeira, tendo em mira facilitar o processo de interculturação; V) de desbravamento ao longo dos eixos viários, para ampliar a fronteira econômica do país.</p> <p>- A Amazônia começa a ser integrada à economia nacional, chegando à área incentivos fiscais que antes eram aplicados aos demais Estados, como o Nordeste. O período data, inclusive, da criação do Banco da Amazônia.</p> <p>- Estabelece-se a região da Amazônia Legal, formada por oito estados brasileiros.</p> <p>- Criada a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM (Lei n. 5.173, de 27 de outubro de 1966).</p> <p>-Com a colonização oficial ou particular inserida nos planos, o Governo estabelece, por meio de decreto (59.428, de 27 de outubro de 1966), quais as áreas passíveis de colonização: as prioritárias para fins econômicos, isto é, a exploração de</p>
--	---

	<p>atividades na terra, e a colonização voltada ao povoamento.</p> <ul style="list-style-type: none"> - A colonização particular surge com a finalidade de complementar as ações do governo no projeto de colonização. Empresas são beneficiadas pela concessão de incentivos.
Artur da Costa e Silva (1967-1969)	<ul style="list-style-type: none"> - A colonização por empresas particulares tem metodologia promulgada; começando, posteriormente, a haver o cadastro de projetos pela iniciativa privada. - Nos anos do governo, a reforma agrária é regulamentada. - O Ato Institucional 9, ao promover alterações no artigo 157 da Constituição de 1967, faz “desaparecer a exigência de ‘prévia’ indenização das terras desapropriadas, mantendo simplesmente a indenização em títulos da dívida pública, porém pagos a longo prazo.” (TAVARES DE SOUZA, 1993, p. 49-50).
Emílio Garrastazu Médici (1969-1974)	<ul style="list-style-type: none"> - O I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND – 1972-1974) é assinado. Nele estão iniciativas como o Programa de Integração Nacional (PIN), a partir do qual nascem as rodovias Cuiabá-Santarém (BR-163) e a Transamazônica. - Projetos como o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) e o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA) são criados em 1971. - O Plano Nacional de Desenvolvimento ganha uma segunda versão (II PND) tendo como objetivo viabilizar estruturas industriais avançadas que pudessem enfrentar tanto o subdesenvolvimento quanto a crise.
Ernesto Geisel (1974-1978)	<ul style="list-style-type: none"> - Fez recuar a colonização oficial e a colonização particular ganhou força sobre a Amazônia, possuindo como clientela o contingente populacional da região Sul. - Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), em setembro de 1974.
João Batista Figueiredo (1979-1984)	<ul style="list-style-type: none"> - III Plano Nacional de Desenvolvimento (1980-1985). - Projetos de colonização são aperfeiçoados a partir da ação conjunta entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma

	<p>Agrária (INCRA) e as cooperativas agrícolas.</p> <p>- A União passa a ter competência exclusiva na desapropriação das terras.</p>
--	--

Fonte: Adaptado de Tavares de Souza (1993), Tomé; Nascimento, Câmara Filho; Brito (2017), Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra).

Organização: Elaborado pelo autor.

Inserido ao contexto de uma Amazônia como parte prioritária das ações de governo é que se encontra fundamentada a criação de diferentes projetos colonizatórios, entre os quais aquele observado nesta pesquisa, que é a Gleba Celeste em Mato Grosso. Esse empreendimento foi implantado na porção Norte do Estado pela empresa Colonizadora SINOP, cuja sigla deriva do nome “Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná”, também diretamente envolvida nas frentes de colonização em direção às terras da Amazônia.

2.3 A Gleba Celeste como projeto de colonização

O surgimento da Gleba Celeste como projeto de colonização tem sua origem ainda na década de 1970, coincidindo com a política de também colonização verificada no Estado de Mato Grosso e conduzida, em sua principal parcela, por empresas privadas e empresários oriundos do Sul brasileiro (NASCIMENTO, 2018). Compreendia uma extensa faixa de terra localizada no município de Chapada dos Guimarães com 449.205 hectares de posse da Colonizadora Sinop S.A, de propriedade dos empresários Enio Pipino e João Pedro Moreira de Carvalho.

Como explicam Nascimento e Zolin-Vesz (2021), a Gleba Celeste possuía objetivos previamente designados, passando pela produção de alimentos na área, a partir das famílias que para a localidade se mudaram; a produção de energia carburante, com a produção de etanol à base de milho pela indústria montada pela empresa de colonização na Gleba Celeste; fixar o homem na Amazônia e agir em prol da distribuição de riquezas na área colonizada. A partir da Gleba Celeste foram fundadas quatro cidades: Vera, Sinop, Santa Carmem e Cláudia. De acordo com os registros oficiais da história dos municípios, a formação político-administrativa destas localidades pode ser representada pelo quadro abaixo, que constitui um percurso sócio-histórico de formação das áreas.

Quadro 2: A formação político-administrativa dos núcleos da Gleba Celeste

Núcleo	Fundação	Histórico político-administrativo
Vera	1972	<p>Lei nº. 3.755 (29/06/1976): eleva Vera a distrito de Chapada dos Guimarães.</p> <p>Lei nº 4.156 (17/12/1979): com a criação de Sinop, no ano seguinte, Vera deixa de pertencer à jurisdição de Chapada dos Guimarães e passa ao território de Sinop.</p> <p>Lei nº 5.003 (13/05/1986): eleva Vera à categoria de município e a desvincula de Sinop. A sede passa a ser o antigo distrito de Vera, instalada em 31/12/1986.</p>
Sinop	1974	<p>Lei nº 3.754 (29/06/1976): eleva Sinop à categoria de distrito de Chapada dos Guimarães.</p> <p>Lei nº 4.156 (17/12/1979): Sinop passa à categoria de município e deixa de pertencer ao território de Chapada dos Guimarães.</p>
Santa Carmem	1974	<p>Lei nº 4.4415 (09/12/1981): distrito criado com o nome de Santa Carmem, sendo vinculada à cidade de Sinop.</p> <p>Lei nº 5.897 (19/12/1991): eleva Santa Carmem à condição de município, deixando de estar subordinada à Sinop.</p>
Cláudia	1978	<p>Lei nº 5.045 (01/09/1986): o distrito de Cláudia é criado, sendo anexado ao município de Sinop.</p> <p>Lei nº 5.319 (04-07/1988): eleva Cláudia à condição de município.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do IBGE, CNM e das Prefeituras Municipais.

Ao se referir ao empreendimento recém-criado, o próprio empresário Enio Pipino, dono da empresa responsável pela Gleba Celeste, afirmara que o projeto atribuiu uma nova dinâmica ao processo migratório brasileiro ocorrido ao longo da década de 1970, agindo, especialmente, sobre o contingente populacional que deixava o Brasil e migrava em direção ao Paraguai em busca de mais e melhores condições para se viver. “Eu tenho hoje quase que um orgulho pessoal em pensar, assim, nós conseguimos modificar a marcha do homem em busca de novas aventuras. Nós mudamos o roteiro das migrações encaminhando-o para o Norte do Mato Grosso e também para Rondônia

[...]” (PIPINO, 1982). De acordo com o empresário, a maior parcela das pessoas que passou a ocupar a Gleba Celeste era oriunda dos Estados do Sul do Brasil, onde a empresa realizava, especialmente, as campanhas de atração, chamamento e mesmo persuasão do migrante em direção às terras da Amazônia.

Nós fazemos um trabalho de persuasão muito grande. Nós temos um trabalho que pega aqui do Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul. Em todos esses Estados nós temos gente oferecendo terras e oferecendo as condições [...] e as informações para que a criatura passe acreditar na Amazônia. E, hoje, já não é novidade, a imprensa nacional já tem conhecimento da existência destas populações que se desenvolvem além da Sinop. (PIPINO, 1982).

Entre os moradores atraídos à área da Gleba Celeste, de acordo com o empresário Enio Pipino, estavam três perfis diferentes e que se constituíam como público-alvo das ações de divulgação da área pela empresa particular.

Nós temos três categorias de criaturas. Tem o homem de mais idade, que, tendo uma pequena área de propriedade agrícola lá no Paraná ou em Santa Catarina ou Rio Grande do Sul, ele começa a sentir uma insegurança permanente porque vê que a família cresce, os genros vão encostando, as noras também vão se aproximando e ele tem ansiedade de um lugar maior para que ele possa levar com ele toda sua família. E daí, hoje, com os preços oferecidos em São Paulo, no Paraná, no Rio Grande do Sul, é fácil de você fazer o convite para que o homem que tenha cinco alqueires de terra faça a venda do seu terreno e compre 50, 60, 100 alqueires de terra lá na Amazônia, onde ele possa dar abrigo a extensão da sua família, algo maior volume das pessoas da sua família. E nós temos também uma faixa de 45 anos, mais ou menos, que é do homem que já sentiu e já morou com a família dele nos minifúndios do Paraná, de São Paulo, de Santa Catarina e que sente a mesma situação de como colocar e continuar a sua família. E nós temos, também, o moço que se aventura, casa e vai para lá porque o tio já foi, vai para lá porque o sogro também já está lá, formando, assim, uma corrente permanente de gente, de gente preocupada de se encaminhar para o sertão na busca dessa aventura da terra nova, do cheiro da coisa nova. Essa é uma coisa maravilhosa que a gente sente em toda criatura do Brasil. Você veja que você passa aqui por perto de Sorocaba, por aqui começa a imaginar. Pois é, tanta terra aqui que não tem nem árvore tá completamente. (PIPINO, 1982).

Desde cedo, o trabalho de ocupação da Gleba Celeste no coração da Amazônia brasileira foi considerado, segundo o dizer do próprio colonizador, como uma aventura, uma ação a ser premiada para recompensar os esforços dos moradores que se lançaram na “aventura”. Uma vez que o se predominava era o cenário da “floresta fechada, zero demográfico, ninguém, ninguém, ninguém (PIPINO, 1982).

O homem sai e vai abrir lá na Amazônia. Isto é, também, uma aventura, isto é uma aventura que eu acho glorificada, eu acho que cada criatura daquela devia ser condecorado, porque ele tá prestando pra nação um grande trabalho, o trabalho da ocupação da Amazônia, desse grande espaço vazio (PIPINO, 1982).

A descrição de Enio Pipino acerca do processo de fundação e constituição da Gleba Celeste integra o projeto Memória da Amazônia, disposta no Museu da Imagem e do Som de São Paulo. Compreende uma entrevista por meio da qual o empresário realiza uma retrospectiva acerca da iniciativa privada de colonização, descrevendo-a sob as óticas política, econômica e social. Adiante, na fase de interpretação de dados, uma parcela desta entrevista será recuperada, uma vez que também se constitui como *corpus* de pesquisa.

Antes de se estabelecer em Mato Grosso, a Colonizadora Sinop atuou na fundação de cidades no Paraná, mas ao expandir suas atividades para um novo Estado, a empresa encontrou nova oportunidade de negócios. A extensão de terras adquirida em Mato Grosso somava pouco mais de 645 mil hectares, após realizadas gradativas compras de terras de terceiros. Toda esta área, cita Teixeira (2012, p. 43), localizava-se no município de Chapada dos Guimarães, “na altura do quilômetro 500 da rodovia Cuiabá-Santarém, na margem direita do rio Teles Pires.” Ainda conforme a autora, a divisão da área para formação das cidades deu-se da seguinte maneira:

[...] essa área era composta por cinco partes. A primeira é onde está, hoje, o município de Vera; a segunda corresponde ao município de Santa Carmem; na terceira e quarta partes foi instalado o município de Sinop; e a quinta é onde se localiza o município de Cláudia. (TEIXEIRA, 2012, p. 43).

Segundo Souza (2015, p. 121), o movimento migratório para a região apresentava-se constituído “por uma população rural em busca de terra no estado, expulsa do Sul do país e conduzida pelos colonizadores modernos. Assim, milhares de migrantes partiram em busca da terra prometida no norte de Mato Grosso.” Essas terras até então desconhecidas eram apresentadas a dezenas de brasileiros pelo emprego de publicidades veiculadas em diferentes unidades da federação, especialmente no Sul brasileiro. Ao descrever estas propagandas utilizadas com o propósito de fomentar a migração Rohden (2012, p. 178) classifica-as como:

[...] ambiciosas, provocavam sonhos, desejos de um futuro mais promissor: promessa de terra fértil, de um clima bom e sem geadas, promessa de um lugar ideal onde o colono sulista poderia sonhar em um dia tornar-se grande fazendeiro e seus filhos teriam um futuro melhor que aquele que os pais tiveram no passado. Promessas, sonhos, esperanças, ilusões atraíram milhares de migrantes, principalmente sulistas, em especial do estado do Paraná, a ingressar numa ‘aventura’ rumo à ‘Selva Amazônica’ em busca de um ‘mundo novo’, da ‘Terra Prometida’. (ROHDEN, 2012, p. 178).

Muitas destas publicidades procuravam despertar o desejo especialmente por Sinop, cidade que, como pontua Teixeira (2012, p. 45), tornou-se a principal dentre as três demais co-irmãs: “por sua posição estratégica, Sinop adquiriu a primazia entre os núcleos urbanos, passando a concentrar as atividades comerciais, industriais e de serviços e, por suas funções, a comandar a vida de relações dentro da área.” Tornou-se sede dos principais investimentos realizados pela empresa privada na Gleba Celeste, por exemplo, a SINOP Agroquímica e a Cooperativa Mista Celeste (COMICEL). Souza (2015, p. 133) salienta que, em se tratando de Sinop, o discurso é o do progresso “muito presente” representado pelo desenvolvimento econômico, a industrialização fomentada pelo colonizador, o intenso fluxo migratório. Mas ao partirem em busca da “Terra Prometida”, os migrantes também se depararam com os desafios que não se apresentavam nas campanhas publicitárias que circulavam fora: “mal sabiam os migrantes o que lhes esperava. Desilusões, frustrações, sofrimento, doenças, miséria, saudade dos que ficaram e muito, muito trabalho para fazer: uma cidade precisava ser construída, tudo estava por ser feito e cabia ao suor daqueles trabalhadores tal projeto.” (ROHDEN, 2012, p. 179).

Apesar das dificuldades (acesso à região, ausência de estradas, atoleiros), o migrante persistia, como elenca Phillipson (2007, p. 22):

[...] as promessas de terras férteis e uma vida melhor daquela que os colonos levavam no Sul do país, propagadas por efusivas propagandas nos meios de comunicação da época, não abalaram os ânimos dos colonizadores que se arriscavam nas mais difíceis jornadas, enfrentando todos os tipos de perigos.

Em uma representação cartográfica, o mapa da Gleba Celeste registrado juntamente ao Instituto Nacional de Reforma e Colonização Agrária (INCRA), em uma época em que ainda pertencia ao território de Chapada dos Guimarães, pode ser disposto da seguinte maneira:

Figura 1: abertura da Gleba Celeste em 1972



Fonte: Museu Histórico de Sinop (1972).

As primeiras famílias chegaram a Sinop na década de 1970, havendo nesse grupo migrantes de diferentes perfis e lugares da região Sul (Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina). Esses primeiros moradores caracterizavam-se como “trabalhadores braçais que durante o dia pilotavam seus tratores e esteiras, cortavam as árvores em tábuas, traçavam as bases no chão das futuras casas que formavam este novo núcleo de povoamento.” (PITOMBO-OLIVEIRA *et al.*, 2013, p. 4). Dentre as histórias acerca da epopeia dos migrantes que chegavam à Gleba Celeste, destacam Nascimento e Tomé (2016, p. 30), havia histórias que se repetiam: a maior parcela vinda do Sul, “famílias chegavam em seus carros e caminhões, com móveis e crianças, às vezes até gado.” Moradores que “estabeleceram-se com o propósito de criar raízes – estabelecer-se fisicamente e emocionalmente, de melhorar de vida – enriquecer e prosperar, e participar da construção de uma nova cidade, de ter algo de que se orgulhar.” (NASCIMENTO, TOMÉ, 2016, p. 30). Ainda conforme os autores,

Logo as pessoas que ali estavam deram-se conta que o seu papel seria o de propulsar e fazer acontecer o nascimento de uma cidade – eles teriam a responsabilidade de fazer uma pequena comunidade transformar-se em um centro urbano. Estava nascendo o sujeito progressista na Gleba Celeste, um novo conceito social para o indivíduo que ali se dirigia e que apresentava,

como característica uma reunião de sentidos, entre eles o esmero ao trabalho [...], a dedicação com a família e com o próximo, [...], a alegria de participar deste momento histórico [...]. A história deste sujeito se confunde com a história do local, a história de ‘um’ se identifica com a de ‘outro’, e as suas memórias coincidem com as memórias de todos, porque ‘todos’ e ‘local’ são mais do que simples léxicos, são discursos. Ao estudarmos a localidade geográfica Gleba Celeste, estudamos a história das famílias migrantes. Migrantes que dizem: Como é bom ver você crescer, envolvida no abraço carinhoso que só o progresso sabe ter. (NASCIMENTO, TOMÉ, 2016, p. 30).

Assim sendo, o movimento migratório e de colonização adquiriu grandes proporções, tornando-se, como postulam Tomé, Nascimento, Câmara Filho e Brito (2017, p. 64), “um plano de salvação econômica para os primeiros moradores.”

Ao se encaminhar para a etapa final desse capítulo, torna-se válido resgatar importantes aspectos trabalhados até agora e que são a base para a construção da próxima seção do trabalho, quando em cena estará a relação entre o migrante sulista e o europeu. Ao longo desse primeiro capítulo foi discutida a aproximação entre a Europa e a Amazônia com o objetivo de observar como a colonização reproduziu colonialidades, estabeleceu a lógica epistêmica e a adoção de um pensamento central em detrimento do outro. Nesse caso, o centro representado pela epistemologia europeia que também ecoou nas operações de conquista das Américas, na chegada do colonizador nas terras brasileiras, bem como nas consequentes representações acerca do espaço brasileiro e que fundamentou e cristalizou uma rede de significações, instituiu estereótipos, representações essas que adotam como ponto de partida a perspectiva eurocentrada e o imaginário sobre a terra.

A percepção da Europa como centro, atrelada à expansão do domínio do continente sobre outros, mais que representar tão e somente operações administrativas realizadas com a premissa de expandir os domínios econômicos e políticos, produziu sentidos em relação ao europeu levar a luz a outrem em razão de sua natureza evoluída capaz de conduzir os mais atrasados à civilização (RIBEIRO, 2021). Ao colonizar o mundo a Europa periodizou sua própria história, tornando-a permanente (DABASHI, 2019).

Conforme a discussão realizada a partir de autores como Dabashi (2019), Ribeiro (2021) e Quijano (2005), o pensamento europeu molda, por exemplo, a discursos e narrativas pressupondo uma ação justificável, no caso a da colonização, sendo mantenedor da colonialidade cultural, epistêmica e imaginária. Não distante a tal questão, a colonização de espaços como a Amazônia Legal, no Norte mato-grossense,

interesse dessa pesquisa, também parece pressupor uma reprodução de um mesmo padrão de poder europeu com o próprio do regime discursivo instituindo as verdades sobre tais operações, exatamente elas e não outras em seu lugar (questões como essas serão tratadas também adiante).

Como afirma Quijano (2009), o eurocentrismo não é apenas uma exclusividade do europeu, pois também tem se refletido nos espaços criados pela hegemonia europeia, isto é, pelas próprias nações subordinadas. Até o trajeto percorrido é possível se compreender, com base na articulação entre as diferentes áreas do conhecimento, que a menção aos espaços amazônicos como vazios e sem utilização encontra proximidade à universalidade de um modelo por não considerar outras formas de conhecimento e/ou existência que não aquela exposta por quem está em posição de explorar: no caso, aqueles que se lançaram nas missões exploratórias de colonização no interior brasileiro.

Como exemplo dessa questão cito a própria criação da política brasileira de colonização da Amazônia quando, com maior intensidade e ainda nos anos de 1970, passou-se a verificar uma série de iniciativas governamentais com o objetivo de reafirmar a importância de **“Um espaço chamado Amazônia”** como fundamental à soberania brasileira, estando esta área em posição de destaque, recebendo ações de colonização tanto públicas quanto privadas, essa última a partir das empresas de colonização, operando no centro de uma lógica estatal que inseria a Amazônia aos planos e interesses do país. **“A Gleba Celeste como projeto de colonização”** reproduz tal condição: instituída também na década de 1970, no auge da política brasileira de colonização, a área representava um universo de mais de 600 mil hectares e sobre o qual fundaram-se quatro cidades na região Norte de Mato Grosso. Revisitar as condições sócio-históricas de criação da Gleba Celeste é também um exercício de retorno à própria sócio-história do pesquisador que, assim como muitos migrantes que para a localidade se mudaram, também fez parte do contingente que ao lado da família deixou a sua terra natal em busca de melhores condições de vida. No caso, o deslocamento não ocorrera no sentido Sul do Brasil em direção a Mato Grosso, mas dentro desse próprio Estado, em direção a uma das cidades criadas dentro da Gleba Celeste: Sinop. As relações entre Gleba Celeste, o pesquisador e a própria pesquisa serão trabalhados no decorrer dessa pesquisa quando, primeiramente, explicarei a conexão entre essa tríade. Em outras palavras, não há como desconsiderar a própria sócio-história como ponto de partida para se compreender aquilo que se pretende investigar, interpretar.

Para partir em direção ao objetivo proposto nesta pesquisa, faz-se necessário compreender a relação também entre o migrante da Gleba Celeste – muitos dos quais são os que enunciam sobre a colonização -, seus Estados de origem no Sul do Brasil e a sua ligação com o continente europeu. Nesse interim, está-se vislumbrando a relação em que a imagem do migrante, em especial o sulista, é sinônimo da imagem europeia, repetindo tal operação iniciada pelos primeiros europeus que chegaram a regiões como, por exemplo, o Oeste paranaense e lá fundaram as suas colônias. Passo então a realizar tal ponderação adiante.

2.4 O sulista e a ascendência europeia

Ao discutir a mobilidade sulista e a expansão da fronteira agrícola brasileira, Alves (2005) destaca que, mesmo decorridos mais de 500 anos desde o descobrimento do Brasil, a formação territorial desse espaço moldou-se a partir de um processo permanente de ocupação e reocupação de áreas por migrantes nacionais ou estrangeiros. A construção dessa nação, em uma referência aos fluxos verificados nos diferentes períodos, deu-se pela necessidade de se construir mão de obra para sustentar os diferentes ciclos econômicos do país. “A elevação de cada um desses ciclos à categoria de protagonista em determinado momento ou de decadência em outro se dá pela lógica global de formação do capitalismo, do qual o Brasil, assim como os demais países colonizados, serviu de base para o processo de acumulação primitiva.” (ALVES, 2005, p. 41). A tal característica liga-se também a própria definição de espaços para servirem como ponto de exploração econômica, estimulando a dinâmica migratória e condicionando-a a tais questões.

O argumento do autor encontra proximidade também com o próprio processo de ocupação de espaços como o Amazônico, eleito como prioritário à dinâmica econômica, pelo próprio Estado nacional. Juntamente à definição de tais áreas a serem exploradas pelo capital, está também a mobilização do migrante, pois, como expõe Alves (2005, p. 42),

Assim, ao mesmo tempo em que o capital elege uma área para tornar-se o centro de produção de determinada mercadoria elege também o grupo social e o coloca em movimento não importando onde ele esteja, escolhendo aquele que poderá concretizar melhor o projeto do capital. O sujeito é mobilizado e não se mobiliza espontaneamente, essa perspectiva parece-nos mais adequada para entender a lógica que comanda os movimentos migratórios populacionais.

Para migrar, o então trabalhador “faz antes um balanço dos ganhos e das perdas de seu deslocamento, a decisão passa, portanto, pelo crivo da subjetividade do migrante” (ALVES, 2005, p. 42) e isso implica em reconhecer que o movimento dos diferentes grupos sociais mobilizados neste processo de migração não fugiu à regra. Ou seja, “formaram-se, ao longo desses cinco séculos, correntes migratórias específicas que adquiriram importância num dado momento da história econômica do País, por serem requisitadas de acordo com suas características sócio-demográficas para tornar possível a reprodução ampliada do capital” (ALVES, 2005, p. 42), entre as quais podem ser citadas a corrente nordestina e a corrente sulista de migração.

No caso da presente pesquisa, a aproximação está com o grupo de moradores da região Sul brasileira que partiu em direção à Amazônia Norte-mato-grossense para colonizar e fundar cidades, por exemplo, como aquelas em âmbito do projeto Gleba Celeste, mantendo em suas tradições o vínculo com sua origem e mesmo a ligação com a ascendência europeia. Mesmo movimento realizado quando da ordem migratória europeia em relação às terras brasileiras com ênfase no Sul. Isso porque, conforme Alves (2005, p. 65), “apesar da não condição de escravos, os europeus também foram mobilizados e construíram sua história no processo migratório brasileiro. É desse último grupo que descendem os atuais migrantes sulistas, sobretudo da geração que colonizou o sul do País a partir do século XIX.”

Nessa direção, a própria história da Gleba Celeste e de sua criação encontra ligação íntima com o Sul do país, com a relação entre grupos de pessoas sulistas que também conservava vínculo com a origem europeia, com a própria reprodução do *modus operandi* e a ideologia positivista do trabalho e do progresso frequentes no imaginário popular dos seus locais de origem – sejam eles no Brasil ou nos próprios países europeus dos quais descendiam -, o que acarretava diretamente na própria produção de sentidos sobre estar e ocupar um novo espaço territorial, na construção de um discurso do progresso. Ainda em Alves (2005, p. 44) é possível observar características próprias inerentes ao grupo de migrantes que versam sobre a manutenção e reprodução de manifestações étnico-culturais europeias.

Destacam-se, nessa corrente, mais do que em outros grupos de migrantes nacionais, fortes manifestações étnico-culturais que permanecem como identidade na trajetória do grupo e que são, deliberadamente, difundidas, dentre outras: a ideologia da positividade do trabalho, advinda da cultura europeia trazida pelos primeiros imigrantes; o pioneirismo na ocupação dos

cerrados para o desenvolvimento da agricultura moderna; os hábitos alimentares originários principalmente no Rio Grande do sul, como o chimarrão e o churrasco; as instalações dos Centros de Tradições Gaúchas (CTGs) nas áreas onde se fixa o grupo. Tais manifestações são reveladoras das preocupações em preservar e difundir as identidades territoriais do Sul brasileiro.

A presença do migrante sulista em terras como a da Amazônia em diferentes projetos de colonização também instituiu uma nova dinâmica produtiva à área mediante o estabelecimento da agricultura e o advento de técnicas diferentes que propiciassem o desenvolvimento desta atividade em locais onde não havia. Por outro lado, expõe Alves (2005, p. 66),

(...) essa corrente é representante de um modelo econômico excludente, na medida em que com a sua chegada as outras formas de produção da vida que existem nos locais praticamente se anulam, como por exemplo, os espaços de vida camponês. Isso porque essa migração impõe o ritmo de produção do tempo capitalista ao mesmo tempo em que monopoliza o espaço para obtenção de mercadorias a serem lançadas no mercado. Não há, portanto, lugar para quem não possui as habilidades para lidar com as leis do capital; os migrantes sulistas da fronteira agrícola conseguiram se adaptar a elas.

É pertinente fazer a ressalva de que as intensas campanhas de atração e de seleção de moradores do Sul brasileiro para as regiões ainda desconhecidas e pouco exploradas da Amazônia brasileira residem na própria expectativa de desenvolvimento dessa região por parte do Estado brasileiro, elegendo tal grupo de migrantes como fundamental para a implantação de um novo modelo econômico na então nova área. Uma condição também destacada pelo empresário Enio Pipino, da Gleba Celeste, ao se referir ao migrante ideal que se buscava para a área como “gente de primeira grandeza, bons produtores, bons agricultores, homens ordeiros, populações orientadas” (PIPINO, 1982).

Ao discutir o fenômeno da migração, a construção de fronteiras e identidades, Dezordi (2013, p. 60) faz um apontamento sobre a lógica colonizatória, afirmando que a exemplo da colonização do Sul do país, o que se torna comum *a priori* é “a imagem de progresso e trabalho construída na figura dos imigrantes ‘sulistas’, embora esse discurso parta mais de uma perspectiva de imagem de uma colonização ‘sulista’ associada caracteristicamente à civilização e progresso.” Parafrazeando o autor é possível dizer, de igual maneira, que a formação da Gleba Celeste em Mato Grosso não foge à regra, sendo enfatizada, predominantemente, a presença sulista como agente de transformação econômica. O vínculo com a terra logo passa a pressupor as relações de trabalho

existentes na área, a produção econômica, bem como a fixação da imagem do migrante sulista em terras da Amazônia a partir de um discurso do progresso, por exemplo, criado e reproduzido por empresas colonizadoras. Coube ao discurso empresarial formatar a história de progresso e de conquistas, colocando à margem e silenciando as histórias que confrontavam o sentido predominantemente desenvolvimentista. Em relação a Sinop, uma das cidades fundadas em âmbito da Gleba Celeste e a mais importante até então, em função de sua condição econômica, é possível observar tal questão, a partir do que Arruda (1997, p. 96) elenca:

Nos registros históricos oferecidos pela Colonizadora, o que prevalece é o relato do progresso e a história daqueles pioneiros que conseguiram acumular capitais, ou seja, os bem-sucedidos. Identificar aqueles que fracassaram em seus sonhos e não conseguiram a projeção social dentro da sociedade que se constituía, não é fácil dentro desse contexto histórico preestabelecido. A história da cidade deveria ser uma história de progresso e conquistas, não existindo espaço para os derrotados. E, mais uma vez esses cidadãos são excluídos da cidade; da sua história.

Como aponta Dezordi (2013, p. 58), a “necessidade de se ‘desbravar’ uma região ‘inóspita’ e desconhecida enaltecia o imaginário popular do migrante baseado no discurso do ‘progresso’ e da necessidade de migrar”, compreensão essa que não apenas representa o movimento ocorrido dentro do Brasil, em especial por migrantes do Sul, mas também a própria colonização por europeus ainda nas décadas de 1950 e 1960, quando “é possível entender a relação desses sujeitos e grupos, e a construção de identidades associadas a uma ideologia do ‘progresso’.” (Op. Cit.).

Assim como no processo histórico registrado no Brasil, com o deslocamento de diferentes grupos populacionais para áreas não exploradas economicamente, o fator ‘posse da terra’ também motivou a própria migração europeia em direção ao Brasil, pois, como explica Gregory (2008, p. 52), europeus e seus descendentes também se lançaram em uma corrente migratória em virtude da possibilidade e se tornar proprietário de terras e assim, por conseguinte, possibilitar aos filhos a mesma condição. O vínculo também com a terra estabelece as relações de trabalho, o sentimento de pertença, a fixação da imagem do migrante que chegou ao Sul, bem como aqueles outros que dessa própria região se mudaram para Estados diferentes. Nessa perspectiva, a associação do progresso de diferentes regiões como oriundo das frentes sulista e europeia é mencionado. Explica o autor que

Fica claro que a pequena propriedade nas regiões coloniais do Sul do Brasil é uma herança do imigrante europeu e que sua migração e de seus descendentes aconteceu por causa da possibilidade de ser proprietário e de garantir aos filhos a condição de proprietários de terra. Essa sua característica foi usada pelo Estado e pelo poder privado para a solução provisória de seus problemas advindos das contradições da estrutura econômica do Brasil. Mas, se a pequena propriedade no Brasil é uma herança do imigrante europeu, é, também, uma permissão do latifúndio. É importante ressaltar o caráter de condução, de controle, de direcionamento ao processo migratório se impunham, restando a atuação no sentido de os desdobramentos fossem favoráveis aos interesses das elites. (GREGORY, 2008, p. 52).

Nessa direção, Albuquerque (2010, p. 169) enfatiza que mesmo em tempos atuais no Brasil, existe “uma ideologia bastante acentuada nos estados do Sul e do Sudeste do Brasil que tenta explicar o maior desenvolvimento dessas regiões por causa do trabalho do imigrante europeu.” Nesse sentido, conforme o autor, “a ideologia favorece a produção de estereótipos em relação aos habitantes das regiões menos desenvolvidas economicamente”, de modo que se atribui a apenas um grupo o sentido de protagonista em um processo que resultou em transformações não apenas demográficas, mas econômicas, sociais, culturais, por meio do intercâmbio e promoção do conhecimento.

No processo histórico brasileiro, frise-se que o interesse pelo migrante estrangeiro também constituía um dos interesses do Estado, com a ênfase em se assegurar a oferta de mão de obra interna no país, especialmente em meados da década de 1930. Logo, a própria chegada do imigrante europeu ao Brasil não resultou tão e unicamente da própria vontade desse em se mudar para o Brasil, mas também atraído pelas ações pró-migração de origem de Estado. Getúlio Vargas, presidente à época, ao tratar sobre a abertura do Brasil, a tais povos dizia que a operação atendia à demanda brasileira por “braços numerosos e adestrados no trabalho da terra, e só podemos consegui-los pela imigração, aproveitando os elementos úteis que se deslocam de outros países à procura de condições de vida mais fáceis e promissoras.” (VARGAS, 1935).

Até 1930, no Brasil, verificava-se um movimento migratório realizado não por brasileiros, mas por grupos de estrangeiros que buscavam acessar o país em busca de melhores condições de vida, bem como se estabelecer em um local capaz de lhes abrigar após deixarem suas terras de origem, em virtude, também, da guerra. Os interesses brasileiros e a necessidade por mão de obra estimulou também o povoamento à época, a partir da chegada dos imigrantes estrangeiros.

Contudo, mesmo recebendo populações oriundas de outros países, o Brasil não dispunha, até então, de mecanismos e estratégias de direcionamento dos grupos de

imigrantes, bem como de definições para quais Estados os recém-chegados poderiam ser deslocados, visando atender as necessidades de maneira local, em consonância com a estratégia de povoamento apresentada à época (NASCIMENTO, 2018). Dessa maneira, quase que baseado em critérios como agrupamentos coletivos étnicos e países de origem, é que os migrantes estrangeiros logo passaram a se encontrar, conforme citara o próprio presidente, segundo suas afinidades, interesses e necessidades.

Enquanto isso acontecia, regiões fertilíssimas, merecedoras como as demais de receber o impulso de progresso provocado pela imigração, permaneciam intactas e abandonadas, sobretudo nos Estados do Norte, cujas terras, por falta de uma política racional e sistemática de colonização, só escassamente são atingidas pelas correntes imigratórias. [...] Daí, o movimento que se observa no seio das elites políticas desses povos, e, em geral, nos grandes centros de cultura e investigação sociológica, no sentido de armar o Estado de instrumentos e recursos que assegurassem o desdobramento de uma política capaz de acelerar o processo de nacionalização dos contingentes imigratórios (VARGAS, 1935, p. 123-124).

A partir de tal ótica Dezordi (2013, p. 46) expõe que o discurso “progressista estaria fundamentado na expectativa construída em torno dos possíveis benefícios que a imigração pudesse trazer para os interesses político-econômico-sociais das classes dominantes que dirigiam o Brasil ao final do século XIX.” Entre os exemplos o autor aponta a própria relação da migração europeia no Oeste do Paraná, região essa onde a empresa que fundou a Gleba Celeste trabalhava. Aponta o autor que

No contexto da colonização do Oeste do Paraná nas décadas de 50 e 60, a preferência das companhias colonizadoras em atrair para suas áreas descendentes de italianos e alemães poderiam ter fundamento na expectativa de desenvolvimento dessas regiões, baseando-se no crescimento que tiveram algumas colônias colonizadas por esses imigrantes no Sul do Brasil, ao final do século XIX e início do século XX. Dessa forma, a ação das companhias colonizadoras em favorecer a imigração “sulista” para o Oeste do Paraná poderia estar relacionada à política de incentivos do Estado ao desenvolvimento da monocultura. E ainda se haveria alguma relação com o discurso do progresso perpetuado nas décadas 50 a 70 no Brasil, mais especificamente regiões recentemente colonizadas no início das décadas de 50 e 60 no Oeste do Paraná. (DEZORDI, 2013, p. 46).

A busca de imigrantes europeus para o Brasil, entre os quais podemos citar italianos, espanhóis, alemães, entre outros, explica-se por motivações diversas como as econômicas, as trabalhistas, bem como o desejo pela propriedade da terra e a possibilidade de retorno financeiro sobre essa. Outro aspecto diz respeito à própria questão racial, “que gerou um conflito de interesses entre a necessidade de mão de obra

para a economia cafeeicultora e a política de ‘branqueamento’ racial no Brasil” (DEZORDI, 2013, p. 47) em especial na segunda metade do século 19. Ou seja, a política de “branqueamento racial” (DEZORDI, 2013) se relaciona com a “preferência da elite nacional pelo elemento ético ‘europeu’ gerando desaprovações e divergências dos literatos.” (DEZORDI, 2013, p. 47).

Em um paralelo com os apontamentos de Dezordi (2013), Albuquerque (2010, p. 163-164) diz que “nessa perspectiva, os europeus brancos são os portadores da civilização e do trabalho, enquanto os negros, índios e mestiços americanos simbolizam o atraso, a barbárie e a preguiça).” Aqui se enfatiza não apenas a condição de se assumir como portador de uma nova civilização e trabalho, mas também da própria construção de discursos que se amparem nessa mesma formação e em uma mesma matriz de poder.

O discurso do progresso proferido pelas empresas de colonização também reafirmava o progresso e o trabalho, tornando-se presente no imaginário popular. Dezordi (2013, p. 58) traz um apontamento importante acerca dessa questão ao tratar que:

A necessidade de se “desbravar” uma região “inóspita” e desconhecida enaltecia o imaginário popular do migrante, baseado no discurso do “progresso” e da necessidade de migrar. Nos municípios colonizados por alemães e italianos no início da década de 1950 e 60, é possível entender a relação desses sujeitos e grupos, e a construção de identidades associadas a uma ideologia do “progresso”.

2.5 Uma questão de discurso

No centro desse trabalho está a constituição discursiva que caracteriza a colonização e que se reproduziu na imprensa e a partir do próprio colonizador ainda na década de 1980, quando das referências feitas à fundação do projeto Gleba Celeste. Convém mencionar sob qual ótica trabalhamos o entendimento sobre discurso, já compreendido aqui como uma noção teórica. O conceito faz referência não a um discurso enquanto um elemento, um vocábulo e/ou relacionado à língua (MAINGUENEAU, 2015), mas como uma prática social situada historicamente e relacionada diretamente a contextos econômicos, sociais e culturais que se moldam em um dado momento sócio-histórico e que emerge a partir de um conjunto de enunciados (FOUCAULT, 2008; 2018). Nessa lógica são instituídos os regimes de verdade,

compreendendo um conjunto de regras e de posições a serem ocupadas para que algo seja dito ou não em uma sociedade. Conforme explica Foucault (2008, p. 50),

As condições para que apareça um objeto de discurso, as condições históricas para que dele se possa ‘dizer alguma coisa’ e para que dele várias pessoas possam dizer coisas diferentes, as condições para que ele se inscreva em um domínio de parentesco com outros objetos, para que se possa estabelecer com eles relações de semelhança, de vizinhança, de afastamento, de diferença, de transformação – essas condições, como se vê, são numerosas e importantes. Isto significa que não se pode falar de qualquer coisa em qualquer época.

Na concepção de Foucault (2008, p. 122) o discurso não está desvinculado de uma genealogia histórica, isto é, sendo dito em diferentes sociedades de modo isolado de outras relações, mas ao contrário. Há uma interligação, padrões de dispersão e de regularidades em relação a um mesmo objeto, um tema, e que vão formar um discurso a partir de “um conjunto de enunciados que se apoia num mesmo sistema de formação.” Na tessitura do filósofo, então, enunciado passa a ser compreendido como uma “modalidade de existência própria desse conjunto de signos: modalidade que lhe permite ser algo diferente de uma série de trações, algo diferente de uma sucessão de marcas em uma substância, algo diferente de um objeto qualquer fabricado por um ser humano [...]”.

Segundo o filósofo, trata-se o enunciado de uma “modalidade que lhe permite estar em relação com um domínio de objetos, descrever uma posição definida a qualquer sujeito possível, estar situado entre outras performances verbais, estar dotado de uma materialidade repetível.” Para Foucault (2008), a regularidade dos enunciados indica as redes de memórias às quais estão vinculados, uma vez que a própria enunciação não ocorre em si, de forma isolada, mas em memórias a partir das quais os objetos são nominados e localizados no mundo por um sujeito enunciador. Em um paralelo com a presente pesquisa, por exemplo, os enunciados sobre a fundação da Gleba Celeste que integram redes de memórias sobre a colonização da Amazônia e que apresentam a própria genealogia da região, bem como a identidade de quem participou e esteve à frente do processo, vão emergir não isoladamente, mas a partir do encontro entre as memórias individuais e coletivas que vão se relacionar durante a enunciação.

Corroborando com o debate acerca da questão discursiva, Neves (2009, p. 105) aponta que “onde quer que haja circulação de discursos, lá estarão as relações de poder” e o dizer da autora pressupõe que a história contada pelos homens é, por si só, atravessada por relações de poder, também administrada (Op. Cit.) e, então, a história

sobre a colonização da Amazônia não se distingue dessa condição: a maior parte se pauta nas versões concebidas a partir do prisma do colonizador, ou dos agentes colonizadores, compreendidos como aqueles que deixaram suas terras natais em direção ao desconhecido da Amazônia, da própria história ocidental e, por si só, marcada por posições ideológicas.

A existência das diferentes versões denota a não neutralidade, porta-se como “um dispositivo discursivo que serve para transformar a versão parcial na verdade absoluta” (NEVES, 2009, p. 105). O pensamento da autora encontra conexão com o postulado de Michel Foucault (2018, p. 52) quando o filósofo afirma ser a verdade efêmera e deste mundo, pois ela

é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sancionam uns e outros; as tendências e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro.

Ao dispor sobre a ‘política da verdade’ Foucault (2018) elenca cinco características que são historicamente importantes: a) o discurso científico e as instituições que o produzem compreendem uma categoria na qual se dispõe a verdade; b), a verdade está submetida às ordens econômica e política porque, como tal, porta-se como um instrumento para se exercer o poder político e econômico; c) a verdade circula em diferentes formas e assim também é consumida, por exemplo, a partir dos aparelhos de educação, informação; d) embora não de maneira exclusiva, mas dominante, a verdade é transmitida por denominados “grandes aparelhos políticos ou econômicos”, a constar como a “universidade, Exército, escritura, meios de comunicação” (FOUCAULT, 2018, p. 52); e, e) a verdade, como afirma o filósofo, “é objeto de debate político e de confronto social (as lutas ‘ideológicas’).”

Em um paralelo com o postulado do autor acerca das relações de verdade e de poder, há de se dizer que o colonizador não é o portador das verdades universais, mas alguém que ocupa uma determinada e específica posição intimamente ligada ao dispositivo de verdade que circula no discurso produzido à luz de sua conjuntura histórica, social e que procura ser legitimado conforme os interesses diversos. O colonizador opera no mesmo nível desse regime de verdade que é fundamental para a

estrutura e funcionamento de seu próprio dizer. Em outras palavras, a verdade que emana de um ou mais postulados “está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem. ‘Regime de verdade’.” (FOUCAULT, 2018, p. 54). E assim sendo, ao se analisar a história e o *modus operandi* da colonização, encontram-se traços da filiação ao pensamento europeu (que coloniza) em relação ao espaço pouco explorado (colonizados) porque a colonização é vista como um instrumento por meio do qual as relações de poder são propagadas. Isso em se tratando de um apontamento sob a ótica discursiva e do discurso construído em torno da colonização, o que não representa nesse momento estar ou não se emitindo juízo de valor acerca dessa operação, sendo ela positiva ou negativa.

Nessa conjuntura, diferentes enunciados vão surgir, sendo exatamente eles e não outros em seus lugares, para significar a colonização não apenas pelo prisma de uma operação administrativa, mas algo que significa e faz com que se seja possível a ela se identificar. Enunciados esses edificadas a partir de diferentes meios, entre os quais o midiático, por meio do discurso jornalístico propriamente dito e que materializa histórias desse período. Ao falar sobre a colonização, a mídia então passa a difundir e divulgar o conjunto de discursos, sejam eles emanados por figuras como a do colonizador, do migrante, bem como outros que se inserem à cena — por exemplo, os jornalistas que cobrem determinado fato e sobre ele escrevem. Logo, um olhar sobre esta prática jornalística propicia, como explica Mariani (2003, p. 33), uma leitura do presente e legitimação, “enquanto passado – memória – a leitura desses mesmos fatos do presente, no futuro.” Assim,

A partir da análise das formas de inscrição da historicidade (de uma formação social em uma dada conjuntura) na linguagem, torna-se possível entrever os processos discursivos que atuam na perpetuação e cristalização de determinados sentidos em detrimento de outros, ou seja, processos discursivos que tecem e homogeneizam a memória de uma época. (MARIANI, 2013, p. 41).

E em se tratando do Jornal Hoje de Sinop, observar como a colonização é significada possibilita vislumbrar o imaginário da época e, neste conjunto de enunciados que figura na cena jornalística, emerge-se a colonização, um registro da história e que permite analisar tal fenômeno em um período/recorte temporal. Ao mesmo tempo, a partir das interpretações daquilo que no jornal está se faz possível identificar a intersecção que faz funcionar uma rede de memórias (Foucault, 2008; Gregolin, 2003)

entre o que se é dito pelo empresário Enio Pipino e a publicação jornalística. Ou seja, os enunciados da colonização reaparecem nas reportagens do periódico jornalístico anos mais tarde, quando de suas referências ao processo de compra da terra onde se instalaria a Gleba Celeste, à dinâmica de ocupação da área, à forma como o colonizador exerce influência sobre a operação de colonização, à repetição da lógica eurocêntrica de progresso, por meio da reprodução de discurso, às comparações entre o “inferno verde” e o eldorado, entre outras.

Os materiais do jornal a serem apresentados, bem como a entrevista do empresário paulista, embora construídos em momentos diferentes, são produtos históricos de sujeitos em suas épocas e, como tal, vão demonstrar a conexão com enunciados coloniais em meio às condições e possibilidades históricas que formam esse discurso⁸. O sujeito que enuncia busca referências e memórias para então nominar seus objetos em uma lógica tal qual já advertiu Foucault (2014, p. 9), ao afirmar que “não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa.” Nesse aspecto, para fazer sentido, o discurso não se produz aleatoriamente, mas a partir das circunstâncias específicas que propiciaram o seu surgimento, a partir dos sistemas de relação que regulam as práticas discursivas. Os enunciados, então, vão aparecer a partir do momento “em que memórias individuais e coletivas se relacionam durante a enunciação.” (SARRAF; NEVES, 2020, p. 114). O processo de colonização é atualizado e reatualizado, fundando sentidos sobre a construção da Amazônia, a partir do exemplo da Gleba Celeste, reproduzindo também a colonialidade do poder (QUIJANO, 2005) e, de igual maneira, instituindo um regime de verdade sobre a colonização.

⁸ A questão da colonialidade, noção Quijano (2005, 2009) será explicada ainda no decorrer deste trabalho

3 DA PESQUISA, DO PERCURSO, DO PESQUISADOR

Neste capítulo apresento questões referentes à pesquisa, ao percurso e ao pesquisador, de maneira a situar sua constituição, apresentá-la metodologicamente, compreendendo-a como uma construção sócio-discursiva, uma perspectiva de investigação e que não esgota a possibilidade de se trabalhar a mesma temática. Para tal, adoto a seguinte trilha: inicio trabalhando as (in)conclusões no/pelo percurso científico, com diálogo entre história, linguagem e a sociologia para se compreender o exercício da pesquisa, a necessidade de um diálogo entre as diferentes teorias, uma vez que tais questões estão ligadas à escolha do *corpus* de pesquisa: uma entrevista e uma seleção de textos jornalísticos para se falar sobre a colonização, a partir do objeto de pesquisa que é a da Gleba Celeste, em Mato Grosso.

Esta dinâmica é importante porque introduz a reflexão sobre a base teórica e metodológica do trabalho, quando o abordamos pelo prisma da construção de um conhecimento científico transdisciplinar, guiado pela Linguística Aplicada de base indisciplinar. Nesse instante, apresento o cenário da Linguística Aplicada e sua constituição sócio-histórica, transitando de uma Linguística Aplicada como aplicação para uma área do conhecimento que desloca o pensamento para ‘além-fronteira’, realizando um estado de arte dessa Ciência.

Concebida ainda na década de 1940, sobre a Linguística Aplicada incidiram variados movimentos de ruptura sobre sua própria base epistemológica e que a tornaram uma área atenta às necessidades do mundo real, estruturada e responsável por inflexionar a lógica de um conhecimento uno e isolado, ultrapassando dicotomias. Ela dialoga, questiona e maximiza as questões da linguagem inseridas às práticas sociais humanas. Interroga o próprio modo de se fazer Ciência, não apenas com uma considerada verdadeira, proporcionadas no pós-*virada* discursiva.

3.1 Das (in)conclusões no/pelo percurso científico

Nenhuma teoria por si só e de forma isolada é capaz de ‘dar conta’ do(s) objeto(s) de pesquisa(s), explicando-o(s) do início ao fim. De igual maneira, mais que refletir sobre qual arcabouço teórico ao qual se irá recorrer, deve-se pensar em um processo de pesquisa como um todo e de forma relacional, misturando-se aquele que pesquisa, o ser humano e o ser social em uma sinergia para gerar conhecimento sem, no entanto, negar as referências históricas e pessoais. De forma geral, estes pontos parecem, de sobremaneira, inerentes às rotinas da pesquisa e do pesquisador, independentemente das áreas às quais estejam os trabalhos vinculados. Não são fórmulas, no sentido de que quando somadas resultam em uma resposta clara e objetiva, nem mesmo equações lineares e com respostas exatas, mas um percurso constitutivo ao *ethos* do pesquisador que enuncia.

Bourdieu (2000, p. 19), ao discutir questões como a definição de um objeto para a pesquisa científica, bem como sua compreensão àquele que pesquisa, alude à figura do “*homo academicus*”, ou homem acadêmico, que aprecia tudo acabado, uma referência a um modo de produção científica que prima pela construção de uma pesquisa sob a lógica de se fazerem desaparecer os “vestígios”, “os toques e os retoques” necessários para que determinada obra seja elaborada. Em outros termos, enxergar apenas o resultado final, sem se fazer perceber toda a etapa, o modo de produção necessário até se chegar às conclusões sobre determinado assunto investigado. Associando o *homo academicus* a um pintor, Bourdieu (2000, p. 19) elenca que “ele [o *homo academicus*] faz desaparecer dos seus trabalhos os vestígios da pincelada, os toques e os retoques”, de modo que tais rascunhos, também importantes para se compreender o produto final sejam colocados de lado.

Tal pressuposto do autor parece funcionar como uma orientação aos primeiros passos da pesquisa, pois, ao se questionar certezas, leva-nos a pensar a produção de trabalhos e a geração de conhecimento em um contexto multi e não individual. Isso a se começar pela definição/escolha do objeto a ser pesquisado e que também deve transcender um horizonte rígido para se conectar com a realidade. Nesse aspecto, afirma Bourdieu (2000, p. 20), “é preciso saber converter problemas muito abstratos em operações científicas inteiramente práticas – o que supõe, como se verá, uma relação muito especial com o que se chama geralmente teoria ou prática.” O que o sociólogo dispõe está relacionado à uma perspectiva de pensamento que implique em transcender

o pensamento estrutural para abrir margem à outra forma de trabalhar e na qual se perceba um conjunto de princípios de visão e de divisão. Como exemplifica Bourdieu (2000, p. 21):

Em vez de fazer, como fazia há vinte anos, uma bela exposição sobre a noção de estrutura na matemática e na física modernas e sobre as condições de aplicação em sociologia do modo de pensamento estrutural (era sem dúvida mais impressionante...), direi a mesma coisa mas de forma prática, quer dizer, por meio de observações elementares – tão elementares que nos esquecemos muito do seu estudo particular. Só se pode realmente dirigir uma pesquisa – pois é disso que se trata – com a condição de a fazer verdadeiramente com aquele que tem responsabilidade directa dela: o que implica que se trabalhe na preparação do questionário, na leitura dos quadros estatísticos ou na interpretação dos documentos, que sugiram hipóteses quando for dirigir verdadeiramente senão um pequeno número de trabalhos, e aqueles que declaram dirigir um grande número deles não fazerem verdadeiramente o que dizem.

Como afirma Bourdieu (2000, p. 20), “tem-se demasiada tendência para crer, em ciências sociais, que a importância social ou política do objecto é por si só mesmo suficiente para dar fundamento à importância do discurso que lhe é consagrado.” Objeto que, na perspectiva desse autor, carece de atenção pelo pesquisador, não se apresenta como algo simples e prático de ser construído, mas requer constante exercício e amadurecimento. Ao introduzir uma sociologia reflexiva Bourdieu (2000, p. 27) expõe sobre a dificuldade de construção de um objeto de pesquisa, indicando a complexidade do tema, a impossibilidade de se estabelecê-lo em uma ‘assentada’, mas sim por retoques, emendas, correções, um exercício de fôlego ‘por uma série de correcções’, de emendas, sugeridos por o que se chama o ofício, quer dizer, esse conjunto de princípios práticos que orientam as opções ao mesmo tempo minúsculas e decisivas.” Segundo o autor, o objeto não está isolado das relações de que retira o essencial de suas propriedades. Como especifica ainda Bourdieu (2000, p. 29), “os objectos comuns da pesquisa são realidades que atraem a atenção do investigador por serem ‘realidades que se tornam notadas’ por assim dizer, ao porem problemas” – por exemplo, como a fundação da Gleba Celeste significa a colonização, que é o interesse dessa pesquisa em particular.

Na tessitura do sociólogo, construir um objeto de pesquisa requer uma postura ativa e sistêmica que não se paute em construções teóricas vazias, mas aborde um caso empírico com a intenção de se construir um modelo, de conectar os dados de maneira que eles funcionem como um programa de pesquisas que põe questões sistemáticas e como tal recebe respostas também sistemáticas. Ou seja, está-se operando na construção

de um sistema de relações coerentes (BOURDIEU, 2000). Associando tal lógica à presente pesquisa, recorre-se a um caso específico – aquele que versa sobre a fundação da Gleba Celeste a partir do dizer jornalístico e do empresário colonizador - para levantar questões sistemáticas como a da colonização da Amazônia, de produção de sentidos. Nesse instante se está estabelecendo o *habitus* científico do pesquisador, isto é, uma regra, um modo científico de operação, modo de ser, corporalidade que, de acordo com Bourdieu (2000, p. 23),

funciona em estado prático segundo as normas da ciência sem ter estas normas na sua origem: é esta espécie de sentido do jogo científico que faz com que se faça o que é preciso fazer no momento próprio, sem ter havido necessidade de tematizar o que havia que fazer, e menos ainda a regra que permite gerar a conduta adequada

Pensar relacionalmente também parece ser um ponto forte do pensamento do autor e que, indiretamente, aproxima-o da Linguística Aplicada porque ambos, cada qual à sua maneira, tratam de uma ruptura no processo científico, no processo do pesquisador, em se adotar uma nova perspectiva que imprima uma mudança da visão do mundo social, bem como abre brechas para uma nova possibilidade de pesquisa, que questiona a universalidade positivista. Como afirma Ferreira (2012, p. 290), a tendência positivista de pesquisa pressupõe a própria catalogação do sujeito cientista “como pesquisador das ciências exatas, aquele que habita os laboratórios experimentais e comprobatórios, considerados os ‘verdadeiros’ agentes da ciência ‘pura’.” A ruptura à qual Bourdieu (2000, p. 49) faz menção compreende “uma conversão do olhar, [...] dar novos olhos como dizem por vezes os filósofos iniciáticos. Trata-se, senão, ‘um homem novo’, pelo menos, ‘um novo olhar’, um olhar sociológico.” E isso, ainda segundo o sociólogo, não é possível sem uma verdadeira conversão ou mesmo mudança sobre a visão acerca do mundo social que nos cerca. Como expõe ainda Bourdieu (2000, p. 49), o que se denomina ‘ruptura epistemológica’, quer dizer,

pôr suspenso as pré-construções vulgares e os princípios geralmente aplicados na realização dessas construções, implica uma ruptura com modos de pensamento, conceitos, métodos que têm a seu favor todas as aparências do senso comum, do bom senso vulgar e do bom senso científico (tudo o que a atitude positivista dominante honra e reconhece. [...] a primeira tarefa da ciência social – portanto, do ensino da pesquisa em ciência social – é a de instaurar em norma fundamental da prática científica a conversão do pensamento, a revolução do olhar, a ruptura com o pré-construído e com tudo o que, na ordem social – e no universo douto – o sustenta [...]. (BOURDIEU, 2000, p. 49).

Tal argumento parece indicar uma tentativa de se fazer percorrer também as “ruelas da ortodoxia” (FERREIRA, 2012, p. 290) ao se situar o lugar do sujeito da Ciência e a sua prática realizada, no sentido de se relacionar a própria prática científica com determinado momento histórico e ao objeto pesquisado. Rajagopalan (2003, p. 49) expõe a dimensão do desafio enfrentado: “com frequência, as ciências funcionam como verdadeiras seitas, impedindo que os adeptos pensem livremente. A ciência também dos dogmas [...] Os que se atrevem a questionar os dogmas são sumariamente excomungados ou, no caso da ciência, tachadas de ‘pseudocientistas’, ‘charlatões’ etc.”

Bourdieu (2000) também parece dialogar diretamente com a área da Linguagem quando trata previamente deste processo de ruptura, de se estabelecer novos olhares, propondo perspectiva às Ciências Sociais, intersecção que adiante apontarei, quando da reconstrução do percurso sócio-histórico da Linguística Aplicada como área do conhecimento. Logo, as relações fundamentais para pensar esta própria pesquisa se dão em âmbito do objeto, muitas vezes difícil de circunscrever, do trabalho teórico a que proponho realizar e sem deixar de lado os rascunhos deste trabalho que são tão importantes quanto o produto final a ser apresentado.

A seguir, trabalho com a compreensão sobre como essa área denominada Linguística Aplicada moldou-se a partir de um constructo transdisciplinar, questionando a própria Ciência moderna no que diz respeito ao modo de se fazer pesquisa, o que se mostra importante entender para então situar a construção desta pesquisa e justificar o porquê de ser ela uma construção também multidisciplinar que não opera em um único terreno, mas se ampara na articulação de diferentes áreas do conhecimento para se produzir conhecimento e discutir determinada questão moldada pela área da linguagem.

3.2 (Des)construindo percursos: a Linguística Aplicada e seu caráter transdisciplinar

A década de 1940 nos Estados Unidos marca o advento da Linguística Aplicada. Compreendida em sua fase inicial como uma aplicação do conhecimento teórico e produzido em âmbito dos estudos linguísticos, a Linguística Aplicada para a época centrava a atenção sobre o estatuto ensino-aprendizagem de línguas, em especial a Inglesa (MOITA LOPES, 2008). A condição sócio-histórica da gênese atrela-se diretamente ao contexto da Segunda Guerra Mundial quando a preocupação em desenvolver “materiais para o ensino línguas” (MOITA LOPES, 2008, p. 11) parecia quase latente ao período.

Figuras como as de Charles Fries e Robert Lado, que em 1946 foram responsáveis pelo primeiro curso de Linguística Aplicada ministrado na Universidade de Michigan, também se vinculam ao percurso da Linguística Aplicada naquele mesmo país. Já no outro lado do oceano, na Inglaterra, a história data de 1957, a partir da fundação do Departamento de Linguística Aplicada de Edinburg e ao qual estavam filiados estudiosos como Pit Corder, Widdowson e Davies (MOITA LOPES, 2008). Embora separados por continentes distintos convergia o paradigma de uma Linguística Aplicada de aplicação da linguística teórica, ou seja, uma espécie de manual prático (MOITA LOPES, 2008). Nas palavras de Moita Lopes (2008, p. 13), “foi assim que, de fato, a LA começou”. Começou, mas não terminou. Inicialmente, os contextos de ensino de língua pareciam pressupô-la em sua essencialidade, entretanto, dado ao contato com outras áreas das Ciências Sociais e Humanas e o pós-*virada* ‘linguístico-discursiva’, ‘*virada crítica*’ (FABRÍCIO, 2006) ou ‘*virada discursiva*’ (MOITA LOPES, 2006a, 2006b) a expansão para além de seus próprios muros epistemológicos instituiu novos marcos à Linguística Aplicada. Como consequência o distanciamento entre a perspectiva à época de sua fundação e a fase ‘contemporânea’ denotam ‘novos tempos, novas teorizações’ (MOITA LOPES, 2006b) para uma mesma LA. Nesse contexto da transição entre uma Linguística Aplicada puramente estrita ao ensino de línguas e a tradução para uma Linguística Aplicada ‘híbrida’ (MOITA LOPES, 2004, 2006b) ‘nômade’ (MOITA LOPES, 2006b), ‘prática interrogadora’, ‘espaço de desaprendizagem’, um ‘território movente’ (FABRÍCIO, 2006).

Pensar e compreender o lugar ocupado pela Linguística Aplicada de hoje levamos, inevitavelmente, à sua origem e ao percurso histórico sobre o qual essa área foi

forjada. Isso porque é a partir de dada condição de produção que uma ou mais teorias são edificadas e se fazendo, para o momento, como suficientes às preocupações às quais se propunham responder. A Linguística Aplicada não foge à regra e como tal uma de suas primeiras características, nos idos do século XX, nos Estados Unidos, era se portar feito sinônimo de ensino/aprendizagem de línguas, em especial a Inglesa (MOITA LOPES, 2008). O contexto de seu surgimento atrela-se à preocupação do fazer linguístico com as línguas, especificamente por questões mercadológicas e financeiras atreladas ao colonialismo. A missão de tal Linguística Aplicada em meio ao cenário da segunda Guerra Mundial, portanto, seria a de exportar para a prática o constructo teórico da Linguística, aplicando-o. Com efeito, construir um percurso metodológico com vistas ao ensino e aprendizagem de línguas seria missão do linguista prático.

Ao reconstruir o trajeto sócio-histórico da Linguística Aplicada, Moita Lopes (2008, p. 12) destaca os anos de 1940, recaindo sobre tal período a preocupação em se estudar/estabelecer materiais para se fazer ensinar as línguas. Com seu enfoque inicial atrelado a tal questão, “essa área [a Linguística Aplicada] se inicia, então, como resultado dos avanços da Linguística como ciência no século XX, constituindo-se como estudo científico do ensino de línguas estrangeiras”. No século em questão a própria Linguística já se configurava como científica e dotada de um objeto de estudo, mediante os trabalhos do linguista Ferdinand de Saussure (1857-1913), cujo primeiro momento em direção ao campo da Linguística foi a formação da língua enquanto objeto desse campo de estudo. Tal contexto ajuda-nos a compreender como, diante da consolidação da própria Linguística, sua influência corroborou para operacionalizar e, ao mesmo tempo, sistematizar uma Linguística Aplicada enquanto fator de aplicação. Ou seja, parecia-se inevitável recorrer ao teoricismo como forma de dar sustentação à Linguística Aplicada. Conforme Moita Lopes (2008, p. 12), “parecia natural que uma área que focalizava o fenômeno da linguagem, com a influência tão profunda no modo como o Estruturalismo se espalhou em muitas disciplinas, tivesse algo a dizer àqueles que se interessavam pelo ensino de Línguas.”

Já na Inglaterra, explica ainda Moita Lopes (2008, p. 13), a história da Linguística Aplicada começa em 1957, a partir da “fundação do Departamento de Linguística Aplicada de Edinburgh, de onde saíram Pit Corder, Widdowson, Davies”, sendo esses “três dos maiores linguistas aplicados de então, e cuja relevância é perceptível até hoje.” Embora todos os autores tenham papel crucial no estabelecimento da Linguística Aplicada no continente Europeu, foi com Widdowson, ainda no final da

década de 1970, que questionamentos à natureza da Linguística Aplicada levaram-na a um exercício reflexivo em torno de si própria. Moita Lopes (2008) situa duas viradas iniciais sobre a Linguística Aplicada e responsáveis por passá-la de uma vertente aplicacionista para uma área do conhecimento. O ponto de partida decorre do fato, conforme esse autor, de ser filial à Linguística Aplicada a busca por uma teoria própria que atendesse a seus propósitos e, como tal, extrapolasse o aspecto de uma prática da teoria Linguística (1ª virada). Até então, a Linguística Aplicada não se associava à uma área do conhecimento, mas tão somente uma aplicação de Linguística para ensino e aprendizagem de línguas estrangeiras. Posteriormente, embora mantivesse a primazia sobre as relações do ensino de línguas, como as maternas, colocar-se além dos horizontes escolares, da dicotomia ensino/aprendizado, acentuou novo fôlego à LA (2ª virada).

Segundo Moita Lopes (2008, p. 17), é nesse momento em que a Linguística Aplicada começa a “pesquisar contextos de ensino e aprendizagem da língua materna, no campo dos letramentos, e de outras disciplinas do currículo, e em outros contextos institucionais.” Inevitavelmente, a conjunção dessas duas ordens estabeleceu uma posição e um marco para essa Linguística Aplicada que passa a ser “formulada como uma área centrada na resolução de problemas da prática de uso da linguagem dentro e fora da sala de aula.” O que se tem em destaque, explica Moita Lopes (2008, p. 19), é uma Linguística Aplicada que deseja, de sobremaneira, “falar ao mundo em que vivemos, no qual muitas das questões que nos interessavam mudaram de natureza ou se complexificaram ou deixaram de existir.” Para o autor, a Linguística Aplicada sobrepõe-se à uma Linguística “como um componente teórico essencial, uma vez que muitas das compreensões mais relevantes sobre a linguagem no mundo atual, devido à chamada ‘virada linguística’, podem vir de outros campos do conhecimento.” Nesse ponto, o autor descreve a ocorrência de uma já área do conhecimento que coloca em xeque a perspectiva de Linguística Aplicada de validação da Linguística, de caráter de experimentação e uma aplicação da teoria linguística.

Esse equívoco aplicacionista deve-se possivelmente ao entusiasmo que a formulação de uma área de conhecimento nova, a linguística, despertou no início do século XX, e a compreensão apressada e pouco lúcida de que o seu aparato teórico poderia focalizar questões além de seu alcance. Daí, então, ser possível explicar essa relação unidirecional entre teoria linguística e a prática de ensinar/aprender línguas, típica da chamada aplicação de linguística, que não contempla nem a possibilidade de a prática alterar a teoria. Assim, para dar conta da complexidade dos fatos envolvidos com a linguagem em sala de

aula, passou-se a argumentar na direção de um arcabouço teórico interdisciplinar. [...] essa lógica de interdisciplinaridade possibilita então à LA escapar de visões preestabelecidas e trazer à tona o que não é facilmente compreendido ou o que escapa aos percursos de pesquisa já traçados, colocando o foco na pesquisa no que é marginal. (MOITA LOPES, 2006a, p. 18-19).

Embora se note a presença da relação ensino/aprendizagem de línguas no interesse da Linguística Aplicada, a perspectiva atual parece não primar tão e somente por essa questão. Como aponta Moita Lopes (2008, p. 12), “hoje, a LA se constrói também bem distante do campo de ensino de línguas” e que já indica uma disposição, abertura e novos olhares para além de uma dicotomia. Na cena teórica descrita por esse mesmo autor, as aberturas à área da Linguística Aplicada dotam-na de preocupações que extrapolam a linearidade de um conhecimento unilateral, pautado só no ensino de línguas porque “as mudanças epistemológicas não têm sido pequenas. Formas tradicionais de produção de conhecimento têm sido questionadas e novas têm sido produzidas e subscritas.” (MOITA LOPES, 2004, p. 163).

Nessa nova etapa de uma Linguística Aplicada não mais como aplicação, ao menos três aspectos parecem inerentes à sua natureza e que juntas vão formatando uma nova concepção de pesquisa, questionando a lógica da ciência moderna de uma produção de conhecimento uno e linear: 1) o hibridismo da proposta teórica-metodológica; 2) o fator neutralidade no que tange o pesquisador, suas escolhas, interpretação e, portanto, o declínio do pressuposto do sujeito e pesquisador neutros; e, por fim, 3) os princípios éticos necessários à toda e qualquer pesquisa. Segundo Moita Lopes (2004), o hibridismo associa-se diretamente à constituição de uma Linguística Aplicada “mestiça”, que se mistura, conecta-se a outrem (aqui, no caso, áreas de conhecimento) para construir uma trilha teórica. Trata-se de uma prerrogativa de maior espaço, flexibilidade na condução de pesquisas, mas sem se deixar contaminar pela falta de rigor teórico. A Linguística Aplicada, pontua Moita Lopes (2004, p. 64), “não deve permanecer isolada de outras Ciências Sociais e Humanas. Acredito que só é possível focar mais adequadamente a linguagem em uso [...] se nos familiarizarmos com sociólogos, antropólogos, psicólogos sociais”, o que denota uma permanente necessidade de se articular diferentes áreas para a construção de um conhecimento. Caso contrário, complementa ainda o autor, “continuaremos a focalizar a linguagem e quem a usa em um vácuo social, sem vida cultural, histórica e política, i.e., um sujeito associal, apolítico e ahistórico.”

O argumento exposto por Moita Lopes contrapõe uma visão unidimensional de construção do conhecimento. Os contextos mestiço e interdisciplinar, logo, configuram-se como iniciais no delineamento de uma Linguística Aplicada para além de suas fronteiras e limitações, também atenta às transformações constantes. Isso porque, explica ainda Moita Lopes (2004, p. 165), “as teorias por meio das quais construímos o mundo mudaram e, portanto, devem mudar nossas abordagens de compreendê-lo teórica e metodologicamente, ao nos localizarmos nas fronteiras onde várias áreas de investigação se encontram.” Segundo o autor, a metodologia também se torna híbrida à medida que se estabelecem diálogos com outras áreas do conhecimento/pesquisa.

O ideal da neutralidade, isto é, aquele construído à luz da tradição Positivista da Ciência Moderna e que privilegiava a concepção de um conhecimento científico que separava objeto e pesquisador, a fim de evitar a justaposição de um sobre outro (MOITA LOPES, 2006b), passa a ser confrontado. Se a base Positivista assumia a idealização de um projeto de conhecimento e apolítico e não ideológico, pressupondo uma objetividade e neutralidade científicas, Moita Lopes (2006b, p. 100) aponta a existência de um sujeito-pesquisador situado no mundo sociohistoricamente e que, como tal, “é calcado em tal sociohistória que constrói e produz significados sobre o que estuda”, contrapondo o argumento da máxima neutralidade na pesquisa. A partir desta premissa, “não há mais espaço para uma racionalidade descorporificada” (MOITA LOPES, 2004, p. 166), isto é, que separe de um lado o pesquisador, de outro seu contexto social e histórico, de maneira que sejam vistos isoladamente e não articulados na sinergia entre pesquisa e objetos que se encontram no mundo real.

Também Moita Lopes (2004, p. 161), ao tratar da ebulição nas Ciências Humanas e Sociais, discorre que “essa discussão relativa a abordagens de pesquisa, em última análise, tem a ver com o modo como o pesquisador compreende o seu campo. Ou seja, o como da investigação é definido a partir do seu entendimento do que a área é ou faz.” E dentro dessa nova realidade, firmam-se os critérios de seleção, recorte e determinação do trabalho por um sujeito político, histórico, social, ideológico e que se posiciona. Logo, esboça-se a figura de um pesquisador cujo *ethos* é constituído por questionamentos que dirigem sua formação e escolha de percursos, que toma suas decisões a partir de suas vivências, experiências, procurando compreender o mundo de forma articulada.

[...] muitos pesquisadores na área de estudos linguísticos têm construído novos objetos de investigação a partir da ebulição que me parece estar ocorrendo nas Ciências Sociais e Humanas. [...] Outros, é claro, construirão objetos diferentes de investigação com base em outras teorizações e metodologias. É bom que seja assim. Mas é crucial que sejam igualmente entendidas como construções sócio-discursivas e não como únicos modos aceitáveis de fazer pesquisa, como temos tradicionalmente feito ao apresentar nossas verdades teórico-metodológicas para pesquisadores em formação. Nossas verdades são só possibilidades de tratar certas questões – e são efêmeras. (MOITA LOPES, 2004, p. 161).

O que Moita Lopes (2004, 2006a, 2006b, 2008) aponta constitui o cerne da Linguística Aplicada no sentido de questionar a condição *sine qua non* da Ciência Moderna: a epistemologia e o modo de se fazer pesquisa por, primeiramente, introduzir a sócio-história do pesquisador, que até então era excluída, e, dessa maneira, torna igualmente a pesquisa não neutra, mas na qual se vislumbra a própria história de vida de quem investiga determinada questão.

Arelado ao hibridismo e ao ideal da neutralidade, isto é, aquele que o pesquisador produz e constrói significados sobre o que está estudando, baseado em sua sócio-história, o princípio da ética constitui a terceira base desta nova Linguística Aplicada construída não como uma aplicação da Linguística, mas como um contraponto à luz da Ciência Positivista considerada verdadeira. “Em qualquer empreendimento investigativo como também em outras práticas sociais” (MOITA LOPES, 2004, p. 168) deve-se exercer a ética, o que significa que as “escolhas teórico-metodológicas e a construção de um objeto de investigação têm que ser também rigorosamente avaliadas nesses termos.” (MOITA LOPES, 2004, p. 169). Afinal, como delineia Moita Lopes (2006b, p. 98), “temos de ter clareza sobre as implicações éticas de nossas escolhas teóricas, assim como precisamos ter consciência dos limites de alcance do teórico de nosso trabalho.”

Percebe-se que a constituição da Linguística Aplicada como área de conhecimento portou-se tal qual *upraxis* social humana mediante definição de objetos distintos de investigação. Segundo Moita Lopes (2006a, p. 14), abriu-se margem para uma Linguística Aplicada ‘mestiça’, “obviamente de natureza interdisciplinar/transdisciplinar” e preocupada em “criar inteligibilidade sobre problemas sociais em que a linguagem tem um papel central.” Destarte à questão apresentada pelo autor, frise-se que tal preocupação acentua-se a partir do contato com

outras áreas da Ciência Social e decorrente da instituída virada discursivo-linguística como ponto de partida para, conforme Moita Lopes (2004, p. 162), se “repensar os percursos epistemológicos que têm nos orientado”. O trabalho de Michel Foucault é basilar para se compreender tal fenômeno.

O que se observa de sobremaneira é, uma vez mais, um processo de transição de uma Linguística Aplicada para além do contexto escolar e que começa a questionar princípios como o da neutralidade, objetividade e que passa a se situar diante do terreno da transdisciplinaridade, da indisciplinaridade (FABRÍCIO, 2006). Fabrício (2006, p. 51), ao discutir questões epistemológicas e as conseqüentes mutações da Linguística Aplicada, constrói “defesa de um hibridismo teórico-metodológico, do fim do ideal de neutralidade e objetividade na produção do conhecimento, do questionamento ético de todas as práticas sociais, inclusive as da própria pesquisa, e da relevância e responsabilidade sociais” acerca dos conhecimentos que são produzidos.

Dessa maneira, o efeito de uma Linguística Aplicada como Ciência trans/indisciplinar reside em ultrapassar fronteiras como: a) do pensamento que isola o pesquisador do contexto da pesquisa, não o considerando enquanto um sujeito social que pensa e, como tal, realiza escolhas; b) do pesquisador excluído de uma prática também social; c) da construção de objetos de pesquisa que se colocam como estáticos, pouco ou nada conectados ao cotidiano; d) do não diálogo com outras bases do conhecimento e que estão fora do campo linguístico. Tais características vão ao encontro do que Fabrício (2006, p. 60) designa por Linguística Aplicada como prática problematizadora e que está envolvida com um “contínuo questionamento das premissas que norteiam nosso modo de vida; que percebe questões de linguagem como questões políticas; que não tem pretensões a respostas definitivas”, ou seja, uma “desaprendizagem”.

Contudo, embora o amadurecimento da Linguística Aplicada pareça se colocar como ‘natural’ e ocorrido a seu próprio tempo e eixo, determinadas condições sócio-históricas diversas determinaram a transição epistemológica e que resultaram nessa Linguística Aplicada que centrada na inteligibilidade sobre os problemas sociais na qual a linguagem tem um papel central (MOITA LOPES, 2006a), bem como sobre a vida contemporânea (MOITA LOPES, 2006b). Daí a importância da ‘virada linguística-discursiva’, também chamada de ‘virada cultural’ (FABRÍCIO, 2006) ou ‘virada discursiva’ (MOITA LOPES, 2006a), e da aproximação com outras áreas das Ciências Sociais e Humanas.

Se antes da virada discursiva o real e o trabalho da Ciência produziam as últimas verdades, ou as verdades científicas estabelecidas e demarcadas, a partir daquele fenômeno a realidade passa a ser compreendida como construída discursivamente. Ou seja, a própria condição de a Ciência definir o que é ou não verdade logo passa a ser revista (MOITA LOPES, 20016b). O próprio conceito rígido de verdade é questionado, cedendo lugar ao que Foucault (2018) designa por “estatuto da verdade” que desempenha papéis político, social, institucional, econômico, entre outros. Faz-se necessário observar, entretanto, que a verdade a que Michel Foucault (2018, p. 53) chama a atenção não expressa o “conjunto das coisas verdadeiras a descobrir ou a fazer aceitar”, mas o “conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder” e apresentados no/pelo jogo enunciativo. À luz da virada discursiva, os sentidos produzidos a partir de dados discursos, por parecerem “reais”, produzem “efeito de verdade” (FOUCAULT, 2018).

À luz deste debate, importante conceituar ao que Foucault (2008, p. 122) define por discurso. Trata-se, na cena teórica desse filósofo, de um “conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva”, estando constituído por um “número limitado de enunciados para os quais podemos definir como um conjunto de condições de existência.” Isto quer dizer, conforme o teórico, que o enunciado se porta como uma função por meio da qual se é possível atravessar estruturas e unidades possíveis linguisticamente – por exemplo, uma frase ou uma proposição – de forma com que lhe seja atribuído um sentido ou valor de verdade. Importante compreender, igualmente, que Michel Foucault apresenta o discurso como prática. No tocante à formação discursiva descrita pelo autor, essa pode ser entendida como as responsáveis pelas “condições de existência (mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento) em uma dada repartição discursiva.” Nesse trabalho as relações de poder também são peça-chave, conforme aponta Moita Lopes (2006b, p. 102), ao lembrar que

Essa questão está relacionada à redescritção de um mundo constituído por uma ciência de significado objetivo, i.e., “as últimas verdades”, que nos fez acreditar em uma única explicação para os fatos sociais, que não eram de modo algum entendidos como atravessados pelo exercício do poder, despolitizando e tornando autônomo o conhecimento.

Michel Foucault (2018, p. 52) já contrapunha, ainda à sua época, a compreensão, pois dizia ser a verdade deste mundo: “ela é produzida nele graças a múltiplas coerções

e nele produz efeitos regulamentados de poder.” Ainda conforme Foucault, “cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros.” Nessa trilha do autor a relação entre verdade e poder assume características historicamente construídas. Conforme Michel Foucault (2018, p. 52), “a ‘verdade’ é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; está submetida a uma constante incitação econômica e política [...]”

Por meio dessa lógica é possível compreender que os discursos vão produzir efeitos de verdade que não são nem verdadeiros nem falsos, uma vez que, conforme a teoria do filósofo, não se busca revelar uma ou mais verdades escondidas, mas compreender como historicamente são produzidos os efeitos de verdade que fazem com que o discurso produzido seja tomado como uma então verdade.

Tal afirmação denota a importância de se observar a construção do mundo social perante o prisma do discurso porque, como sublinha Fabrício (2006, p. 55), os “discursos configuram ambientes, produzem espaços”. A realidade, por conseguinte, não é um dado; mas compreendida como um “um efeito, uma operação de práticas discursivas ‘ordenadoras’ do mundo social, denominada lógica efeito-instrumento”. Fabrício (2006, p. 55), expõe que os regimes de verdade da cena foucaultiana resultam na produção da “ideia de poder, pois normatizam e normalizam a vida social, legitimando conceitos, crenças, valores e possibilidades de ver, agir e desejar.”

Isso significa dizer que “os sentidos seriam interessados, pois são produzidos por uma trama de forças e condições sócio-historicamente determinadas.” Em resumo, na perspectiva em questão, ao discurso está atrelada a construção de um efeito do real ou efeitos de poder, sendo que estes não se moldam de forma estática, mas sócio-historicamente. Foucault (2018) já aludia ainda à sua época que o poder não se representa sob a forma de algo/figura/objeto material, palpável no sentido físico, mas uma prática edificada por instituições sociais que também se utilizam deste estatuto de verdade para produzir as suas verdades. Ainda conforme o filósofo, verdades que também se constroem face às relações de poder, visto que essas relações de poder reafirmam o estatuto do verdadeiro.

O que a virada discursiva e o trabalho de Michel Foucault nos ensinam é que a inserção do regime do discurso ao debate, fazendo-se como construtor de um “efeito do real” e também dos “efeitos de poder” foram o combustível necessário para mudar, inclusive, a maneira como se entendia a própria Ciência, abnegando a condição de

produtora de uma única verdade possível. Isso porque, como expõe Moita Lopes (2004, p. 161), as verdades são “efêmeras”, isto é, provisórias e contingentes e, como tal, os efeitos dessa verdade vão variar conforme as relações de poder estabelecidas. O primado de Foucault reside na proposta de que o poder não se configura de modo estático, mas sócio-historicamente. Logo, cada instituição e aqui também incluímos os grupos sociais, mediante os regimes de poder, irá produzir discursos que lhes pressupõe efeitos-verdades. Diga-se, nesse percurso, que por haver em cada sociedade um dado regime de poder/verdade cada uma defende o discurso que se pretende tornar como o mais verdadeiro.

[...] a “verdade” é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; [...] é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidade, exército, escritura, meios de comunicação); enfim, é objeto de debate político e de confronto social (as lutas “ideológicas”). (FOUCAULT, 2018, p. 54).

Nesse sentido, conforme o autor, há um embate entre o estatuto da verdade e o próprio papel político e econômico que ele desempenha. Na cena foucaultiana, que neste momento é importante também para se compreender a própria relação entre verdade e Ciência, e de modo a exemplificar como essa relação opera nos estudos em Linguística Aplicada, a relação entre verdade e poder para a produção de conhecimento impõe desafios ao intelectual. Segundo Foucault (2018, p. 54), “o problema político essencial para o intelectual não é criticar os conteúdos ideológicos que estariam ligados à ciência ou fazer com que sua prática científica seja acompanhada por uma ideologia justa; mas saber se é possível construir uma nova política da verdade.” O problema não seria “mudar a consciência das pessoas [...] mas o regime político, econômico, institucional de produção da verdade”, isto é, “não se trata de libertar a verdade de todo sistema de poder [...] mas de desvincular o poder da verdade das formas de hegemonia (sociais, econômicas, culturais) no interior das quais ela funciona no momento.” (FOUCAULT, 2018, p. 54). O argumento de Foucault, como elenca Zolin-Vesz (2013, p. 248), propõe “profundos questionamentos sobre os tipos de conhecimento construídos e a que propósitos servem, evidenciando, nessa marcha, o apagamento de qualquer ideal de neutralidade e objetividade na produção de conhecimento.”

Dito isso, nesse processo de se compreender a transição vivida pela Linguística Aplicada, relacionar a virada discursiva à transição para novos modos de se fazer

pesquisa mostra-se como central na construção desta Ciência trans/indisciplinar interessada sobre o discurso e as práticas dele resultantes. Moita Lopes (2004; 2006b) auxilia-nos no embasamento de tal raciocínio: no primeiro momento, o linguista aplicado ressalta o papel dos questionamentos como um exercício para o novo: “da mesma forma, as mudanças epistemológicas não têm sido pequenas. Formas tradicionais de produção de conhecimento têm sido questionadas e novas têm sido produzidas e subscritas.” (MOITA LOPES, 2004, p. 162). Em seguida, relaciona a virada discursiva e a Linguística Aplicada, traçando uma Linguística Aplicada indisciplinar e de intercâmbio com outras áreas de forma a edificar um arcabouço transdisciplinar. Essa aproximação também constrói uma Linguística Aplicada atenta à “vida contemporânea”.

Se quisermos saber sobre linguagem e vida social nos dias de hoje, é preciso sair do campo da linguagem propriamente dito: ler sociologia, geografia, história, antropologia, psicologia cultural e social etc. A chamada “virada discursiva” tem possibilitado a pesquisadores de vários outros campos estudar a linguagem com intravisiões muito reveladoras para nós. Parece essencial que a LA se aproxime de áreas que focalizam o social, o político e a história. Essa é, aliás, uma condição para que a LA possa falar à vida contemporânea. (MOITA LOPES, 2006b, p. 96).

A afirmação de Moita Lopes move-se ao encontro da construção de uma Linguística contemporânea, mas, ao mesmo tempo, desafiadora aos denominados campos cristalizados do conhecimento. De acordo com Moita Lopes (2006a, p. 17), “tal característica pode ser bastante problemática para campos cristalizados, seguidores de visões de conhecimento como construção de verdade”, fazendo-se habitar nesse próprio campo uma resistência e desconfiança em relação à “LA como Indisciplina”. Para o autor, além do desconforto, a visão representa “muitas vezes uma ameaça para aqueles que vivem dentro de limites disciplinares, com verdades únicas, transparentes, imutáveis” (MOITA LOPES, 2006a, p. 26), perspectiva já confrontada pela própria gênese de uma nova Ciência interessada não na construção de uma verdade única, mas plural e permeada por uma construção sócio-discursiva. Mas, ao contrário do que se imagina, buscar dar conta dessa complexidade constitui-se como um desafio permanente à tal área do conhecimento, bem como aos pesquisadores em Linguística Aplicada atentos a todas estas transformações. Fabrício (2006, p. 52) faz uma importante consideração quanto à relação da Linguística Aplicada e as ‘verdades’:

Dessa forma, a LA, área de forte tradição anglo-saxônica, encontra-se em um processo de reconstrução, reinventando-se, em termos de *regime de “não verdade”*, i.e., uma forma de vida que, em lugar de investir na delimitação de um perfil disciplinar claramente contornado, passa a apostar no diálogo transfronteiras (envolvendo diversas áreas e diferentes modos de produção de conhecimento) e a assimilar a metáfora da trama como modo de conhecer – entendendo que o conhecimento produzido e as “verdades” a ele atribuídas são deste mundo, fabricados pela própria sociedade que neles se apoia. (FABRÍCIO, 2006, p. 52).

Como se observa, Fabrício (2006) centraliza o permanente processo de reconstrução e reinvenção pelo qual vem passando a Linguística Aplicada. Ela não se pretende ser absoluta, área do conhecimento limitada e produtora de regimes de verdades, mas aberta e disposta a flexionar o próprio conhecimento. São tais disposições que, inclusive, ampliam as perspectivas de pesquisa em Linguística Aplicada porque o modo transdisciplinar de atuar não separa o conhecimento em zonas excludentes. Seguindo o raciocínio de Fabrício (2017, p. 609), “aproximar-se das margens e apostar em uma série de deslocamentos pode vir a constituir, organizar e fundar uma nova episteme.” Uma episteme contemporânea (MOITA LOPES, 2006b) e, ao mesmo tempo, desafiadora.

Ao linguista aplicado, nessa nova fase, mais que produzir conhecimento, incumbe-se o papel de, expõe Moita Lopes (2006b, p. 90), situar seu trabalho no mundo, “em vez de ser tragado por ele ao produzir conhecimento que não responda às questões contemporâneas em um mundo que não entende ou que vê como separado de si como pesquisador: a separação entre teoria e prática é o nó da questão.” Em um novo sentido, “a opção tem a ver com conhecimentos que refletem as mudanças radicais da vida contemporânea e, em outro, na direção de um projeto epistemológico com implicações sobre a vida social.” (MOITA LOPES, 2006b, p. 91). Esse raciocínio parece nortear as perspectivas de se fazer pesquisa em Linguística Aplicada na contemporaneidade.

3.3 As perspectivas de pesquisa em Linguística Aplicada

Mais que responder, a Linguística Aplicada procura interrogar. Perspectiva essa que ficava à margem pela Linguística (teórica) ou não aparecia quando do primado pelo ensino/aprendizagem de línguas. Como aponta Moita Lopes (2006a, p. 22), “são tempos em que os ideais da modernidade têm sido questionados e reescritos”, em especial,

aqueles que dizem respeito à corporificação dos sujeitos, o ideal de homogeneidade e de não atravessamento pela história, por questões identitárias, pelo discurso. Época em que se indaga não apenas a existência de um conhecimento unilateral, regido por regimes de verdadeiro ou falso, absolutos e inabaláveis, mas a própria dependência por uma tradição clássica e que se porta como hegemônica, oriunda da “episteme ocidental” (FABRÍCIO, 2017, p. 609) e à qual recorreremos com frequência quando da realização de pesquisas científicas.

Nesse instante o que se tem em pauta é a busca por alternativas para a construção e a compreensão do mundo social e da vida social e, por isso, a pesquisa – como essa em particular – é construída a partir desta premissa de um novo modo para pesquisar. O percurso se mostra desafiador, especialmente em um mundo contemporâneo no qual as práticas languageiras⁹ “ainda constroem as colonialidades que produzem classificações dissimétricas do mundo e da vida social, tais como as conhecidas matrizes binárias e excludentes, a exemplo do científico/não científico, verdadeiro/falso e correto/errado” (ZOLIN-VESZ, 2017, p. 09). Logo, fazer pesquisa em Linguística Aplicada, atentando-se ao ‘enfrentamento’ dessas dicotomias, significa ir ao encontro de uma própria revisão das bases epistemológicas dessa área do conhecimento. Destaca Fabrício (2006, p. 48) que:

[...] a LA se encontra em momento de revisão de suas bases epistemológicas, a reboque da compreensão 1) de que, se a linguagem é uma prática social, ao estudarmos a linguagem estamos estudando a sociedade e a cultura das quais ela é parte constituinte e constitutiva; 2) de que nossas práticas discursivas não são neutras, e envolvem escolhas (intencionais ou não) ideológicas e políticas, atravessadas por relações de poder, que provocam diferentes efeitos no mundo social; 3) de que há na contemporaneidade uma multiplicidade de sistemas semióticos em jogo no processo de construção de sentidos.

A não neutralidade, uma vez que a construção e a própria produção de significados sobre o que um pesquisador estuda, está pautada também em sua sócio-história e o estudo da linguagem inserida à sociedade e os diversos sentidos compõem um tripé, ou mesmo os pontos sobre os quais essa Linguística Aplicada contemporânea assenta seu fazer teórico. Nesse permanente estado de revisão, idealiza-se um

⁹ Deparamo-nos com esse termo em Zolin-Vesz (2017). A partir de então, cremos que a definição desse termo vá ao encontro do que afirma Moita Lopes (2013, p. 101): “o conceito quer desconstruir a ideia de que a língua é um fato (constituído por regras sintáticas, fonéticas etc.) e enfatizar a noção de que falar e escrever é um modo de usar estratégias para agir na vida social”. Parece indicar mobilidade e conexão com o mundo social, ao contrário do padrão clássico de língua, tomada como uma estrutura padrão e formal.

movimento que busca conectar o mundo contemporâneo, as pessoas e as práticas sociais presentes, conforme já dissera Moita Lopes (2006a).

Ao tomarmos como ponto de partida a tradição eurocêntrica do conhecimento e o regime do discurso vinculado às práticas sociais humanas, foi demonstrado como tais fatores também se filiam ao percurso sócio-histórico da Linguística Aplicada, especialmente no que tange o movimento de transição e questionamentos em torno da Linguística Aplicada e a sua ruptura epistemológica. O que se procurou estabelecer foi uma ligação entre os principais pontos/características que ajudam a compreender o percurso sócio-histórico de formação da Linguística Aplicada. Nesse trajeto partimos do contexto de uma aplicação de Linguística, passando à uma área cujo movimento inicial foi expandir-se para além do contexto escolar, do ensino/aprendizagem de línguas; vislumbramos o advento da virada discursiva sobre as Ciências e, a partir da qual, o discurso toma posição de destaque. Observamos a aproximação com as Ciências Sociais e Humanas que situam o discurso como objeto de investigação; o próprio modo de se compreender Ciência enquanto construções discursivas; a relação entre o poder e a verdade e as práticas discursivas; o deslocamento da tradição ocidental epistemológica.

Cientes do papel desempenhado por essa área, não nos causa estranheza que essa Linguística Aplicada forme pesquisadores mais engajados, não reprodutores de verdades científicas inquestionáveis e dispostos a se desvencilharem dos grilhões e amarras teóricas que por gerações parecem nos moldar. Isso implica em trazer para a vida do sujeito pesquisador a também concepção de que tratamos não mais de uma Linguística de aplicação, mas de um próprio campo de pesquisa que se coloca para além dos contextos escolares e, nesse horizonte, demonstra o mundo social construído na/pela linguagem.

Não se trata de impor limites, mas integrações. O quadro de conhecimento gerado pela Linguística Aplicada busca aproximar os múltiplos conhecimentos e articulá-los. É tal qual acentua Moita Lopes (2006b, p. 99), quando trata da LA ante o mundo globalizado: “está ocorrendo na produção do conhecimento a compreensão de que uma única disciplina ou área de investigação não pode dar conta de um mundo fluído e globalizado.” Como observa o autor, o linguista aplicado, então consciente de todos os desafios que o rege e o conhecimento sobre a própria área que estuda, deve-se colocar nas fronteiras do conhecimento (MOITA LOPES, 2006b).

Três pontos logo demandam uma permanente reflexão acerca da pesquisa em Linguística Aplicada: 1) A produção de conhecimento em LA considera aspectos da

natureza epistemológica da área e suas diferenças em relação à Ciência Positivista; 2) cada vez mais se faz necessário refletir sobre as formas de produção de conhecimento; e, 3) é preciso desafiar a lógica Positivista e a forte tradição de pesquisa que parece rejeitar outras formas de produzir conhecimento por se presumir haver uma única maneira legítima de se produzir Ciência. E é nesse interim em que a própria natureza da Linguística Aplicada imprime uma nova perspectiva epistemológica: a chamada pesquisa interpretativa (MOITA LOPES, 1994).

3.4 A pesquisa qualitativa interpretativista

Como afirma Moita Lopes (1994, p. 331), o mundo social do qual fazemos parte é repleto de sentidos e significados que se formam a partir das inúmeras experiências, crenças, motivações, mesmo valores dos indivíduos, e todas essas compreensões se moldam a partir do exercício permanente de interpretar e (re)interpretar diferentes realidades. O homem é quem constrói os significados a partir não de uma, mas múltiplas inscrições em contextos dos quais faz parte e que é levado a interpretar, operando em uma condição quase que de não separabilidade entre si e o meio do qual faz parte e a realidade a que é levado a interpretar. Logo, a questão da interpretação é central, bem como a não exclusão da visão própria do indivíduo.

A natureza do mundo social é de tal ordem que é necessária que se descubram meios adequados à produção ciência nas C. Sociais (sendo esta, no meu entender, uma das tarefas da LA). O que é específico, no mundo social, é o fato de os significados que caracterizam serem construídos pelo homem, que interpreta e reinterpreta o mundo a sua volta, fazendo, assim, com que não haja uma realidade única, mas várias realidades. [...] Assim, a investigação nas C. Sociais tem que dar conta da pluralidade de vozes em ação no mundo social e considerar que isso envolve questões relativas a poder, ideologia, história e subjetividade. Na posição interpretativista, não é possível ignorar a visão dos participantes do mundo social caso se pretenda investigá-lo, já que é esta que o determina: o mundo social é tomado como existindo na dependência do homem. (MOITA LOPES, 1994, p. 331).

Essa mesma conexão também incide sobre as pesquisas moldadas a partir do construto da Linguística Aplicada indisciplinar e que buscam estudar questões a partir da interpretação dos vários significados que os constituem, ou seja, da interpretação do próprio mundo social a partir de métodos de geração de dados. Gerar dados tem sua origem na pesquisa qualitativa e que compreende a atividade de pesquisa como subjetiva “já que é entendida como um modo particular de organizar experiência

humana por meio do discurso, sendo, portanto, uma construção social.” (MOITA LOPES, 1994, p. 333). Está-se, pois, diante de uma nova base para a condução de pesquisas em Linguística Aplicada e que é a pesquisa de cunho interpretativista.

Gerar dados compreende uma importante etapa para as pesquisas em Linguística Aplicada contemporânea porque o ato de geração de dados liga-se intimamente à nova condição e existência de investigações em Linguística Aplicada que consideram o pesquisador e a sua investigação de forma integrada e não isolada; reafirma a não construção de pesquisas ‘neutras’, já que todas as vezes em que é levado a fazer escolhas sobre o que pesquisar ou não o próprio pesquisador imprime condições de não neutralidade.

Isso pressupõe que os dados não são retirados ou estão prontos e acabados, visto que essa vertente considera a atividade do próprio pesquisador para gerar e interpretar os dados. Ou seja, o que se desloca é a condição de passividade para a não passividade referente ao modo de compreender uma pesquisa científica, já que os dados não emergem por si só, não aparecem ou mesmo surgem sem que se houvesse um percurso, uma trajetória. A visão do pesquisador não é apenas passiva, mas analítica, ao passo de que vai emergir no desenvolvimento do trabalho científico a partir da conexão com sua experiência, a própria teoria, as ideias, intencionalidade. Mason (1998) corrobora com o debate elencando que o processo de geração de dados requer do pesquisador também a capacidade reflexiva de pensar agir estrategicamente, articulando preocupações que perpassam o filosófico, o técnico, a prática e a ética para se estar consciente das decisões a serem tomadas. Uma concepção que não é encontrada no paradigma da pesquisa Positivista e até então considerada como um único modo legítimo de se produzir conhecimento/ciência.

Por tais razões, nesse trabalho a palavra interpretação possui notória importância, mas não no sentido de interpretar como um esmero e simples ato do desejo pouco ou nada científico, sem se basear na cientificidade para embasar as leituras de mundo realizadas. Interpretar é uma condição necessária para se afirmar a posição da pesquisa e dos sujeitos participativos no mundo. Disso reside também a escolha da proposta qualitativa para esse trabalho.

Como expõem Denzin e Lincoln (2006, p. 23), pesquisadores qualitativos enfatizam “a natureza repleta de valores de investigação. Buscam soluções para as questões que realçam o modo como a experiência social é criada e adquire significado” a partir da observação de diferentes materiais empíricos como textos, reportagens,

documentos oficiais, entrevistas, entre outros, investigando o mundo social considerando seus aspectos qualitativos. A escolha por essa natureza está em ser a pesquisa qualitativa também reconhecida por seu caráter transdisciplinar, a partir do diálogo entre metodologias de forma a possibilitar o entendimento do fenômeno de forma profunda (Op. Cit.). A pesquisa qualitativa também se conecta à Linguística Aplicada contemporânea dada a interrelação no sentido de se empregar diferentes métodos para assegurar uma maior compreensão do fenômeno que se pretende estudar.

Nessa natureza qualitativa estudam-se os cenários naturais, buscando-se compreender os fenômenos a partir da interpretação do mundo e dos significados que as pessoas a eles conferem. No caso atual, o fenômeno que se busca interpretar tem relação com a colonização da Amazônia, a partir do exemplo da Gleba Celeste.

Conforme Moita Lopes (1994, p. 330), há, ainda nas Ciências Sociais, uma forte tradição de pesquisa de base Positivista, muitas vezes considerada a “maneira legítima de produzir ciência”. Sob tal prisma, o saber científico filia-se diretamente à tal tradição e, como tal, estabelecendo-se como a portadora da “verdade científica”, mesmo que o homem e o mundo social sejam vistos separadamente. Em outra direção, a ainda recente — e desafiadora — a posição interpretativa de pesquisa conduz o processo considerando a multiplicidade dos objetos e a diversidade, o que pressupõe não a separação, mas a visão integrada entre homem, o meio social e suas nuances. Uma perspectiva que parece até mesmo emergir face à própria tentativa de dar conta das múltiplas vozes e o mecanismo da investigação científica.

Conforme elenca Moita Lopes (1994, p. 331), “o que é específico, no mundo social, é o fato de os significados que o caracterizam serem construídos pelo homem, que interpreta e reinterpreta o mundo à sua volta, fazendo, assim, com que não haja uma realidade única, mas várias realidades.” O argumento do autor considera como ponto de partida a própria utilização da linguagem pelo homem, o que, por si só, promove significação. Assim, destaca Moita Lopes (1994, p. 331), “a linguagem possibilita a construção do mundo social e é a condição para que ele exista.”

Sendo então a linguagem peça chave a ser considerada, é precisa a tese de Moita Lopes (2006, p. 14) ao afirmar que a linguagem tem um papel central sobre os problemas sociais e é preciso criar inteligibilidade sobre tais questões, partindo-se da compreensão que os significados são construídos socialmente a partir das inter-relações existentes e que envolvem questões relativas a poder, ideologia, história e subjetividade. De acordo com o autor, “na visão interpretativista, não é possível ignorar a visão dos

participantes do mundo social caso se pretenda investigá-lo, já que é esta que o determina: o mundo social é tomado como existindo na dependência do homem” (MOITA LOPES, 1994, p. 331).

E é sob tal lógica que nesta pesquisa está entrelaçada a história social do pesquisador, do meio ao qual se insere, do objeto que lhe desperta interesse para então produzir conhecimento sobre o seu interesse: a colonização da Amazônia. O alcance ao fato é feito de forma indireta por meio da interpretação dos dados e de seus significados. Como postula Moita Lopes (1994, p. 332), “o foco é, então, colocado em aspectos processuais do mundo social em vez do foco em um produto padronizado.” Neste sentido,

Representa-se, portanto, a operação científica como sendo intrinsecamente subjetiva, já que é entendida como um modo particular de organizar a experiência humana por meio do discurso, sendo, portanto, uma construção social. [...] a linguagem é, novamente, o caminho para solucionar o impasse. (MOITA LOPES, 1994, p. 333).

Tratar da pesquisa interpretativista é interligá-la à Linguística Aplicada contemporânea pontuada por Moita Lopes (1994, 2006) e também ao pensamento de Michel Foucault no tocante a perceber os objetos produzidos por meio das práticas discursivas, considerando as relações históricas, práticas concretas que se encontram nos discursos, na própria forma de se compreender a Ciência e o não primado de uma verdade única. De igual maneira, escreve Foucault que é próprio do discurso não apresentar um sentido ou mesmo uma verdade, mas uma história.

O filósofo ensina aos pesquisadores uma nova forma de se perceber as coisas, mesmo quando propõe invertermos questões de interesse: no lugar de “o que se há por trás” de dado documento, texto, por exemplo, passe-se a centrar atenção nas condições de existência de determinado discurso, do enunciado ou mesmo do conjunto de enunciados, de modo a compreender as relações de poder, saber, que possibilitam aparecer um objeto e não outro em seu lugar. Isso é, o aparecimento de um enunciado, exatamente ele e não outro em seu lugar em um dado momento histórico. Como, por exemplo, aqueles que adotam como ponto de partida a colonização da Amazônia.

3.5 A análise temática e o *corpus* da pesquisa

A partir da intenção dessa pesquisa, que busca compreender quais sentidos significam a colonização da Amazônia, estabeleceu-se a análise temática como trilha metodológica para guiar o percurso de observação e de identificação dos materiais a serem trabalhados durante a fase de interpretação de dados. Isso porque tal metodologia proporciona o auxílio quanto à geração de uma análise interpretativa sobre os dados de uma pesquisa qualitativa. O(s) tema(s) está(ão) associados à(s) pergunta(s) de pesquisa e, logo, recuperá-las uma vez mais é uma etapa importante para o trabalho.

- a) Que sentidos o discurso jornalístico do Jornal Hoje e o do empresário Enio Pipino produz sobre o processo colonizatório?
- b) Que efeitos de verdade o Jornal Hoje e o colonizador produzem sobre a Gleba Celeste?
- c) Como se estruturou/organizou o conteúdo jornalístico presente no Jornal Hoje ao longo de uma década, aludindo ao episódio da colonização e da fundação da Gleba Celeste e suas cidades?
- d) Quais aproximações e/ou distanciamentos os sentidos sobre a colonização da Amazônia produzem em relação ao também sentido eurocêntrico de colonização?

Ao tratarem dos diferentes estágios para a realização de uma análise temática, King e Horrocks (2010) pontuam que o ponto de partida está relacionado ao próprio ato de separação e leitura dos textos que compõem o material sobre o qual se tem interesse em realizar a observação. Essa é uma fase crucial, pois tem relação direta com o acesso, por parte do pesquisador, ao material bruto que será também refinado. À fase lista-se também o estabelecimento dos códigos iniciais, isto é, os conteúdos semânticos ou mesmo conteúdo em potencial e padrões no material. Ao se combinarem darão margem ao aparecimento de um ou mais temas (KING; HORROCKS, 2010).

Nessa pesquisa, para que se fosse possível mapear o conjunto de temas, o primeiro passo consistiu no levantamento e organização de fontes documentais

relacionadas à colonização, à Gleba Celeste, à Amazônia, sendo possível formar um arquivo que se conecta diretamente ao objetivo da pesquisa e formado por dois documentos que, de maneira articulada, vão formar o *corpus* da investigação: 1) a entrevista do empresário Enio Pipino, dono da empresa que criou a Gleba Celeste, e cujo depoimento acerca desta iniciativa encontra-se no Museu da Imagem e do Som de Paulo (MIS); 2) textos veiculados no periódico jornalístico Jornal Hoje, empresa atuante em Sinop entre os anos de 1988 e 1998.

O depoimento de Enio Pipino encontra-se disposto no projeto Memória da Amazônia, com duração total de 53 minutos e 13 segundos, inserido na coleção 001010MAM – Memória da Amazônia -, registrada sob o número 78.28, item 00101MAM00065AD. No arquivo, datado de 01 de julho de 1982, Enio Pipino é entrevistado por José Carlos Pereira de Freitas e Bacilla Neto. O trabalho técnico é coordenado por Lúcia Pimentel de Sampaio Góes e Ernani Silva Bruno, com técnica de som por Marco Antônio Felix e Paulo Pereira Barbosa. As palavras-chaves da entrevista descritas no acervo são “colonização, agricultura, plantação, café, vinhoto” e que permitem identificar a fita rolo de ¼ de polegada. O áudio encontra-se disponível na versão digital. Na entrevista, Enio Pipino descreve a instituição, o processo sócio-histórico de ocupação do Norte mato-grossense, bem como a iniciativa realizada pela empresa particular de colonização para estabelecer um novo projeto em meio à Amazônia, atribuindo sentidos à colonização.

Em relação ao Jornal Hoje, tratou-se de um jornal da imprensa da Sinop com atividade entre os anos de 1988 e 1998 e em cujo intervalo veiculou 68 edições, produzindo 1.352 páginas. No caso específico do jornal é válido lembrar que ele também já serviu como instrumento de observação ainda à época do mestrado e por essa razão também retorna na fase de doutoramento. Por essa razão, agora, não remonto à história da empresa, descrevendo a própria condição sócio-histórica de criação, desenvolvimento e término do periódico, visto que tal operação foi realizada amplamente em ocasião anterior pelo mesmo autor (cf. NASCIMENTO, 2018). Há de se constatar que por utilizarmos como principal material empírico dados de natureza formal, como textos midiáticos, e informal, como a entrevista, reafirma-se o caráter de uma pesquisa documental. Por meio da entrevista, como apontam Bauer, Gaskell e Allum (2002, p. 21), permite-se acessar “a maneira como as pessoas espontaneamente se expressam e falam sobre o que é importante para elas e como elas pensam sobre suas

ações e as dos outros.” Já um jornal, expõem ainda os mesmos autores, representa um indicador de visão de mundo.

Com os dois materiais ao alcance e seguindo o que rege a configuração da análise temática por King e Horrocks (2010), trabalhei com cada um em momentos separados, isto é, primeiro acessando ao jornal e, depois, à entrevista, atentando-se à observação sobre os códigos e a posterior mensuração dos temas a serem levados para a interpretação de dados. A primeira fonte documental acessada foi o jornal.

Na etapa de codificação descritiva (KING; HORROCKS, 2010), que consiste na fase primária e responsável pela leitura, e os destaques relevantes que vão servir para identificação dos códigos, o primeiro ponto foi realizar a leitura sobre os textos jornalísticos veiculados no intervalo de dez anos. Para dar início a esse processo passei a considerar a relevância das perguntas durante a fase de geração de dados no material empírico disponível entre 1988 e 1998 e durante o levantamento, por exemplo, textos cujo contexto referiam-se a questões externas à colonização, por exemplo, conteúdos que retratassem o cotidiano da cidade sob aspectos policiais, de entretenimento, esportivos, entre outros comuns ao jornalismo diário, foram excluídos da observação pelo fato de o interesse residir sobre o acontecimento da fundação da Gleba Celeste e a operação de colonização.

Passei a buscar materiais empíricos do Jornal Hoje nos quais a fundação da Gleba Celeste fosse aludida, sendo possível perceber publicações que enfatizavam o papel do migrante, do colonizador, da transformação da região de floresta em cidades, do denominado desbravamento da região, pontos como esses que se mostraram como códigos nos materiais (KING; HORROCKS, 2010). Essa etapa preliminar tornou possível destacar materiais que, ao se referirem à Gleba Celeste, falavam sobre o conjunto de quatro cidades fundadas na área – Sinop, Santa Carmem, Cláudia e Vera.

A partir de então, o estágio um da análise contribuiu, ainda que de forma empírica, para que se pudesse sistematizar o conteúdo inicial da publicação jornalística e que passo a apresentar adiante no quadro 3 e no qual constam os materiais veiculados por cidade, o título, edição e ano de veiculação. Adiante, nos quadros 4 e 5, apresento um resumo da operacionalização de conteúdo do periódico jornalístico de modo a situar o leitor sobre o trajeto. O uso de cores diferentes para destacar determinadas linhas é intencional, pois objetiva facilitar a visualização dos materiais, estando eles previamente indicados pelas etiquetas. Dessa forma, por exemplo, todas as vezes que houver algum

material referente à cidade de Vera, ele estará destacado com a cor verde; Santa Carmem está pelo rosa; Sinop pelo branco; e, Cláudia, pelo azul.

Quadro 3: Sistematização de materiais jornalísticos no Jornal Hoje

CIDADE	TÍTULO	EDIÇÃO	ANO
Sinop	Padre João Salarine, após 12 anos, deixa Sinop	02	1988
Sinop	Hidrelétrica do Rio Manso	03	1988
Vera	Prefeitura de Vera abre estradas	03	1988
Sinop	Sinop agradece	05	1988
Santa Carmem	Santa Carmem	05	1988
Sinop	Vereadores concederam os títulos de cidadão honorário a Figueiredo e Pipino	05	1988
Sinop	Inauguração do depósito da Coca-Cola em Sinop	05	1988
Sinop	Anúncio publicitário da Colonizadora Sinop	06	1988
Sinop	Parabéns Sinop, pelo que és \ pelo seu povo que luta, pelos seus 14 anos	06	1988
Sinop	Parabéns povo de Sinop	06	1988
Sinop	Vaca Mecânica – Leite para carentes	06	1988
Sinop	A consciência do dever cumprido	08	1988
Cláudia	Prefeito de Cláudia busca recursos em Cuiabá	12	1988
Sinop	Enio Pipino: eu quero concluir esta obra que talvez seja a última da minha vida	16	1989
Sinop	Sinop, 15 anos de fundação. E 20 de história	17	1989
Sinop	Sinop, 15 anos	17	1989
Sinop	Governo presenteia Sinop	17	1989
Sinop	Desenvolvimento a caminho	17	1989
Sinop	Energia, entusiasmo e bravura. Tudo isso está	17	1989

	escrito na cara de Sinop		
Sinop	Colonizadora Sinop apostou tudo no progresso	17	1989
Sinop	Agroquímica pode voltar com todo vapor	17	1989
Sinop	Sinop, uma história feita com garra, paixão e coragem	17	1989
Vera	Vera, o início de tudo	17	1989
Sinop	Pioneiros, relembra o passado da cidade	17	1989
Sinop	COMICEL: participação na história de Sinop	17	1989
Sinop	Um teatro à moda europeia em Sinop	17	1989
Cláudia	A história de uma cidade feliz	17	1989
Cláudia	Um paraíso em pleno “inferno verde”	17	1989
Cláudia	Fim do Isolamento abre Caminho ao Progresso	18	1989
Cláudia	A Cláudia que todos desejamos	19	1989
Sinop	SINOP AGROQUÍMICA: a gigante vai voltar	20	1989
Sinop	1989: marcante e histórico para Sinop	21	1989
Sinop	Adenir Barbosa: um ano de progresso	21	1989
Cláudia	Cláudia, progresso a vista	22	1989
Sinop	O império do álcool está de volta	22	1989
Sinop	Fala do Enio Pipino	22	1990
Sinop	Candidatura de colonizador – o começo do texto	24	1990
Sinop	Enérgico pelo progresso - UlrIch Grata" o ULI conta com o apoio do colonizador Enio Pipino.	26	1990
Vera	Festa gigante para mãe Vera	26	1990
Sinop	Mensagem a cidade Sinop (mensagem do Enio)	30	1990
Sinop	Sinop, cidade-criança com planos audaciosos	30	1990
Sinop	Agroquímica incentiva plantio de sorgo	31	1990

Sinop	Asfalto até Santarém. A luta do Nortão continua	31	1990
Sinop	Propaganda da Colonizadora Sinop	33	1990
Sinop	Visita de senador abre novas perspectivas – trecho sobre o colonizador ser luz	35	1991
Vera	Vera comemora o 5º ano e acorda para o progresso	36	1991
Sinop	Um agradecimento aos pioneiros	39	1991
Sinop	Sinop festeja seus 12 anos com a maior festa de sua história	39	1991
Sinop	Expresso Maringá. Uma tradição de pioneirismo	39	1991
Sinop	Evolução da agropecuária em Sinop	39	1991
Sinop	Waldemar Brandão: a saga de um pioneiro	39	1991
Sinop	Sinop poderá se tornar exportador de vodka	42	1992
Sinop	Vodca produzida em Sinop chega ao mercado esta semana	47	1992
Sinop	Editorial – Sinop acima de tudo (já temos o OCR)	48	1992
Sinop	Sinop tem Universidade Federal - box: fixação das famílias	48	1992
Sinop	Sinop: progresso continuo - a gestão 82/92 realiza obras do início ao fim do mandato	48	1992
Sinop	Milhares de pessoas assistiram ao desfile de aniversário	48	1992
Sinop	Fatos e fotos que fizeram a história	48	1992
Sinop	Município de Sinop cresce a cada dia	48	1992
Vera	Vera ganha nova cara	49	1992
Sinop	Nortao não é colônia de Cuiabá	50	1993
Sinop	Roncador/Xingu 50 Anos	52	1993

Sinop	O futuro está começando	66	1994
Cláudia	Cláudia, 6 anos de progresso	66	1994
Sinop	Pioneiro enaltecido	67	1994
Sinop	O Linhão chegou	69	1994
Sinop	Linhão, agora uma realidade	69	1994
Sinop	Presidente aciona botão ligando o Nortão ao sistema nacional	69	1994
Sinop	Itamar pede confiança em nosso país	69	1994
Sinop	Morre o bandeirante do século XX	73	1995
Sinop	Bandeirante do século XX	73	1995
Sinop	Morre o bandeirante do século XX – Matéria completa	73	1995
Sinop	Seu Enio não mora mais aqui	73	1995
Sinop	(Box) círculo italiano de Sinop	73	1995
Sinop	Catedral	75	1995
Sinop	Box: prefeito municipal (homenagem ao Ênio – Já morto)	75	1995
Sinop	Definição é o que o povo quer	86	1998
Vera	Vera aos 12 quase uma adolescente	86	1998
Vera	Pequena história de um sonho realizado	86	1998

Fonte: Elaborado pelo autor.

A partir do quadro geral, foi possível identificar o quantitativo de materiais divulgados no jornal e relacionados a alguma das cidades fundadas em âmbito da Gleba Celeste. No quadro 4 apresento então o total de materiais veiculados e que fazem alusão a alguma das quatro cidades criadas em âmbito da Gleba Celeste. A seguir, no quadro 5, destaco o quantitativo temporal de edições, conforme os anos, sendo um complemento ao quadro 3.

Quadro 4: Total de materiais jornalísticos

MATÉRIAS POR CIDADE	
TOTAL	79
Sinop	64
Vera	07
Cláudia	07
Santa Carmem	01

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quadro 5: Quantitativo temporal de materiais

ANOS	
1988	13 edições
1989	22 edições
1990	09 edições
1991	07 edições
1992	09 edições
1993	02 edições
1994	07 edições
1995	07 edições
1998	03 edições

Fonte: Elaborado pelo autor.

De maneira geral, no levantamento dos materiais relevantes à pesquisa localizou-se um total de 79 textos que, direta ou indiretamente, mencionavam elementos

associados à colonização tais como o empresário Enio Pipino, o trabalho realizado pela empresa Colonizadora SINOP na área denominada Gleba Celeste, por exemplo. Nesse grupo de textos observou-se também a presença do léxico colonização empregado em diferentes momentos. Contudo, como esse não se trata de um estudo lexical, relacionado à estrutura e/ou formação da palavra, mas que se busca acessar os sentidos sobre a colonização a partir do contexto de produção e movimentos realizados pelo discurso, de forma que seja possível investigar o que permite que determinados enunciados se materializem e produzam sentidos, abduzi de realizar tal estudo pautando-se em itens como o lexical.

Tal qual observou Nascimento (2018, p. 177), a partir da análise de editoriais veiculados também no Jornal Hoje entre 1988 e 1998, no processo de se compreender a produção de sentidos sobre Sinop, uma das cidades criadas pelo projeto Gleba Celeste, dois elementos mostraram-se inerentes à própria condição de produção do discurso sobre a localidade: a figura do colonizador e a memória da colonização, a partir de referências como a imersão em meio à floresta, a alusão ao vazio, ao proporcionar terra ao migrante. Pelo “retorno a ambos que se parece justificar os avanços vividos neste espaço urbano ao longo de sua história”, fornecendo pistas no sentido de ressaltar a importância do elemento colonização no processo de significação, razão que reforça a gênese desta pesquisa.

De forma sucinta, apresento a esquematização abaixo para demonstrar o movimento de referências e alusões observadas ainda em 2018, quando da geração de dados na pesquisa de mestrado e que possibilitaram evidenciar a oportunidade de, em um próximo trabalho, pautar-se somente sob o espectro da colonização. No conjunto de editoriais verificados naquela época, a terra de progresso e oportunidade era significada por meio de um retorno à colonização. Entender essa dinâmica de 2018 facilita a compreensão da formação do corpo de trabalho dessa nova pesquisa porque coloca a colonização como um elemento primordial na rede de sentidos.

Terra vazia



Discurso da ocupação



Sustentar o mito da existência de nada



Fazer-se ocupar



‘Dar’/’Proporcionar terras aos colonos



Uma terra de progresso

Com base na compreensão de 2018 e a abertura para a realização de um novo empreendimento científico, passei a monitorar a mesma lógica na totalidade de textos do Jornal Hoje (79 textos empíricos, como demonstrado anteriormente), dessa vez não ficando apenas restrito aos editoriais, mas notícias também divulgadas na publicação jornalística. Algumas características passaram a se tornar recorrentes nos textos como materiais que enfatizavam o papel do sujeito migrante e sua responsabilidade para com a Gleba Celeste, menções a elementos que descreviam a região como um espaço de floresta que cede espaço às cidades, às transformações econômicas ocorridas na área de colonização, tais como a criação de indústrias, ao desenvolvimento da atividade agrícola, bem como outras. As temáticas ficaram mais claras: as que moldam os conteúdos jornalísticos e favorecendo a identificação para o posterior agrupamento e apresentação.

A partir de então, formou-se um arquivo jornalístico que passava a tratar da fundação da Gleba Celeste associando-a ao contexto da própria formação territorial da Amazônia brasileira. Na perspectiva de King e Horrocks (2010), realizou-se o estágio 2 da análise temática e que compreende a codificação interpretativa dos materiais, isso é, tendo havido o agrupamento dos códigos – características em comum –, a interpretação sobre o significado em relação às questões de pesquisa, bem como a aplicação dos códigos de interpretação a um conjunto de dados completos. Pelo refinamento de materiais e o olhar sobre os temas que se desenhavam, a totalidade de 79 textos veiculados entre os anos de 1988 e 1998 cedeu espaço a um universo menor, porém não menos importante, de documentos jornalísticos que se conectavam diretamente às perguntas de pesquisa e mantinham os códigos descritivos ou mesmo conteúdo em

potencial e padrões nos materiais. Por essa razão, chegou-se ao universo de 19 textos veiculados nos anos de 1988, 1989, 1990, 1991, 1994, 1995 e 1998 que remontam ao episódio da colonização e convergem com o interesse do trabalho.

Importante discorrer sobre algo: conforme se vem demonstrando ao longo dessa seção metodológica, o periódico jornalístico atuou em uma das cidades da Gleba Celeste (Sinop) entre os anos de 1988 e 1998, porém, nem todos os anos conterão materiais a serem levados para a fase de interpretação de dados (1992, 1993, 1996 e 1997) por não haver convergência aos temas-chaves identificados no percurso de pesquisa. Isso não significa que o periódico deixou de falar sobre a abertura da Gleba Celeste, sobre o processo migratório, mas que a abordagem de tal questão ocorrera de forma diferente àquela que estamos sistematizando na pesquisa. Ou seja, tratar da colonização apenas como um elemento lexical, mas não enquanto uma rede de sentidos.

Os materiais jornalísticos não serão interpretados em sua totalidade, mas enfatizados os enunciados que buscam construir a compreensão acerca da proposta desse trabalho e que está relacionada à colonização da Amazônia.

Quadro 6: Reportagens selecionadas

ANO	EDIÇÃO NÚMERO	DATA	PÁGINA	TÍTULO
1988	5	01/06 a 31/07	07	Vereadores concederam os títulos de cidadão honorário a Figueiredo e Pipino
1989	17	16 a 30/09	01	Sinop, 15 anos de fundação. E 20 de história
	17	16 a 30/09	07	Desenvolvimento a Caminho
	17	16 a 30/09	14	Colonizadora Sinop apostou tudo no progresso
	17	16 a 30/09	16	Sinop, uma história feita de garra, paixão e coragem

	17	16 a 30/09	18	Pioneiros relembram o passado da cidade
	22	22/12	04	O império do álcool está de volta
1990	24	15 a 31/03	02	Candidatura de colonizador
	26	01 a 15/06	04	Candidatos: a difícil escolha da população
	30	15 a 30/10	07	Mensagem à cidade de Sinop
	31	15/10 a 15/11	02	Asfalto até Santarém. A luta do Nortão continua
1991	35	01 a 15/05	03	Visita de senador abre novas perspectivas
	39	15/09 a 15/10	02	Um agradecimento aos pioneiros
1994	66	01 a 30/09	02	O futuro já está começando
	69	Dezembro	05	Presidente aciona botão ligando o Nortão ao Sistema Nacional
1995	73	15/06 a 15/07	08	Morre o bandeirante do século XX
	73	15/06 a 15/07	09	Seu Enio não mora mais aqui
	73	15/06 a 15/07	09	Circulo Italiano de Sinop
1998	86	Junho	08-09	Vera aos 12 anos quase uma adolescente

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quadro 7: Excertos para a interpretação de dados

Excertos para a interpretação de dados	
1988	01
1989	11
1990	08
1991	02
1994	02
1995	06
1998	01
Total	31

Fonte: Elaborado pelo autor.

Em cada ano, acessei a diferentes conteúdos jornalísticos e a leitura sobre eles permitiu observar a conexão entre os materiais e o diálogo com os temas. Decorrida toda essa etapa, a próxima e terceira consistiu no agrupamento dos temas a serem interpretados. A colonização da Amazônia e a fundação da Gleba Celeste foram priorizados e a intenção foi observar o sentido e o significado sobre tais temas possíveis de se identificar no *corpus* selecionado. Logo, a sistematização dos temas abrangentes completou a etapa descrita por King e Horrocks (2010), no tocante à derivação daqueles temas-chave e a identificação dos temas abrangentes oriundos da análise temática (estágio 3) da análise temática.

Quadro 8: Sistematização dos temas

Número	Tema
01	Bandeirantismo e pioneirismo protagonistas
02	Imensa Amazônia precária e o sonho europeu
03	Competência da colonização para a luz
04	A luz se apaga
05	Criador e criatura

Fonte: Elaborado pelo autor.

No tocante à entrevista do colonizador Enio Pipino, também utilizada nesse trabalho, importante elencar que as mesmas etapas da metodologia da análise temática

foram realizadas e que o ponto final consistiu na geração de um tema em específico sobre tal material: criador e criatura. Diferentemente do jornal que se encontra impresso, para realizar tal operação foi necessário ouvir a entrevista de 53 minutos e 13 segundos de duração e traçar os primeiros apontamentos no tocante à, pelo movimento desenhado, observar os códigos e características em comum que aparecem durante a narrativa sobre o episódio de fundação da Gleba Celeste.

A entrevista como um todo trata do percurso de instituição da Gleba Celeste na região Norte de Mato Grosso e a fundação da Gleba Celeste surge em meio às referências e alusões que tratam do trabalho de divulgação do empreendimento particular, da atração e captação do morador, o objetivo da Gleba Celeste, bem como o trabalho de penetração em meio à floresta, o que possibilita ao pesquisador aferir a conexão e diálogo com o material jornalístico.

Na perspectiva da entrevista concedida pelo empresário Enio Pipino, a fundação da Gleba Celeste é aludida não apenas como uma operação administrativa e de criação de cidades, mas parece anunciar uma lógica hierarquizante entre duas figuras inerentes ao processo de colonização: um criador e uma criatura, aparecendo em grande destaque no decorrer as abordagens.

Há de se frisar que o conjunto de enunciados trazidos à baila figurando tanto nos textos jornalísticos quanto no próprio dizer do colonizador fazem emergir a voz da colonização, um registro da história e que permite observar tal fenômeno. Nesse contexto, “o discurso não é o que diz o sujeito, mas é o dito na relação com um conjunto de fatores da exterioridade, onde se pode enxergar na dispersão do sujeito sua descontinuidade.” (LISBOA, 2019, p. 69). Por esse conjunto de fatores da exterioridade figuram, por exemplo, os processos sociais, econômicos que formam um ou mais discursos e que denotam a não autonomia e independência desse, visto que a prática discursiva faz emergir enunciados que em dado momento histórico “formam os objetos, apoiando-se e retroalimentando uma formação discursiva.” (LISBOA, 2019, p. 70).

4 CONQUISTAR A AMAZÔNIA, REPETIR O SONHO EUROPEU

Nesta seção passo a realizar a interpretação de dados da pesquisa, atento ao propósito de observar como a colonização é significada. Para tal, os textos selecionados foram divididos nos seguintes temas: (1) bandeirantismo e pioneirismo protagonistas; (2) imensa Amazônia precária e o sonho europeu; (3) competência da colonização para a luz; (4) a luz se apaga; (5) criador e criatura.

4.1 A colonização e as relações de poder

Os enunciados da década de 1980, mais precisamente aqueles que circularam no Jornal Hoje entre os anos de 1988 e 1989, e que foram trazidos para a etapa inicial da interpretação de dados abordam o episódio da fundação da Gleba Celeste atrelada à própria história da empresa Colonizadora Sinop e que ainda no Paraná decidiu expandir sua atuação para a região Amazônica. Para que tal operação pudesse ser feita, os enunciados recuperam o sentido de protagonismo e da força de trabalho como fundamentais. Enunciados esses que na rede de sentidos designam o instrumento da colonização como necessário ao ato de avanço e progresso para a região amazônica, até então desconhecida, sendo até mesmo a mola propulsora do desenvolvimento regional.

Os enunciados também apontam para um “antes da colonização”, atribuindo à área um *status* de precária e periférica e outro “depois da colonização”, com o êxito obtido por meio desta operação que retoma a memória europeia de colonização e desbravamento. Igualmente, expressa-se a gratidão e a alegria pela existência de um colonizador, sem o qual não seria possível celebrar as conquistas. Passo então a apresentar os enunciados trazidos à etapa de interpretação de dados, observando também que o texto não sofreu correção ortográfica e gramatical, pois foi transcrito seguindo a originalidade das páginas do impresso Jornal Hoje.

4.2 Tema 01: Bandeirantismo e pioneirismo protagonistas

Enunciado 1: Disse Brandão: estamos felizes por ter chegado o momento de prestar homenagem ao “Bandeirantes do Século”. Falando de improviso, Brandão lembrou os primeiros momentos na construção de Sinop, **ressaltando a importância**

da coragem, otimismo e esperança que Enio Pipino transmitia a todos os pioneiros, que muitas vezes desanimados com as adversidades, já estavam de malas prontas para voltar às origens. Enio Pipino merece muito mais que isto, merece nossa amizade e a nossa gratidão. Vai em frente “Seu Enio”, nós torcemos pelo seu sucesso. Disse Brandão, entre outras palavras. (JORNAL HOJE, Edição nº 05, 01/06 a 31/07 de 1988, p. 07 — Vereadores concederam títulos de cidadão honorário a Figueiredo e Pipino).

4.3 Tema 02: Imensa Amazônia precária e o sonho europeu

Enunciado 2: A história de Sinop, desde sua origem em 1.969, quando o bandeirante moderno Enio Pipino comprou a região, os fatos que marcaram a época do pioneirismo e seu fantástico desenvolvimento até os dias de hoje, quando o município já se consolidou como um dos mais prósperos do País. (JORNAL HOJE, Edição nº 17, 16 a 30/09 de 1989, p. 01 — Sinop, 15 anos de fundação. E 20 de história).

Enunciado 3: Responsáveis pela colonização de 18 cidades no Paraná e quatro cidades no Norte mato-grossense, das quais Sinop, a Colonizadora Sinop S.A., ostenta um êxito inigualável. Ao enfrentar todas as dificuldades de uma região praticamente intocada, como era a Amazônia mato-grossense, a Colonizadora não mediu esforços para trazer o desenvolvimento. (JORNAL HOJE, Edição nº 17, 16 a 30/09 de 1989, p. 14 — Colonizadora Sinop apostou tudo no progresso).

Enunciado 4: A Amazônia Mato-grossense, um “inferno verde” praticamente intocado era um grande sonho e o maior desafio para o “mito” vivo Enio Pipino, semeador de 18 cidades no Norte do Paraná. Desbravar a região foi uma missão difícil que exigiu coragem e garra dos colonos, além da experiência sertanista de seu investidor. (...). (JORNAL HOJE, Edição nº 17, 16 a 30/09 de 1989, p. 16 — Sinop, uma história feita com garra, paixão e coragem).

Enunciado 5: Era outubro de 1.969, quando os colonizadores Enio Pipino e Ulrich Grabert, o “Uli”, verdadeiros bandeirantes do novo tempo, desembarcaram na imensa Amazônia Mato-grossense que durante séculos, permanecia praticamente intocada. Guiado por sua vocação sertanista, o presidente da Colonizadora Sinop,

Enio Pipino, um paulista, criador de 18 cidades no norte paranaense, **não hesitou em comprar 645.000 hectares do então maior município do mundo, Chapada dos Guimarães.** (JORNAL HOJE, Edição nº 17, 16 a 30/09 de 1989, p. 16 — Sinop, uma história feita com garra, paixão e coragem).

Enunciado 6: Desta forma, ela dava um passo para a realização de seu sonho amazônico e a um longo trabalho de colonização. Homem de grande visão, o colonizador Ênio Pipino se propôs, **tal como fizera no Paraná durante a década de 50, semear cidades também na região que os brasileiros conheciam como o “Inferno Verde”.** Tendo ao seu lado trabalhadores valentes e dispostos, o **“bandeirante moderno”** teve a certeza de ver seu trabalho produzir frutos com a **implantação da civilização sul-amazônica.** (JORNAL HOJE, Edição nº 17, 16 a 30/09 de 1989, p. 16-17 — Sinop, uma história feita com garra, paixão e coragem).

Enunciado 7: A força do trabalho de seus pioneiros, que renunciaram ao conforto de suas residências de origem se tornou a bandeira de todos os que vieram para cá com vontade de trabalhar, construir e produzir. (JORNAL HOJE, Edição nº 17, 16 a 30/09 de 1989, p. 16-17 — Sinop, uma história feita com garra, paixão e coragem).

Enunciado 8: A época do pioneirismo foi sem dúvida, a mais difícil da história de Sinop, quando os colonizadores enfrentaram todas as dificuldades de uma região que não conheciam e não oferecia nada, a do ser muito trabalho. (JORNAL HOJE, Edição nº 17, 16 a 30/09 de 1989, p. 16-17 — Sinop, uma história feita com garra, paixão e coragem).

Enunciado 9: (...) Mas eles respondem que a aventura vale a pena, afinal descobrir um outro Brasil e ver o surgimento de outras gerações é altamente gratificante. Hoje apenas elogiar os grandes esforços desses pioneiros é muito pouco. (JORNAL HOJE, Edição nº 17, 16 a 30/09 de 1989, p. 18 — Pioneiros relembram o passado da cidade).

Enunciado 10: Para Lindolfo, conquistar a Amazônia era seguir o sonho dos avós, que tinham vindo da Europa **“para conquistar o Brasil. Conhecer e conquistar novas terras, estava no sangue da gente”.** Montou uma serraria e prosperou.

(JORNAL HOJE, Edição nº 17, 16 a 30/09 de 1989, p. 18 — Pioneiros relembram o passado da cidade).

Enunciado 11: Enfim, a época do **pioneirismo ficou marcado por muitas histórias e lutas para se fixar em uma região desconhecida**. Na mata havia onças e outros perigos e aos arredores da gleba, as cobras eram uma verdadeira praga. Tudo isso **pesou nos ombros dos pioneiros, mas eles, mais do que ninguém, ostentam os méritos de terem construído um Brasil novo**. (JORNAL HOJE, Edição nº 17, 16 a 30/09 de 1989, p. 18 — Pioneiros relembram o passado da cidade).

Enunciado 12: Mas, quando **comprou as terras, em plena Amazônia Mato-grossense, o Sr. Ênio não pensou somente em fundar uma cidade, mas dar perspectiva de progresso à região a partir do investimento em indústria**. (JORNAL HOJE, Edição nº 22, 22 de dezembro de 1989, p. 4 — O império do álcool está de volta).

De forma relacionada, o conjunto de enunciados apresentados em 1988 e 1989 permite vislumbrar a operação da fundação da Gleba Celeste a partir de sentidos que reforçam a lógica da colonização e a não ruptura dos sentidos estabelecidos sobre o feito. Isso é, não há rompimento e/ou outro enunciado que não seja aquele que se deve dizer e a linearidade aproxima os enunciados e suas conexões produzem sentidos, o que comunga do entendimento de Foucault (2008, p.31) ao explicar que: “[...] por que não poderia ser outro [discurso/enunciado], como exclui qualquer outro [discurso/enunciado], como ocupa, no meio dos outros [discursos/enunciados] e relacionado a eles, um lugar que nenhum outro [discurso/enunciado] poderia ocupar.” (FOUCAULT, 2008, p. 31). Há uma singular existência e “e esta que vem à tona no que se diz e em nenhuma outra parte” (FOUCAULT, 2008, p. 31).

De acordo com o dizer jornalístico, a primeira ação necessária para a fundação da Gleba Celeste foi a efetiva coragem pela empresa colonizadora de ampliar sua rota de atuação comercial, saindo do Paraná para se dirigir ao Norte mato-grossense (Enunciado 3). Na região Sul, onde o grupo já obtivera “êxito inigualável”, diferentes cidades foram fundadas, em especial no Norte do Paraná, e, então, o próximo passo estaria em levar para outra região esta mesma condição de progresso, enfrentando adversidades necessárias para a consolidação do projeto (“Ao enfrentar todas as

dificuldades de uma região praticamente intocada, como era a Amazônia mato-grossense, a Colonizadora não mediu esforços para trazer o desenvolvimento”).

O imaginário construído sobre a Amazônia (“A Amazônia Mato-grossense, um ‘inferno verde’ praticamente intocado era um grande sonho e o maior desafio para o ‘mito’ vivo Enio Pipino” (Enunciado 4) remete a esse espaço onde os projetos de colonização estavam sendo efetivados ainda na década de 1970 como uma região geográfica ainda disponível, uma representação que, ao mesmo tempo que situava o espaço físico, também evidenciava o papel do colonizador como aquele capaz de superar as adversidades e até mesmo de dominar a natureza. Como explica Warling (2015, p. 30), tal compreensão transcende os limites de se compreender a Amazônia somente como um espaço físico, mas também discursivo moldado por uma rede de construção imaginária.

Falar em Amazônia aqui é colocar-nos muito além de compreendê-la em sua literalidade enquanto um extenso espaço geográfico coberto pela floresta – relegado ao esquecimento e/ou distante dos interesses privados e do Estado – mas, sobretudo, pensá-la enquanto espaço imaginário idealizado e (re)criado – tanto pela literatura como pelo discurso midiático – um lugar cobiçado, gerador de conflitos e de interesses capitalistas.

A própria adoção do léxico “inferno verde” remete à memória da colonização, quando a própria designação era utilizada pelos europeus com a finalidade de proteger a Amazônia brasileira da invasão por outros povos, aqui a constar os portugueses em relação aos holandeses e franceses. Ao ser materializado no enunciado, o “inferno verde” perfaz o sentido oposto e a ser superado: o dizer molda significados de oportunidade, demonstrando a viabilidade da Amazônia para receber migrantes, circunstância essa pelo qual os planos de ocupação resultaram em completos êxitos, na perspectiva dos colonizadores e mesmo Estado brasileiro. Razões essas pelas quais a empresa de colonização decidiu encabeçar o projeto da Gleba Celeste, comprando uma faixa de terra a ser explorada.

No discurso jornalístico produz-se sentido de ser o papel do colonizador fundamental para o desbravamento da Amazônia, da imensa Amazônia ainda considerada precária; “coragem, otimismo e esperança” (Enunciado 1) era o que se transmitia aos pioneiros, “que muitas vezes desanimados com as adversidades, já estavam de malas prontas para voltar às origens” (Enunciado 1), que significavam seus Estados de origem. A figura do colonizador liga-se diretamente a termos como

“bandeirante”, “pioneiro” e, em se tratando de Enio Pipino, responsável pela criação da Gleba Celeste, o sentido sobre sua figura é o de “bandeirante moderno” (Enunciado 2), aquele cuja época do pioneirismo marcou o “fantástico desenvolvimento até os dias de hoje” (Enunciado 2). “Desbravar a região foi uma missão difícil que exigiu coragem e garra dos colonos, além da experiência sertanista de seu investidor” (Enunciado 4).

Na história da Gleba Celeste, além do empresário Enio Pipino, Ulrich Grabert, o Uli, também é apresentado como colonizador e bandeirante que investiu na Amazônia (“Era outubro de 1.969, quando os colonizadores Enio Pipino e Ulrich Grabert, o “Uli”, verdadeiros bandeirantes do novo tempo, desembarcaram na imensa Amazônia Matogrossense que durante séculos, permanecia praticamente intocada” (Enunciado 5).

Há de se observar uma importante questão acerca da colonização. Toda vez que surge e/ou é feita alguma referência/alusão ao colonizador, indivíduo responsável pelo processo é personificado, está sendo demarcada a existência de duas frentes na Amazônia: de um lado, a Amazônia escura, sem nada; de outro, aquela com a luz trazida pelo explorador. Uma oposição binária de igual sentido como o binômio “céu e inferno”, “o europeu e o não europeu”, entre outros. Nesse sentido, a própria figura do colonizador é o centro que divide as duas partes de uma mesma Amazônia e implementa de igual maneira uma hierarquia. Como apontam Nascimento e Zolin-Vesz (2020, p. 9),

Denota-se a existência de uma hierarquia na qual a mão do criador surge como um guia à criatura, sem a qual não se caminhará rumo ao progresso e à racionalidade. Em tal perspectiva – que se mostra igualmente dicotômica – o colonizador exerce sua dominação e controle sobre o que se pretende dizer. Ou, igualmente, sobre os efeitos de verdade que se tornarão conhecidos para que funcionem como verdadeiros. (NASCIMENTO e ZOLIN-VESZ, 2020, p. 9).

E o discurso do colonizador e os sentidos produzidos vão interpelar também o colonizado, pois “Onde só havia o nada, dever-se-ia instituir uma civilização; onde a terra era vazia, necessário era seu povoamento por meio da Gleba Celeste.” (NASCIMENTO e ZOLIN-VESZ, 2020, p. 9).

Ainda à década de 1980, anos após a implantação da Gleba Celeste, o emprego de marcas como “vocações”, “coragem”, “atitude”, “força do trabalho”, “garra dos colonos”, “sonho amazônico”, “pioneirismo”, “missão”, “experiência sertanista”, “trabalho”, “renúncia ao conforto”, “conquista”, “luta”, “aventura” (Enunciados 1, 5, 6, 7, 8 e 9) ainda permanecem produzindo sentidos, constituindo significação ao discurso construído face à colonização da Amazônia, asseverando qualidades inerentes a

qualquer colonizador. Ou seja, tratar do colonizador é vislumbrar uma relação sinônima à coragem, ao trabalho, à renúncia ao conforto, à conquista, à luta, à aventura, à garra e à experiência, em uma lógica na qual a categoria da colonialidade do poder (QUIJANO, 2005) está presente e, dessa maneira, descarta as formas de conhecimento que se erguem fora dos padrões dominantes (QUIJANO, 2005, MIGNOLO, 2020). A causa e efeito dessa relação refletem na adoção de um discurso como verdade, um discurso que constrói um “efeito do real” (FOUCAULT, 2018), “efeitos de poder” que se moldam não isoladamente, mas sócio-historicamente a partir de um contexto de produção que contribui para se compreender o porquê de aquele determinado enunciado ter surgido e exatamente ele e não outro em seu lugar, conforme assevera a teoria de Foucault. Isso significa que dadas condições de produção contribuíram para a gênese de um discurso e sua significação, a partir de então.

Há nos enunciados apresentados até o presente momento uma correlação também com outro imaginário, mas agora construído à época pelo colonizador europeu, quando de suas incursões sobre as terras brasileiras. Os efeitos de verdade pressupõem a colonização como necessária para o advento de uma nova geração a surgir (enunciado 9), fruto de uma também nova civilização (Enunciados 6, 7, 8, 9). De acordo com o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2001), o verbete civilização possui três principais aspectos, sendo: “1. Ato ou efeito de civilizar(-se); 2. Conjunto de aspectos peculiares à vida intelectual, artística, moral e material de uma época, de uma região, de um país ou de uma sociedade; 3. Condição de adiantamento e de cultura social; progresso.” Um olhar sobre os significados possibilita compreender o primeiro sob a ótica processual, isto é, de um rito, uma ação sendo executada no curso de um período. Já o segundo, remete à condição da universalidade configurada pelas conquistas intelectual, cultural e material de uma época que se pretende reforçar aquilo que é civilizado. Por fim, o terceiro significado apresenta uma direção a seguida pelos povos civilizados em relação aos demais (adiantamento e de cultura social, progresso). Logo, o sentido de civilização na tessitura do discurso pressupõe o retorno à própria Europa porque é uma noção chave no discurso europeu, pois, como explica Santos (2014, p. 215), “a palavra ‘civilização’ traduz as mudanças propostas e assumidas pelo reformismo ilustrado lusitano em relação ao modelo anterior.”

Não é novidade afirmar que “civilização” é uma noção chave do discurso europeu, necessária para a compreensão do que os povos e nações do chamado velho continente pensam a respeito de si mesmos e dos outros. A

ideia, em si, pode ser considerada bastante antiga, mas a palavra surgiu apenas no século XVIII, na França, difundindo-se por diversos idiomas europeus. (SANTOS, 2014, p. 216).

Desse modo toda colonização pressupõe um agente colonizador também significado como agente civilizatório responsável por levar a outrem os avanços intelectual, cultural e econômico. No contexto da Gleba Celeste, da Amazônia brasileira, o próprio sentido de civilização recupera os também sentidos de uma memória discursiva já estabelecida e mesmo anterior que, no caso, diz respeito ao discurso eurocêntrico, representando uma síntese de múltiplos aspectos que fazem representar a superioridade europeia sobre outros povos e territórios. É a relação histórica descrita por Foucault (2018), quando de sua teoria do discurso, para explicar como determinadas relações se fazem presentes e retornam nos discursos, já que esses discursos são frutos de uma construção política, histórica.

No contexto do discurso jornalístico, pressupõe-se uma relação entre colonização e civilização, aproximando-se do sentido eurocêntrico de progresso e cujo marco inicial dispõe também do estabelecimento de novas civilizações. Logo, no sentido que perfaz os textos da década de 1980, não parece estranho afirmar que ao se apoiarem na formação discursiva da colonização, civilização emerge como um sentido aderente à colonização do Brasil quando da necessidade de se referir à formação da Amazônia como necessária. Ainda, a civilização não se porta como um fim, mas um meio para algo e que, conforme os sentidos do discurso, liga-se diretamente à formação de novos territórios.

Nesse contexto e um paralelo com as missões exploratórias na Amazônia, se os Jesuítas e os demais religiosos foram, em alguma medida, “agentes civilizadores” para os indígenas, no caso da colonização brasileira, os colonizadores responsáveis pela fundação de empreendimentos imobiliários na Amazônia também foram agentes civilizadores no tocante à ocupação da floresta e a posterior transformação do vazio, um sentido que emana do discurso. Contudo, a “civilização” para eles não era um fim em si mesmo, mas um objetivo a ser alcançado. Conforme os sentidos do discurso, a civilização e os sentidos que formam foram também defendidos pelos sujeitos todos que se relacionavam com o processo e pressupunha a incorporação de hábitos e costumes realizados – por exemplo, pelo europeu – em terras brasileiras (Enunciados 10, 11 e 12). No enunciado 10 a lógica da colonização europeia como instituidora de um modelo econômico e social é retomada quando da incorporação ao discurso do migrante que

para a Gleba Celeste se mudou (“Para Lindolfo, conquistar a Amazônia era seguir o sonho dos avós, que tinham vindo da Europa ‘para conquistar o Brasil. Conhecer e conquistar novas terras, estava no sangue da gente’. Montou uma serraria e prosperou). O mesmo enunciado recupera a memória da colonização, como “conquistar novas terras”, “prosperidade”.

Nos textos jornalísticos a ação civilizatória de colonizar um outro espaço é descrita como pioneira, adquirindo sentido de engrenagem à operação, por exemplo, como aponta o enunciado 11: “Enfim, a época do pioneirismo ficou marcada por muitas histórias e lutas para se fixar em uma região desconhecida”. E para se fazer colonizar uma região e nela instituir um projeto de colonização, necessário se fazia enfrentar as adversidades, ‘perigos’ e situações adversas que viessem a colocar sob teste aqueles que se lançaram em meio ao desafio. “Na mata havia onças e outros perigos e aos arredores da gleba, as cobras eram uma verdadeira praga. Tudo isso pesou nos ombros dos pioneiros, mas eles, mais do que ninguém, ostentam os méritos de terem construído um Brasil novo.” (Enunciado 11). Como se observa na rede de sentidos, a colonização é um meio para se “construir um Brasil novo”, representado pela Gleba Celeste, na Amazônia, assim como gerar uma perspectiva de progresso à região (Enunciado 12).

Enio Pipino, empresário responsável pela criação da Gleba Celeste, retorna ao centro do dizer como protagonista que “comprou as terras, em plena Amazônia Matogrossense” (Enunciado 12). “O Sr. Ênio não pensou somente em fundar uma cidade, mas dar perspectiva de progresso à região a partir do investimento em indústria.”). Por fim, conquistar a Amazônia, sob a ótica da fundação da Gleba Celeste, era seguir o sonho europeu (Enunciado 10). Uma aventura que valeu a pena (enunciado 9) e fez surgir outras gerações (Enunciado 9). Conhecer e conquistar terras estava no sangue (enunciado 11) daqueles que se propuseram a tal finalidade: pioneiros que “ostentam o mérito de ter construído um Brasil novo” (Enunciado 11) por meio da compra de terras e da fundação de cidades (enunciado 12).

A produção de um discurso, um saber, é considerada estratégica e, neste sentido, como afirma Lisboa (2019, p. 70), “determinados saberes são legitimados e estabelecidos como ‘verdades’, para condicionar os padrões de vida em sociedade, por isso então o termo ‘saber-poder’”, que, na tessitura de Lisboa (2019, p. 70), assemelha-se aos enunciados “dotados de verdade” que fundamentam “a normalização da sociedade por meio das verdades estabelecidas no campo do direito, da medicina, da

psicologia, etc.” Foucault já afirmava à sua época que o controle sobre os discursos se ampara em enunciados com o intuito de se estabelecer a verdade.

Para tornar a visualização dos textos trazidos para a fase de interpretação de dados neste primeiro bloco de enunciados, reproduzo a sistematização das edições trabalhadas e pertencentes aos anos de 1988 e 1989. Por meio delas pode-se observar a relação entre a colonização e a Amazônia, baseado no exemplo da abertura da Gleba Celeste em Mato Grosso. Enunciados esses por meio dos quais são envolvidos tanto o colonizador quanto a frente migratória e seus migrantes, visto que a primeira necessidade para se instituir uma nova ‘civilização’ era a formação de grupos de pessoas interessadas em participar desse movimento de deslocamento para uma região até então desconhecida. O agente colonizador, a partir dos sentidos dos enunciados, leva a outrem o avanço intelectual.

Com base nesse grupo de enunciados das edições de 1988 e 1989, construídos sob a perspectiva dos temas “Bandeirantismo e pioneiro protagonistas” e “Imensa Amazônia precária e o sonho europeu”, é possível também elencar traços que aparecem ao longo dos enunciados e que reforçam a produção de sentidos sobre a Gleba Celeste e a filiação ao ideal eurocêntrico de colonização. Enunciados esses por meio dos quais são envolvidos tanto o colonizador quanto a frente migratória e seus migrantes, visto que a primeira necessidade para se instituir uma nova ‘civilização’ era a formação de grupos de pessoas interessadas em participar desse movimento de deslocamento para uma região até então desconhecida. O agente colonizador, a partir dos sentidos dos enunciados, leva a outrem o avanço intelectual.

Quadro 9: Sistematização causa e efeito de sentidos (1988 e 1989)

Relação de causa Ponto de partida para o efeito do real	Relação de efeito O efeito do real atualizado
Bandeirante do século	O colonizador
Otimismo e esperança	Sentimento transmitido
Colonizador	Gratidão
Comprar a região	Pioneirismo, prosperidade
Colonizadora Sinop	Êxito
Dificuldade	Região intocada
Amazônia	Dificuldade, desenvolvimento

Inferno verde	Grande sonho, desafio
Mito	Enio Pipino
Desbravar a região	Missão, coragem
Novo tempo	Desembarcando na Amazônia
Séculos	Intocada
Sonho Amazônico	Colonização
Homem de visão	Semear cidades
Trabalhador valente	Implantar uma civilização
Pioneiros	Renúncia
Força do trabalho	Vontade, construção, produção
Época do pioneirismo	História
Conhecer e conquistar	Estava no sangue
Brasil novo	Mérito
Civilização	Caminho a ser alcançado
Conquistar a Amazônia	Seguir o sonho europeu

Fonte: Elaborado pelo autor.

A partir da colonização estabeleceram-se as relações de poder por meio de um sistema mundial iniciado ainda à época das grandes navegações, como efeito da globalização e do capitalismo. Tal fenômeno proporcionou o desenvolvimento de relações entre a Europa e o mundo no qual a primeira, enquanto centro, forjou novas categorias para aquilo que a ela exteriormente se situava, a exemplo do que Quijano (2005) chama de categorias dicotômicas, a citar as noções de Oriente e o Ocidente, o primitivo e o colonizado, o racional e o irracional, o moderno e o tradicional, por exemplo. Em essência, a “Europa e a não-Europa” (QUIJANO, 2005, p. 122), cujos sentidos também se reproduzem nos enunciados que compreendem a década de 1990, quando da referência ao despertar da colonização e a condição da colonização como ser responsável por levar mais luz, conhecimento e esperança.

Optei por dividir o grupo de enunciados em duas partes, de maneira que se pudesse visualizar dois marcos temporais que compreendem a incidência de um antes da colonização e de um depois da colonização, com ênfase na figura do colonizador. Os primeiros enunciados perfazem as referências ao colonizador ainda em vida, enquanto a segunda parcela remete ao período de ‘fim das luzes’, em detrimento da morte daquele

responsável pela criação da Gleba Celeste. Em uma relação dicotômica, enunciados que produzem os sentidos de ‘luz e trevas’.

O grupo de enunciados (13 ao 24) foi gerado a partir dos seguintes temas:

4.4 Tema 03: Competência da colonização para a luz

Enunciado 13: Hoje ninguém mais se esquece do colonizador Enio Pipinio e do Uli, **dois braços que fizeram a história e o desenvolvimento de uma região que prosperou e viu nascer seus filhos.** Tornar símbolo e ser história viva não é fácil para nenhum colonizador. Agora engajado no futuro da terra, Uli anunciou seu compromisso com o desenvolvimento. Para isso, precisará daqueles que se preocupam com o futuro da cidade. (JORNAL HOJE, Edição nº 24, 15 a 31/03 de 1990, p. 02 — Candidatura de colonizador).

Enunciado 14: Mas, o porque de tanta adoração e crença pela terra? Para um alemão (Uli) que deixou seu País, onde o desenvolvimento surpreendeu o mundo nos últimos anos, só mesmo a certeza do progresso em uma região inexplorada e perigosa. E não estava errado. O colonizador Ênio Pipino soube escolher a terra e junto com o gerente da Sinop, Uli, conduziu o município a um crescimento assustador. O fator preponderante, foi, sem dúvida, a competência. (JORNAL HOJE, Edição nº 24, 15 a 31/03 de 1990 p. 02 — Candidatura do colonizador).

Enunciado 15: Jornal Hoje - Como surgiu a idéia e o porque da candidatura Uli?

Uli - Trabalhamos por Sinop durante 19 anos e durante esse tempo incentivamos povos a virem para cá. **Enfrentamos tudo com a maior dificuldade e conseguimos a colonização.** Todas essas pessoas vieram para cá com perspectivas que estão concretizando. **Nada mais justo do que trabalhar em prol desse povo que acreditou na gente** e daí a idéia de eu me lançar candidato. A candidatura surgiu porque pretendo dar continuidade ao progresso experimentado pela nossa região. (JORNAL HOJE, Edição nº 24, 15 a 31/03 de 1990 p. 02 — Candidatura de colonizador).

Enunciado 16: A experiência comprovada e aprovada do alemão Uli Eberard Grabert, o “Uli” conquistou o coração do colonizador Enio Pipino, que confiou a ele a cooperação no erguimento de Sinop. **Anos depois, Sinop despontou como a cidade**

maior e mais desenvolvida do Nortão. A Colonizadora Sinop, dirigida por Uli, foi o responsável por tudo. (JORNAL HOJE, Edição nº 26, 01 a 15/06 de 1990 p. 04 — Candidatos: a difícil escolha da população).

Enunciado 17: É com essa **mesma competência** que Uli quer trabalhar por Sinop e todo o Norte na Assembléia Legislativa. Mais com o objetivo de **dar continuidade ao progresso preconizado pelo comendador Enio Pipino** do que com o futuro político da região. (JORNAL HOJE, Edição nº 26, 01 a 15/06 de 1990 p. 04 — Candidatos: a difícil escolha da população).

Enunciado 18: Ouvir o colonizador Enio Pipino falar da ocupação desta parte da Amazônia, é receber lições de brasilidade e de amor ao trabalho, principalmente de fé, esperança e confiança na capacidade do nosso povo como desbravador. (...) Provavelmente não sabiam que “Seu” Enio sempre foi um **visionário** do futuro, como ele próprio diz, **“adivinhando alvoradas e progresso e madrugadas de civilização”**. (JORNAL HOJE, Edição nº 31, 15/10 a 15/11 de 1990 p. 02 — Asfalto até Santarém. A luta do Nortão continua).

Enunciado 19: Quando nossos olhos de colonizador voltaram-se para a imponência da AMAZÔNIA MATO-GROSSENSE, mais do que um plantador de cidades, fomos **visionário do futuro, adivinhando alvoradas de progresso e madrugadas de civilização**. (JORNAL HOJE, Edição nº 30, 15 a 30/10 de 1990 p. 07 — Mensagem à cidade de Sinop).

Enunciado 20: Acordando a enorme solidão que dormia, à toa, no meio da floresta, rasgando a terra para abrir estradas, desenhando cidades no mapa verde da mata virgem, fizemos da GLEBA CELESTE um mundo enfeitado de centros populacionais que atraíram famílias pioneiras, alargando horizontes do Estado de Mato Grosso. E no rol desses centros, entregamos à civilização da atualidade a bela CIDADE SINOPE, hoje com 16 anos de fundação e 11 anos de emancipação política. (JORNAL HOJE, Edição nº 30, 15 a 30/10 de 1990 p. 07 — Mensagem à cidade de Sinop).

Enunciado 21: Enio Pipino disse que a **condição de um colonizador é sempre aquela de atrair para o nosso meio e para o lugar onde se está desbravando, alguém com**

maior conhecimento, mais luzes, mais esperanças e com fé. Hoje nós recebemos um homem que eu admiro de muitos e muitos anos, disse Enio. (JORNAL HOJE, Edição nº 35, 01 a 15 de maio de 1991, p. 03 — Visita de senador abre novas perspectivas).

Enunciado 22: Voltando as vistas para um passado recente (cerca de 17 anos) vamos encontrar **um grupo de pioneiros**, liderados por Ulrich Grabert, o “Uli”, **abrindo uma clareira no limiar da floresta amazônica, para implantar uma cidade que, na visão do seu idealizador, o colonizador Enio Pipino, teria o destino de “irradiadora do progresso” na região.** (...). A época daquilo que para muitos poderia parecer **um sonho perdido no meio da mata, ficou para trás.** (JORNAL HOJE, Edição nº 39, 15/09 a 15/10 de 1991 p. 02 — Um agradecimento aos pioneiros).

Enunciado 23: O presidente lembra uma conversa como o **Sr. Ênio Pipino o primeiro a pisar nesta região** em meados de 1975, disse que sua alegria ao ver o progresso não apenas desta cidade, mas desta região. E disse textualmente: **são homens como Ênio Pipino que constroem o Brasil. E não aqueles falsos brasileiros que não sabem realmente reconhecer o valor da nossa terra e particularmente da nossa gente.** (JORNAL HOJE, Edição nº 69, dezembro de 1994 p. 05 — Presidente aciona botão ligando o Nortão ao Sistema Nacional).

Enunciado 24: É possível continuar acreditando, assim como o colonizador Ênio Pipino que apostou tudo na construção de um eldorado. É preciso manter a luta, assim como os pioneiros que desembarcaram aqui há cerca de 20 anos e resolveram **ficar enfrentando todas as adversidades da floresta.** (JORNAL HOJE, Edição nº 66, 01 a 30/09 de 1994, dezembro de 1994 p. 02 — O futuro já está começando).

Nos enunciados do tema 03 (Competência da colonização para a luz) a colonização da Amazônia, com a fundação da Gleba Celeste, retorna ao centro com o sentido de marco temporal, compreendendo o antes e o depois da manobra, cristalizando o sentido de colonização como sinônimo para a instituição de uma nova civilização (enunciados 15, 16, 17, 18, 19, 20), não havendo enunciados outros moldados em sentido contrário. Pela abordagem estariam a colonização e a experiência europeia relacionadas ao âmbito da mente, da racionalidade, frente às regiões colonizadas, uma operação arrojada e visionária (Enunciado 19) de se cumprir. Esse processo da condição

humana constrói a matriz epistêmica que regulamenta a existência de um espaço provido de saber e de poder, de conhecimento, em uma relação com a matriz colonial de poder (MIGNOLO, 2017).

De acordo com Mignolo (2017, p. 8), o conhecimento, inclusive, constitui um dos pilares da matriz colonial, portando-se como um requisito e legitimação de uma ordem mundial denominada eurocentrismo. Explica o autor que

Primeiro, a lógica da colonialidade (ou seja, a lógica que sustentava os diferentes âmbitos da matriz) passou por etapas sucessivas e cumulativas que foram apresentadas positivamente na retórica da modernidade: especificamente, nos termos da salvação, do progresso, do desenvolvimento, da modernização e da democracia. A etapa inicial dispôs a retórica da modernidade como salvação. A salvação era focada em salvar almas pela conversão ao cristianismo. A segunda etapa envolveu o controle das almas dos não europeus através da missão civilizatória fora da Europa, e da administração de corpos nos Estados-nações emergentes através do conjunto de técnicas que Foucault analisou como a biopolítica. Assim, a colonialidade era (e ainda é) a metade complementária e perdida da biopolítica. Essa transformação da retórica da salvação e da lógica do controle se tornou prevacente durante o período do Estado-nação secular.

Encontramos uma verossimilhança entre o postulado de Mignolo (2017) e os enunciados que se referem à fundação da Gleba Celeste, ou seja, uma convergência. Passo então a explicar: em um primeiro momento, assim como Mignolo (2017) afirma que lógica da colonialidade passou por etapas distintas e sucessivas, os processos de colonialidade na história da ocupação do Norte mato-grossense e da criação da Gleba Celeste também se moldaram de forma sucessiva sob retórica positivista, da ‘salvação’, do ‘progresso’, do ‘desenvolvimento’ e da ‘modernização’ e do nascimento, da gênese (“Hoje ninguém mais se esquece do colonizador Enio Pipino e do Uli, dos braços que fizeram a história e o desenvolvimento de uma região que prosperou e viu nascer os filhos” - Enunciado 13; “...adoração e crença pela terra (...), para um alemão (Uli) que deixou seu País, onde o desenvolvimento surpreendeu o mundo nos últimos anos, só mesmo a certeza do progresso em uma região inexplorada e perigosa” - Enunciado 14; “incentivamos povos a virem para cá. Enfrentamos tudo com a maior dificuldade e conseguimos a colonização”- Enunciado 15; “a experiência comprovada e aprovada do alemão (...) a Colonizadora Sinop foi responsável por tudo” - Enunciado 16; “dar continuidade ao progresso preconizado pelo comendador - Enunciado 17).

Em detrimento disso, na etapa inicial figura a colonização também como a salvação, aqui não para “salvar almas pela conversão” (MIGNOLO, 2017), mas salvar a

própria região Amazônica da então escuridão que prevalecia (...“uma região que prosperou e viu nascer seus filhos” - Enunciado 13; “O colonizador Enio Pipino soube escolher a terra e junto com o gerente da Sinop, Uli, conduziu o município a um crescimento assustador” - Enunciado 14; “enfrentamos tudo com a maior dificuldade e conseguimos a colonização (...) Nada mais justo do que trabalhar em prol desse povo que acreditou na gente” - Enunciado 15; “... dar continuidade ao progresso preconizado pelo comendador Enio Pipino” - Enunciado 17; “falar da ocupação da Amazônia é receber lições de brasilidade e de amor ao trabalho, principalmente de fé, esperança e confiança na capacidade do nosso povo como desbravador (...) adivinhar alvoradas de progresso e madrugadas de civilização” - Enunciado 18).

Já na segunda etapa, que remonta ao também ‘controle’ dos não europeus “através da missão civilizatória fora da Europa” (MIGNOLO, 2017, p. 8), a colonialidade está presente na missão exploratória relacionada ao contexto brasileiro e da Amazônia para se fazer surgir uma nova civilização, prevalecendo a “retórica da salvação e da lógica do controle” (MIGNOLO, 2017, p. 8): (“receber lições de brasilidade e de amor ao trabalho, principalmente de fé, esperança e confiança na capacidade do nosso povo como desbravador (...), civilização” - Enunciado 18; “nossos olhos de colonizador voltaram-se para a importância da Amazônia” - Enunciado 19; “(...) mais do que plantar cidade, fomos visionários do futuro” - Enunciado 19; “acordar da enorme solidão que dormia, à toa, no meio da floresta” - Enunciado 20).

Destarte o conjunto de enunciados jornalísticos, a referência ao ato de se fazer despertar da solidão que a floresta dormia (Enunciado 20) recupera o sentido eurocêntrico da colonização e as regularidades do objeto, com o enunciado apoiando-se em um mesmo sistema de formação, isto é, ele não está desconectado de processos históricos, mas vinculado às genealogias. O sujeito enunciator “busca referências, memórias a partir das quais nomeia objetos e se localiza no mundo” (SARRAF e NEVES, 2020, p. 110), de modo que os enunciados se integrem em redes de memória que remontam ao período da colonização eurocêntrica.

A emergência desse discurso compõe a atualização do também discurso colonial, com a legitimação do conhecimento e o estabelecimento de sentidos de verdade. Um discurso, como apontam Santos, Souza e Zolin-Vesz (2019, p. 3-4), possui papel “funcional na manutenção ou (re)produção dos modos de produção do conhecimento, pois, ao relatar uma viagem, cenários são criados, pessoas e povos são descritos, formas de análise daquele ambiente são selecionadas, destinatário para este relato é definido”,

estando esses modos de produção do conhecimento atrelado à ótica de quem leva o conhecimento a outro espaço- por exemplo, a perspectiva dos agentes colonizadores -. Neste ponto não se considera a produção de conhecimento no mesmo ambiente anteriormente à chegada da figura dos colonizadores porque o ambiente menos avançado é incapaz de gerar conhecimento sobre si (SANTOS; SOUZA; ZOLIN-VEZS, 2019), luz, sendo necessária a intervenção de outrem para tal. Ou, então, em se tratando da colonização da Amazônia, os legítimos ‘heróis’ (...“são homens como Ênio Pipino que constroem o Brasil. E não aqueles falsos brasileiros que não sabem realmente reconhecer o valor da nossa terra e particularmente da nossa gente”- Enunciado 23).

Retomando-se o postulado de Foucault (2018, p. 52) acerca dos efeitos de verdade e poder, “cada sociedade tem seu regime, sua ‘política geral’ de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros” e essa verdade encontra-se pautada, por exemplo, no discurso científico, nas instituições que o produzem. Em nosso caso, a instituição pode ser considerada tanto a empresa privada que colonizou quanto a imprensa, que ao fazerem circular o discurso fazem com que ele seja assumido como verdade. Há de se reiterar aqui sobre o discurso proveniente do colonizador e, para isso, recorreremos a Mariani (2004, p. 23-24), que nos aponta:

Se considerarmos o período das descobertas do novo mundo, observa-se que o discurso da História proveniente do colonizador, enraizado na ideologia do eurocentrismo, justifica e valoriza suas próprias ações visando ao povoamento e à defesa de uma terra conquistada, ao mesmo tempo em que silencia sobre as lutas pela imposição e/ou preservação das identidades. É um discurso que se impõe pela força e pela escrita, ou melhor, impõe-se com a força institucionalizadora de uma língua escrita gramatizada que já traz consigo uma memória, a memória do colonizador sobre a sua própria história e sobre a sua própria língua. (MARIANI, 2004, p. 23-24).

O postulado da autora possibilita vislumbrar aspectos importantes para a cena discursiva: por si, a perspectiva do colonizador possui sentido eurocentrado, sob a lógica de se fazer ocupar e justificar; esse dizer eurocentrado e seus sentidos produzidos constituem-se pela mescla do emaranhado de memórias do colonizador, da sua própria história, tornando-se algo institucionalizado, isto é, comum àquele período com o objetivo de atrair um maior número de interessados àquela iniciativa, estes portadores de “maior conhecimento, mais luzes, mais esperanças e com fé” (Enunciado 20). No caso da Gleba Celeste, os pioneiros que “resolveram ficar enfrentando todas as adversidades da floresta” (Enunciado 24).

Justificar e valorizar as próprias ações são marcas sempre presentes no discurso sobre a colonização da Amazônia, bem como a também defesa de uma terra a ser conquistada, de acordo com os enunciados materializados no texto jornalístico e que também produzem efeitos de verdade (“...entregamos à civilização da atualidade a bela cidade SINOP” - Enunciado 20; “a condição de colonizador é sempre aquela de atrair para o nosso meio e para o lugar onde se está desbravando, alguém com maior conhecimento, mais luzes, mais esperanças e com fé”, Enunciado 21; “...abrindo uma clareira no limiar da floresta amazônica, para implantar uma cidade que, na visão do seu idealizador, o colonizador Enio Pipino, teria o destino de ‘irradiadora do progresso’ na região” - Enunciado 22).

Encaminhando-me para o final da fase de interpretação de dados dos enunciados do tema 3 (Competência da colonização para a luz) friso que eles foram distribuídos em duas etapas, sendo a primeira compreendendo a colonização enquanto um objeto central para a década. Embora os enunciados tenham sido construídos mais de duas décadas após o episódio de fundação do projeto Gleba Celeste (que ocorreu nos anos de 1970) eles retomam a memória da colonização eurocêntrica ao produzirem sentidos de uma década das luzes, isto é, quando as figuras do colonizador, dos migrantes, dos pioneiros e dos desbravadores se faz presente na enunciação com vistas à instituição de uma nova civilização em meio à floresta Amazônica norte mato-grossense. No quadro a seguir sistematizo a relação da colonização, causas e efeitos e sua relação com sentidos que aludem à operação como justificável.

Quadro 10: Sistematização causa e efeitos de sentidos (1990 a 1994)

Relação de causa Ponto de partida para o efeito do real	Relação de efeito O efeito do real atualizado
Colonizador	Braços da história, nascer os filhos
Terra	Inexplorada e perigosa
Alemão que deixou o país	Desenvolvimento surpreendente
Enfrentar a dificuldade	Colonizar
Experiência	Do alemão (europeu)
Sinop	Maior e mais desenvolvida
Progresso	Preconizado pelo colonizador
Amazônia	Brasilidade
Amazônia	Trabalho de fé, confiança no desbravador

Olhos de colonizador	Plantar cidades
Gleba celeste	Entregar a civilização
Colonizador	Mais luz, conhecimento, fé
Floresta amazônica	Progresso
Sonho perdido	Ficou para trás
Progresso	Construído
Enio Pipino	Verdadeiro brasileiro
Eldorado	Luta
Pioneiro	Enfrentar adversidade da floresta

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os enunciados de 1990, 1991 e 1994 perfazem as referências então ao determinado grupo de colonizadores ainda em vida, ao contrário dos próximos que fazem figurar o ‘fim das luzes’, em decorrência da morte, por exemplo, do colonizador Enio Pipino. Os enunciados que produzem ainda os sentidos da oposição entre ‘luz e escuridão’ em um antes e depois da colonização, ou seja, um binômio presente na relação de fundação da Gleba Celeste e, por conseguinte, dos projetos colonizatórios na Amazônia brasileira.

Morre o bandeirante do século XX. Desta maneira que a edição número 73, em circulação entre 15 de junho a 15 de julho de 1995, trouxe o acontecimento da morte do colonizador Enio Pipino, aos 78 anos, em suas páginas, com reportagem especial sobre o episódio, apresentando diferentes depoimentos e realizando a repercussão do fato em meio à cidade de Sinop e os impactos gerados pela situação. O conteúdo destacava o papel e a importância do empresário na história de criação da Gleba Celeste e as cidades fundadas de Vera, de Sinop, de Cláudia e de Santa Carmem, bem como as conquistas realizadas pela colonização dirigida naquela região da Amazônia, apresentando textos ilustrados por fotografias do período. Diferentes pessoas que, direta ou indiretamente, tiveram contato com o empresário, prestaram naquela ocasião suas homenagens ao colonizador. A reportagem, além de destaque na capa do jornal, ocupou ainda duas páginas, destacando o acontecimento e explicando ao leitor as causas e razões pelas quais a morte ocorrera.

Na mesma edição, o jornal apresentava não apenas este conteúdo sobre o colonizador, mas a reportagem sobre a morte dividia espaço com outras notícias consideradas mais festivas, entre as quais a que tratava da exposição agropecuária do

município, notícias sobre o cenário político do município de Sinop, eleições para a Câmara de Dirigentes Lojistas, bem como outras. No próximo grupo de enunciados (25 a 31) estão os materiais veiculados nos anos de 1995 e 1998.

Para abordar o episódio da morte do colonizador a reportagem da edição número 73 adquire destaque, em virtude da quantidade de material veiculado. Passamos a interpretar os dados desse grupo de enunciados, com um olhar lançado ao binômio “luz e trevas”. Na primeira fase os enunciados trazidos foram aqueles que faziam referência ao colonizador ainda em vida e, agora, os textos listados vão produzir sentidos que remetem ao fim das luzes, ao término da missão de levar conhecimento e fé a outro espaço, em virtude da não mais presença do indivíduo responsável pela fundação da Gleba Celeste.

4.5 Tema 04: A luz se apaga

Enunciado 25: Morreu nosso baluarte, morreu nosso grande incentivador. É por isso que hoje todos nós estamos nos sentindo um pouco órfão. (JORNAL HOJE, Edição nº 73, 15/06 a 15/07 de 1995, p. 08 — Morre o bandeirante do século XX).

Enunciado 26: Nosso baluarte, nosso pai adotivo, também viveu para receber uma justíssima homenagem de toda a sociedade. (JORNAL HOJE, Edição nº 73, 15/06 a 15/07 de 1995, p. 09. — Morre o bandeirante do século XX).

Enunciado 27: Ênio Pipino disse que participou de várias outras epopéias, de outras colonizações, **mas nunca tinha visto tamanho desenvolvimento, tamanho crescimento e tão grande vontade de seu povo em tornar Sinop a Capital de Norte,** como já era de direito. (JORNAL HOJE, Edição nº 73, 15/06 a 15/07 de 1995, p. 09 — Seu Enio não mora mais aqui).

Enunciado 28: Ênio Pipino, moço como sempre, foi uma daquelas criaturas nas quais a imagem e semelhança com o Pai se manifesta mais rapidamente. E, **como filho de Deus, só não tinha poder sobre a morte.** Talvez porque só tenha vivido 78 anos. Foi para as planícies celestes colonizar outras terras. Ou, como gostava de dizer, foi “convocado para a seleção de São Pedro”. E levou um grande reforço: seu sócio,

amigo e colaborador João de Carvalho, que “partiu” algumas horas antes. (JORNAL HOJE, Edição nº 73, 15/06 a 15/07 de 1995, p. 09 — Seu Enio não mora mais aqui).

Enunciado 29: A família italiana de Sinop, melancólica pela **perda do seu colaborador membro, Comendador Ênio Pipino**, quer destacar a passagem deste, que é a personagem mais ilustre de nossa história e a razão de ser de Sinop. (JORNAL HOJE, Edição nº 73, 15/06 a 15/07 de 1995, p. 09 — Círculo Italiano em Sinop).

Enunciado 30: Tudo que criou permanecerá sempre presente para testemunhar sua existência, através dos tempos. Continuaremos gratos e nunca esqueceremos o amigo. (JORNAL HOJE, Edição nº 73, 15/06 a 15/07 de 1995, p. 09 — Círculo Italiano em Sinop).

Enunciado 31: “Todos somos um” nesse mundo verde encravado no coração da Amazônia Seus filhos em maior número - as crianças e os adolescentes. (JORNAL HOJE, Edição nº 86, junho de 1998, p. 08 — Vera aos 12 anos quase uma adolescente).

No contexto dos enunciados sobre a morte do colonizador o discurso jornalístico produz sentidos que situam a figura de Enio Pipino a de um grande exemplo de colonizador que ficou no imaginário local, da comunidade residente na Gleba Celeste, à figura do desbravador e por meio da qual levou-se a civilização à Amazônia norte-mato-grossense para proporcionar progresso à região e aos migrantes que se instalariam na área e também iriam promover a prosperidade econômica e social. Civilizador, bandeirante, por exemplo, são sinônimos do perfil do agente colonizador e comendador são noções que se misturam ao sentido de paternidade produzido pelo discurso em cujo centro está o ‘comandante’ ideal que buscou valorizar a Amazônia por meio da ocupação e do preenchimento dos ‘espaços vazios’ que existiam na região. Dessa forma, o projeto de colonização de Enio Pipino nascia envolto à linguagem que pré-anunciava a mão do colonizador como um guia para os homens interessados em também participarem desta história construída na Gleba Celeste, em Mato Grosso. Logo, a colonização se torna possível em virtude do protagonismo e da paternidade assumida por uma pessoa (“...É por isso que hoje todos nós estamos nos sentindo um pouco órfão - Enunciado 25; “Nosso baluarte, nosso pai adotivo...” - Enunciado 26). Se a figura do colonizador é para o discurso da colonização um guia, sem ela a direção é oposta, a de

falta de direção, de norte, visto que as orientações do colonizador eram a diretriz para as ações ocorrem na Gleba Celeste, sentido esse materializado no dizer do periódico (“Ênio Pipino disse que participou de várias epopeias, de outras colonizações” - Enunciado 27; “Ênio Pipino, moço como sempre, foi uma daquelas criaturas nas quais a imagem e semelhança com o Pai se manifesta rapidamente” - Enunciado 28; “Tudo que criou permanecerá sempre presente para testemunhar sua existência, através dos tempos” - Enunciado 30; “Todos somos um” - Enunciado 31).

Como é possível de se observar, a construção discursiva sobre o colonizador Enio Pipino pressupõe a legitimação da política de colonização dirigida realizada no Norte do Estado de Mato Grosso, especificamente na área da Gleba Celeste. E assim, a presença e o aparecimento do agente colonizador na imprensa faz funcionar a memória da colonização, atribuindo o caráter indissociável entre homem e ação: nos excertos que interpretamos, discorrer sobre Enio Pipino é aludir diretamente ao episódio da colonização, do sentido de bandeirantismo, da política colonizatória brasileira, tratar da representação mítica de quem semeia cidades. E é nesse sentido que a história do colonizador então começa a ser contada, reproduzida na imprensa, reforçando o vínculo entre homem e a terra. Como expõe Guimarães Neto (2002, p. 86), “o bandeirante em marcha traçava o caminho certo e seguro, restabelecendo a esperança no país do futuro, bem ao gosto da retórica do governo militar. Só um paulista conhecedor dos sertões poderia levar a cabo essa tarefa, com ousadia, força e eficiência.” Em uma referência ao surgimento da Gleba Celeste, Guimarães Neto (2002, p. 92) destaca a relação entre o discurso do progresso e a consolidação de projetos de colonização.

O discurso colore as imagens com os tons preferidos de quem o elabora. Para Ariosto da Riva e Ênio Pepino, as novas cidades que surgiram de sua obra colonizadora possuíam a cor da explosão do progresso das cidades paranaenses, também fruto da colonização. Plantar na Amazônia, mais precisamente no norte mato-grossense, o modelo das cidades paranaenses era a projeção mais fantástica desses empresários. Isto representava muito mais que um negócio com terras, mesmo aqueles altamente lucrativos. Significava construir um projeto que contasse com escolas, atendimento hospitalar, uma infra-estrutura mínima para fixar os grupos sociais desterritorializados (mesmo que utilizando a sua própria força de trabalho), sobretudo considerando uma região como a Amazônica. (GUIMARÃES NETO, 2002, p. 92).

O acontecimento da morte do colonizador Enio Pipino retratado nas páginas do jornal faz emergir outro sentido que se conecta diretamente ao ‘bandeirante do século 21’: Enio Pipino como condutor da racionalidade, construtor de uma epistemologia cujo

conhecimento é validado central no/pelo discurso que reproduz a lógica da racionalidade em detrimento a de outras, visto que a experiência necessária para implementar um novo marco civilizatório na região Norte foi possível a partir da mobilização de quem, há anos, dedicava-se a tal operação (“Ênio Pipino, moço como sempre, foi uma daquelas criaturas nas quais a imagem e semelhança com o Pai se manifesta mais rapidamente” - Enunciado 28; “...quer destacar a passagem deste, que é a personagem mais ilustre de nossa história e a razão de ser de Sinop” - Enunciado 29; “Tudo o que criou permanecerá sempre presente para testemunhar sua existência, através dos tempos” - Enunciado 30; “Todos somos um”... - Enunciado 31). Tal lógica também se aproxima do pensamento eurocêntrico, que privilegia a construção do saber europeu como científico, modelo e superior, enquanto a produção oriunda de outras origens geográficas é opostamente considerada: inferior e não racional. Assim, forma-se a identidade europeia a partir do encontro com o Outro, neste caso, simbolizado pela colonização.

Sobre essa relação com as epistemologias ocidentais Moita Lopes (2006b, p. 88) afirma que

Em sua lógica ocidentalista, as redes internacionais de produção de conhecimento afastam, apesar de seu ideal de serem internacionais e de considerar o mundo globalizado, conhecimentos produzidos em outros centros periféricos. Isso indica que são associações em que “internacional” quer dizer o mundo anglo-saxônico do velho globalismo ocidentalizado, que tem origem nos chamados grandes descobrimentos no século XVI em esforços de colonizar ou de levar a “verdade” para os outros [...].

Por epistemologia ocidental entenda-se o constructo teórico-metodológico concebido à luz da Ciência moderna, a partir da influência eurocêntrica, isto é, originada na Europa. Em tal lógica o conhecimento é categorizado a partir de padrões dicotômicos como ‘ser ou não aceito’, ‘quem detém maiores ou menores influência e importância para falar sobre’, ‘o que está do lado de lá/de cá’, ‘este em detrimento daquele’, evidenciando a edificação de uma relação desigual entre uma denominada “metrópole e a periferia” (CONNELL, 2013; SOUZA, CARDOSO e ZOLIN-VESZ; 2019), quando os construtos reprodutores e mantenedores da tradição científica eurocêntrica da metrópole sobressaem-se sobre os da periferia, que compreende o restante, ou aquilo que se encontra fora do eixo central da produção do conhecimento. Aqueles que se encontram às margens “do que é considerado ciência ou conhecimento legítimo lutam

para emitir suas vozes como forma igualmente válida de construir conhecimento e organizar a vida social [...]” (SOUZA, CARDOSO e ZOLIN-VESZ; 2019, p. 3).

A relação dicotômica entre metrópole e periferia expressa, conforme Souza, Cardoso e Zolin-vesz (2019, p. 3), o “problema da autoridade e de quem a detém no que tange à legitimação do conhecimento e ao estabelecimento dos sentidos de verdade.” Em uma alusão ao trabalho de Connell (2013), Souza, Cardoso e Zolin-vesz (2019, p. 5) apresentam o que, por natureza, caracteriza tanto a metrópole quanto a periferia. No primeiro espaço está o tipo de sociedade avançada, também industrializada e urbanizada, enquanto o último é visto como “primitiva e atrasada”. Segundo os autores, o surgimento desses conceitos fez surgir os “pressupostos de sociedade organizada e civilizada, traduzida principalmente por países da Europa Ocidental, em contraposição à noção de nações periféricas e primitivas que não possuíam tal ordem social, sequer tal organização do trabalho.” (SOUZA, CARDOSO e ZOLIN-VESZ, 2019, p. 5). À metrópole subjaz a construção do conhecimento a partir de suas universidades, institutos e sociedades científicas, enquanto na periferia ser o espaço para a base de coleta de dados à metrópole.

Por epistemologia, de igual maneira, também se compreenda, como acrescentam Streck e Adams (2014, p. 35), a “ciência que se ocupa com as questões que dizem respeito aos métodos, organização, procedência, validade, limites do conhecimento, bem como sua relação com a realidade histórica”, de maneira que constitua como um espaço de relações de poder e de disputa, especialmente o lugar ao qual determinado conhecimento está sendo produzido. Dependendo de seu ponto de origem, explica Zolin-Vesz (2019, p. 3), condiciona-se sua “(in)visibilidade e, por conseguinte, hierarquias epistêmicas”, por exemplo, como aquelas moldadas a partir dos conhecimentos gestados no Ocidente e tratados como superiores à construção advinda da parte não ocidental (inferior).

É neste ponto da hierarquia epistêmica que se conectam questões fundamentais dessa pesquisa e as escolhas nela realizadas. Para tal, importante recorrer a Zolin-Vesz (2019, p. 4) quando de sua explicação sobre a condução de pesquisas forjadas pela perspectiva decolonial. Expõe o autor que, em voga, não se está tratando de uma interface teórica, isto é, de um arcabouço teórico para revelar a verdade, mas uma perspectiva epistemológica entendendo a pesquisa “a partir de prismas que denotam posicionamentos produzidos pelas relações de poder, de poder saber”, consciente de que

tais posicionamentos, erguidos à luz da manutenção das categorias Oriente e Ocidente (colonialidade), (re)produzem hierarquias, inclusive as epistêmicas.

Regressando-se à questão da epistemologia ocidental tratada anteriormente, Mignolo (2017, p. 6) define-a como “uma estrutura de administração e controle surgida a partir da transformação da economia do Atlântico e o salto de conhecimento ocorrido tanto na história interna da Europa como entre a Europa e as suas colônias”, de modo que o conhecimento e a cosmologia ocidental são privilegiados e relação àqueles não ocidentais. Dabashi (2017, p. 28), também ao tratar sobre o que está na base da episteme ocidental, faz uma classificação interessante para designar o conceito de Ocidente. Diz que “mais do que geografia, é uma família linguística, um sistema de crenças e uma epistemologia. [...] Portanto, ‘o Ocidente’ é uma abreviatura de ‘civilização ocidental’.”

Tanto Mignolo (2017) quanto Dabashi (2017) procuram explicitar a essência eurocêntrica como aquela que pautava a construção do conhecimento científico, não permanecia isolada ou reclusa aos países do eixo europeu, mas difundia seu aparato epistemológico para além dos próprios limites geográficos, como por exemplo, em consonância aos movimentos históricos de colonização de territórios. Ao ser projetada para fora das zonas europeias, portava-se, nesses últimos espaços, como referência e guia a serem seguidas em prol de se manter a lógica colonial.

Assim, a matriz colonial é construída e opera sobre uma série de nós histórico-estruturais heterogêneos [...]. A sua legitimidade é ancorada nos princípios de conhecimentos diversos, assim como no aparato da enunciação, que consiste em categorias de pensamento, atores sociais e instituições sustentados pela continuidade da educação. (MIGNOLO, 2017, p. 10).

O pensamento de Mignolo parece estabelecer uma conexão direta com Michel Foucault (2018) quando esse acentua a importância do plano discursivo nas relações de poder/conhecimento. Ao fazer uma referência sobre seu percurso, face ao amadurecimento intelectual, Foucault (2018) afirmara ser esse ‘regime discursivo’ aquilo que lhe faltava em seu trabalho. Tal ponto demonstra que, desde sua época, já se podia reconhecer a importância da questão discursiva na cena da produção do conhecimento. Situando a fala do filósofo ao contexto da pesquisa, é no plano do discurso que se busca legitimar conhecimentos e justificar ações, a exemplo da colonização e a fundação de cidades. Na cena pesquisada por Mignolo, o autor já explicava que os processos de independência dos países colonizados poderiam se dar

em âmbitos político e econômico, mas não no discursivo, desvencilhando-se da carga discursiva dos países colonizadores.

Dessa forma, falar em colonização remete também ao próprio sentido de ‘descobrimto’ de uma nova região, estando o próprio termo carregado do caráter eurocêntrico, “não considerando o lado da população originária, cuja existência anterior à chegada dos europeus não interessa e somente importará (mas não tanto) depois de esses povos serem descobertos, colonizados, civilizados e evangelizados.” (MAIA; FARIAS, 2020, p. 588). No caso da Amazônia brasileira o descobrimto se deveu às missões exploratórias lideradas pelos agentes colonizadores no curso da década de 1970.

Se para a perspectiva eurocêntrica o conhecimento europeu é difundido ao redor do mundo, diga-se, no caso da colonização da Amazônia, que o saber, a forma de produção do conhecimento e de sentidos se dão na/pela visão de um colonizador a quem compete levar a outros locais a mesma luz, o mesmo saber, portando-se como ‘centro’ desenvolvido. Há de se frisar também a construção das diferentes dicotomias erguidas nesta colonialidade para caracterizar as relações como o primitivo e o colonizado, o vazio e o tudo, a luz e a escuridão, de modo que o conhecimento do colonizador é legitimado no/pelo enunciado como efeito verdadeiro (“...E, como filho de Deus, só não tinha poder sobre a morte. (...) Foi para as planícies celestes colonizar outras terras” - Enunciado 28; “...personagem mais ilustre de nossa história...” - Enunciado 29; “Tudo que criou...” - Enunciado 30; “Todos somos um nesse mundo verde encravado no coração da Amazônia” - Enunciado 31. A afirmação Lisboa (2019, p. 83), além de representar bem a perspectiva discutida, possui grande coerência: “a colonialidade e a colonização moldam um sistema que fomenta o padrão “eurocêntrico de funcionamento da sociedade.”

Por fim, é possível compreender que a conquista da Amazônia para fins de colonização inaugurou uma relação entre a colonialidade e o eurocentrismo, influenciando até mesmo na relação dentro da área, a partir do estabelecimento de estruturas de poder. Frise-se que conquista aqui descrita se refere não apenas a um léxico, mas a um sentido que atravessa todo discurso sobre a fundação da Gleba Celeste, enunciado pelo colonizador, pelo migrante, pelo pioneiro. Com a chegada do migrante, incentivado pela política de colonização oficial dirigida do governo, uma nova relação passa a ser moldada na área onde o projeto seria instituído, a começar, pela escolha do denominado “migrante ideal” (PIPINO, 1982), que deveria ocupar a Gleba Celeste.

Dessa forma, o processo de colonização proporcionou o surgimento também de padrões de poder, em estruturas que se refletiram na própria construção da Gleba Celeste, por meio de posições hierárquicas entre, de um lado, a existência de um criador e, de outro, de uma criatura. Essa relação tem sua lógica reafirmada quando da entrevista do colonizador Enio Pipino ao Museu da Imagem e do Som de São Paulo ainda no ano de 1982, totalizando 53 minutos e 13 segundos de gravação. Não realizo a interpretação de dados da totalidade do material, apenas a partir dos enunciados que abordam a fundação da Gleba Celeste sobre o espectro da manobra realizada pela empresa paranaense para criação de novas cidades na Amazônia, a atração do migrante e a busca pela população ideal, a divulgação do empreendimento, por exemplo. Essa entrevista constitui a segunda etapa de documentos trazidos como o corpus e a partir da qual também se foi possível identificar temas.

4.6 Criador e Criatura

O ano de 1982 marca a concessão da entrevista do empresário Enio Pipino ao projeto Memória da Amazônia do Museu da Imagem e do Som de São Paulo, compondo o acervo no qual estão diferentes personagens que atuaram em frentes exploratórias e de colonização dirigida no Brasil. Em pouco mais de 53 minutos Enio Pipino descreve o episódio de criação da Gleba Celeste sob diferentes aspectos, partindo desde a mobilização do migrante, o deslocamento de suas terras de origem para a Amazônia; posteriormente, a fixação na área e a instituição de projetos que visassem a permanência do colono na área, as iniciativas empresariais e a transformação do projeto Gleba Celeste também em uma referência agroindustrial, partindo da agricultura de subsistência para a operação de indústrias e cooperativas agropecuárias.

A fala de Enio Pipino sobre a Gleba Celeste também reproduz a colonialidade ao situar a relação hierárquica entre um criador e uma criatura no discurso de fundação desse empreendimento particular, materializando a existência de duas categorias: à primeira compete o papel de regência, de condução, enquanto à segunda, a criatura, o atendimento ao chamado para se caminhar direção à racionalidade que lhes é apresentada por meio da operação de colonização da Amazônia. Nessa direção os espaços vazios cedem à nova civilização que ali é implantada para, posteriormente, haver seu povoamento pelas criaturas mobilizadas. O trabalho de divulgação e atração

do migrante à área é o ponto de partida para a nossa interpretação de dados, pois consiste já na primeira relação hierárquica de classificação e identificação do indivíduo migrante.

4.7 Tema 05: Criador e Criatura

Enunciado 32: **Ali nós fizemos um trabalho de colonização muito grande** onde vivem hoje perto de 500 mil pessoas mais ou menos nas áreas colonizadas pela Sinop. É uma dúzia de cidades mais ou menos, **até que exauridas todas as possibilidades de colonização nós começamos a sentir e haver uma grande corrida e uma movimentação da criatura humana em direção ao Paraguai**, ao norte da Argentina, assolados pelo minifúndio que já então se tornava improdutivo na introdução do maquinário agrícola que se incentivava em todo Brasil. (ENIO PIPINO, 1982).

Enunciado 33: **Nós fazemos um trabalho de persuasão muito grande.** Nós temos um trabalho que pega aqui do Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, em todos esses Estados nós temos gente oferecendo terras e **oferecendo as condições para que as informações, para que a criatura passe acreditar na Amazônia e hoje já não é novidade.** (ENIO PIPINO, 1982).

Dois aspectos chamam a atenção no dizer do empresário Enio Pipino. Em um primeiro momento a colonização da Amazônia assume o sentido de salvaguarda, de solução, de instituidora de novas perspectivas e a abertura de possibilidades que representam o inédito, o fazer pioneiro. No caso ora descrito, é a possibilidade de introduzir o homem na Amazônia depois que outras iniciativas de colonização também no Brasil se esgotaram, sendo necessária a implementação de novas rotas para o deslocamento interno (“...exauridas as possibilidades de colonização”), fazendo-se então ser necessário até mesmo modificar o interesse e o fluxo migratório para fora do país, estimulando-o internamente. Ao invés de se optar pelo Paraguai, pela Argentina, o foco seria estabelecer uma nova corrente migratória em direção à Amazônia brasileira (“nós começamos a sentir e haver uma grande corrida e uma movimentação da criatura humana em direção ao Paraguai, ao norte da Argentina, assolados pelo minifúndio que já então se tornava improdutivo na introdução do maquinário agrícola que se incentivava em todo Brasil”). Em um segundo momento, diz respeito à construção de

um discurso que evidencia o trabalho de fomento e divulgação da região baseados na persuasão da criatura e sua interpelação ao discurso positivista da colonização, com o objetivo de participar da operação exploratória (“Nós fazemos um trabalho de persuasão muito grande”), passando a significar e a se identificar com sentidos desse discurso que remetem ao protagonismo.

No caso da empresa Colonizadora Sinop as propagandas de oferta de terras na Amazônia realizaram-se em regiões como a do Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, onde, segundo o colonizador, havia “gente ofertando terras e oferecendo as condições para que a criatura passe a acreditar na Amazônia”, um espaço até então pouco ou nada conhecido pela população residente no Centro-Sul brasileiro.

Em ambos os enunciados o dizer de Enio Pipino opera como uma instância da colonização, da fundação do projeto Gleba Celeste como uma solução, uma resposta à necessária inserção do homem em uma corrente migratória, construindo assim um efeito de poder. Isto é, constrói um mesmo sentido que o da colonização eurocêntrica pautada em, como descreve Ribeiro (2021), difundir pela terra a Ciência e a tecnologia do colonizador (europeu). “No curso dessa expansão, se difundiram e generalizaram as tecnologias modernas, as formas de ordenação social e os corpos de valores vigentes na Europa.” (RIBEIRO, 2021, p. 70). Em uma correlação com o enunciado de Enio Pipino, a tecnologia moderna equipara-se à própria tecnologia empregada para se explorar uma região ainda fechada, bem como às ferramentas de divulgação e o apelo midiático; ao passo que a nova forma de ordenação social alude à própria transformação demográfica da região, a partir da chegada do migrante e, por fim, os valores vigentes na Europa reproduzidos sob o ideal de colonizar para levar a luz a um espaço ainda considerado um inferno verde, passível à instituição de uma nova civilização.

Enquanto o enunciado de Enio Pipino produz sentidos também de uma posição superior, na qual quem enuncia é detentor da racionalidade (“fizemos um trabalho de colonização muito grande”), em posição contrária está a figura da criatura que participaria deste movimento em direção à Amazônia Norte mato-grossense, cabendo-lhe o papel de agente que se deslocaria para uma nova região, devendo atender ao chamamento que lhe fora realizado (“oferecendo as condições para que as informações, para que a criatura passe acreditar na Amazônia”). Ao mesmo tempo em que surge em meio ao dizer de Enio Pipino, o migrante não é assim denominado, ou mesmo

caracterizado, apenas ‘classificado’ pela noção de criatura e sua função seria participar do movimento desenhado pelo criador, acentuando a lógica hierárquica da colonização.

Quando enuncia Enio Pipino produz sentidos que o designam, além de criador, a civilizador por sua capacidade de difundir o progresso, a felicidade ante uma nova civilização, sendo a personificação de valores “que a definam e sejam capazes de motivar a conduta do homem novo.” (RIBEIRO, 2021, p. 403). Para observar tal premissa, o papel de protagonista assumido pelo colonizador frente ao desafio de colonizar é expresso quando enuncia “ali nós fizemos um trabalho de colonização muito grande” (Enunciado 32); “nós fazemos um trabalho (...) nós temos um trabalho” (Enunciado 33), portando-se como um agente essencial à operação de colonização. Em uma analogia com Ribeiro (2021), o herói civilizador motiva a superação, aos novos esforços, ao próprio amadurecimento da civilização.

Um pré-requisito fundamental para o amadurecimento desta civilização humana é a capacidade de retirar do caos de crenças e aspirações contraditórias a um tempo congruente e apaixonada, capaz de motivar o homem para novos esforços de autossuperação, já não contra outros homens definidos racial, social, cultural ou nacionalmente, mas em favor de todos os homens. Essa imagem-objeto será definida, necessariamente, com apelo a figuras de “heróis civilizadores”, de patronos cultuados pela contribuição que deram à humanização do homem. (RIBEIRO, 2021, p. 403).

De acordo com Enio Pipino, a finalidade da Gleba Celeste na Amazônia fundamentava-se no tripé produção de energia carburante, fixação do migrante e propício à industrialização e produção agrícola na área. Em outras palavras, tornar-se um polo de desenvolvimento, recuperando o mesmo sentido do discurso estatal da década de 1970, quando do incentivo às empresas privadas para que implementassem projetos de colonização na região. Ou seja, um discurso que se atualiza, não rompendo com o sentido que se forma. Nos enunciados a seguir, o empresário trata da lógica da colonização sob o prisma da oferta de condições para a sobrevivência do público e da seleção de moradores para o projeto da Gleba Celeste baseadas na premissa do ‘migrante ideal’ que se desejava.

Enunciado 34: Fixação da criatura humana, produção agrícola, industrialização e possibilidade para que nós pudéssemos fazer energia carburante e, também para possibilitar que estes homens que faziam conosco a mesma aventura encontrasse na

Amazônia um meio de sobrevivência e participassem do progresso dessa grande aventura. (ENIO PIPINO, 1982).

Enunciado 35: Nós temos três categorias de criaturas. Tem o homem de mais idade, que, tendo uma pequena área de propriedade agrícola lá no Paraná ou em Santa Catarina ou Rio Grande do Sul, ele começa a sentir uma insegurança permanente porque vê que a família cresce, os genros vão encostando, as noras também vão se aproximando e ele tem ansiedade de um lugar maior para que ele possa levar com ele toda sua família. E daí, hoje, com os preços oferecidos em São Paulo, no Paraná, no Rio Grande do Sul, é fácil de você fazer o convite para que o homem que tenha cinco alqueires de terra faça a venda do seu terreno e compre 50, 60, 100 alqueires de terra lá na Amazônia, onde ele possa dar abrigo a extensão da sua família, algo maior volume das pessoas da sua família. E nós temos também uma faixa de 45 anos, mais ou menos, que é do homem que já sentiu e já morou com a família dele nos minifúndios do Paraná, de São Paulo, de Santa Catarina e que sente a mesma situação de como colocar e continuar a sua família. E nós temos, também, o moço que se aventura, casa e vai para lá porque o tio já foi, vai para lá porque o sogro também já está lá, formando, assim, **uma corrente permanente de gente, de gente preocupada de se encaminhar para o sertão na busca dessa aventura da terra nova, do cheiro da coisa nova. Essa é uma coisa maravilhosa que a gente sente em toda criatura do Brasil.** (ENIO PIPINO, 1982).

Enunciado 36: Então hoje nós estamos assim, assistindo a uma **grande caminhada do homem de todo o Brasil para fazer ocupação da Amazônia** que eu acho saudável, porque a **nossa grande preocupação era que a Amazônia fosse ordenadamente ocupada e ela está sendo ocupada ordenadamente com gente de primeira grandeza, bons produtores, bons agricultores, homens ordeiros, populações orientadas.** (ENIO PIPINO, 1982).

Enunciado 37: E daí também se criou outras oportunidades, vocês sabem que para plantar o café, nós tínhamos que **buscar soluções para que as criaturas pudessem sobreviver até que o café passasse a produzir** num ciclo de 3 a 4 anos de produção. [...]o grande problema nosso era as distâncias e nessas distâncias as nossas preocupações, ela só puderam ser eliminada com a criação de uma cooperativa, criou-se uma cooperativa. Esta cooperativa foi criada compulsoriamente cada criatura

compradora de um lote de terra depositava 1% do seu valor para formação do capital da cooperativa que se chama Cooperativa Agrícola Mista Celeste. (ENIO PIPINO, 1982).

Enunciado 38: Daí a razão porque nós nos preocupamos sempre porque **a nossa sorte estava ligada à sorte também do sucesso agrícola dessas criaturas**, e daí porque nós nos preocupamos e **nos cercamos de todos esses fatores de segurança para que o homem pudesse produzir, criar e poder também fazer com que ele pudesse cumprir as suas obrigações com a empresa.** (ENIO PIPINO, 1982).

Enunciado 39: (...) e nós tínhamos preocupação porque a mandioca podia ter ou não mercado e talvez fosse assim, motivo de insatisfação, **porque também a empresa se preocupa com contentamento e com a felicidade da criatura humana.** (ENIO PIPINO, 1982).

Enunciado 40: Tem mercado certo e vocês vejam para a vida da cidade, para a vida comercial, para **a vida do enriquecimento da criatura humana dentro da área onde está implantado esse grande complexo industrial.** (ENIO PIPINO, 1982).

Enunciado 41: Isso porque a nossa indústria que vai passar produzir, já está produzindo, passa a produzir definitivamente 150 mil litros por dia, tem um consumo de 800 a 50, a mil toneladas de mandioca por dia, para produzir essa mandioca, os senhores vão ter noção de uma coisa muito interessante, **nós precisamos do envolvimento de 22.000 criaturas entre o preparo da terra, o plantio, os tratos culturais, o arranquio e o transporte até na fábrica.** (ENIO PIPINO, 1982).

Para o colonizador Enio Pipino o projeto de colonização Gleba Celeste na Amazônia deveria ser capaz ofertar condições para também assegurar a permanência do migrante em uma região onde, à época, as estradas eram precárias, a energia elétrica limitada, a telefonia ainda em fase de implantação e o desenvolvimento humano passaria, necessariamente, por esse caminho (“fixação da criatura humana, produção agrícola, industrialização e possibilidade para que nós pudéssemos fazer energia carburante”- enunciado 34), bem como o próprio enriquecimento do morador (“para a vida do enriquecimento da criatura humana dentro da área” - enunciado 40), e sua felicidade (“porque também a empresa se preocupa com contentamento e com a felicidade da criatura humana – Enunciado 39).

É válido destacar que, conforme o dizer do colonizador, para que isso ocorresse, os esforços para se assegurar o sucesso do empreendimento passavam não apenas pela empresa, mas também pelas ‘mãos’, ‘suor’ e empenho da criatura que se lançou nesta “aventura pela terra nova” (enunciado 35). Ao destacar o esforço do migrante, o colonizador chama-o para a corresponsabilidade em: 1) atuar em consonância ao objetivo da empresa que detinha mais de duas décadas dedicadas à colonização de terras; 2) juntos continuarem fazendo a Gleba Celeste em meio à Amazônia um local capaz de fornecer opções economicamente viáveis para a geração de renda e o desenvolvimento de seu povo (“precisamos do envolvimento de 22 mil criaturas entre o preparo da terra, o plantio, os tratos culturais, os arranquios e o transporte até a fábrica” (enunciado 41). Assim, conseqüentemente, consolidando-a como viável, uma iniciativa fruto da colonização dirigida no Brasil.

Enio Pipino reafirma a construção de um empreendimento onde o migrante, até então nominado como criatura, também encontraria maneiras que tornassem seu desenvolvimento viável e no qual fosse possível, conforme o seu dizer e os sentidos mobilizados, prosperar financeiramente e mesmo alcançar a riqueza que não desfrutava noutro local onde vivia (“montou uma serraria e prosperou” – enunciado 10). Esse desejo é materializado sob a forma da “industrialização”, da produção de “energia carburante”, essa última obtida por meio da transformação da mandioca em etanol. A chegada da industrialização possibilitaria o estabelecimento de novas formas de sobreviver a partir do parque industrial.

Nessa tentativa de se orientar o desenvolvimento econômico, tendo-o como meta, a Colonizadora Sinop implementou, inicialmente, uma cooperativa agrícola (Cooperativa Mista Celeste) e uma usina para produção de álcool a partir da mandioca: a SINOP Agroquímica S.A. De um lado, a função da cooperativa era atuar no agrupamento dos produtores que se dedicavam à atividade agrícola em uma das cidades fundadas na Gleba Celeste — Sinop — e incentivá-los ao plantio de culturas como o café, o arroz, o milho, a pimenta do reino, por exemplo. Além do fornecimento de insumos necessários à produção a cooperativa minimizaria as preocupações do agricultor com o escoamento agrícola para outros centros, levando-se em conta o valor do frete, a distância até os centros consumidores, bem como as condições precárias das estradas da região. Já a SINOP Agroquímica S.A operaria com a finalidade de agregar novas formas econômicas de sobrevivência e exploração econômica da atividade

agrícola. Seriam, tal qual descreve o Colonizador, o “meio de sobrevivência” (enunciado 34).

Dessa ativação da indústria residiu o chamamento e mobilização do migrante para a prática agrícola na área, mediante o plantio da cultura que funcionaria como a matéria-prima para a empresa (“Isso porque a nossa indústria que vai passar produzir, já está produzindo, passa a produzir definitivamente 150 mil litros por dia, tem um consumo de 800 a 50 mil toneladas de mandioca por dia” - enunciado 41). O discurso da industrialização produz sentidos que remetem também à coparticipação da criatura mobilizada para a colonização como essencial para que os planos empresariais obtivessem êxito (“para produzir essa mandioca, os senhores vão ter noção de uma coisa muito interessante, nós precisamos do envolvimento de 22.000 criaturas entre o preparo da terra, o plantio, os tratos culturais, o arranquio e o transporte até na fábrica).

Destarte ao conjunto de enunciados, prevalece a disposição de um discurso cujo sentido remete à dominância que privilegia a razão e o conhecimento de determinado(s) agente(s), como os colonizadores, situado(s) em meio à matriz colonial para enunciar a retórica do progresso - neste caso, à Amazônia – por exemplo, por intermédio da introdução da prática agrícola em um local, ao conhecimento para a inserção da industrialização em meio à floresta, transformando o cenário de “mata fechada, vazio, vazio” (PIPINO, 1982) em um polo agrícola. Isso pressupõe que a própria razão e o conhecimento dos colonizadores são exportados como uma espécie de mercadoria àquelas localidades vistas como atrasadas historicamente, o que reafirma a manutenção da colonialidade nos termos de progresso, desenvolvimento, modernização, salvação e democracia (MIGNOLO, 2017), convergindo com a premissa europeia de colonização.

Sem a própria experiência e a transferência de conhecimento de um criador para sua criatura, não seria possível alcançar o desenvolvimento ou mesmo projetos voltados ao fator econômico dentro das áreas de colonização (“homens que faziam conosco a mesma aventura encontrasse na Amazônia um meio de sobrevivência” - Enunciado 34; “assistindo a uma grande caminhada do homem de todo o Brasil para fazer a ocupação da Amazônia” - Enunciado 36; “e daí também se criou outras oportunidades (...) buscar soluções para que as criaturas pudessem sobreviver” - Enunciado 37; “a nossa sorte estava ligada à sorte também do sucesso agrícola dessas criaturas (...) nos cercamos de todos esses fatores de segurança para que o homem pudesse produzir (...)” - Enunciado 38).

A epistemologia, característica intrínseca à colonialidade do saber, permanece cristalizada sob a imagem dos colonizadores das missões civilizatórias conduzidas na Amazônia, o que, conforme a rede de sentidos apresentada, reproduz a concepção eurocêntrica de progresso. Observar tal questão permite vislumbrar a manutenção da colonialidade no/pelo aparato da enunciação e, para isso, o raciocínio de Mignolo (2017) ajuda a exemplificar tal condição. Ao discorrer sobre a matriz colonial o autor afirma que:

Assim, a matriz colonial é construída e opera sobre uma série de nós histórico-estruturais heterogêneos, ligados pela “/” (barra) que divide e une a modernidade/colonialidade, as leis imperiais/ regras coloniais e o centro/as periferias, que são as consequências do pensamento linear global no fundamento do mundo moderno/colonial. A sua legitimidade é ancorada nos princípios de conhecimentos diversos, assim como no aparato da enunciação, que consiste em categorias de pensamento, atores sociais e instituições sustentados pela continuidade da educação. (MIGNOLO, 2017, p. 10).

A partir da afirmação de Mignolo (2017) é possível compreender que a matriz colonial tanto se constrói quanto opera a partir das estruturas que se moldam nas relações que estão ao mesmo tempo amarradas e são heterogêneas, incidindo sobre diferentes aspectos, entre os quais, o centro e a periferia (que historicamente portam-se como heterogêneas e hierárquicas). Como aponta o autor, a matriz colonial é legitimada por princípios de conhecimentos distintos, bem como na enunciação, por meio das categorias de pensamento, ou seja, a partir das quais são traduzidas as hierarquias em relação às formas de se viver e de ser, o que, em nosso entendimento, parece pressupor então a justificativa para se tornar mais verdadeiros os discursos, as epistemologias das instituições hegemônicas, dos aparelhos econômicos que os detém ou exercem controle dominante.

É nesse entremeio que a operação da colonização da Amazônia brasileira se insere, visto que o esforço e mobilização dos agentes colonizadores para com o estabelecimento de novas civilizações em meio à floresta - aqui desconsiderando as formas de organização social existentes desde então - implicaram na própria desconsideração de epistemologias outras para se sustentar o projeto de expansão. Prevaleceu a epistemologia não apenas sobre os grupos tradicionais, mas também sobre os próprios indivíduos mobilizados na “aventura” de colonização da Amazônia e que, por meio da identificação e aderência ao discurso, assumiram papéis e posições de prestígio e reconhecimento representadas naquilo que estava sendo enunciado (“essa é

uma coisa maravilhosa que a gente sente em toda criatura do Brasil” - Enunciado 34; “gente de primeira grandeza, bons produtores, bons agricultores, homens ordeiros, populações orientadas” - Enunciado 36; “nos cercamos de todos esses fatores de segurança para que o homem pudesse produzir” - Enunciado 38). E a adesão ao discurso da colonização, por parte do migrante, faz produzir também outro sentido: o de pertencimento ao local, ou então, como destacam Nascimento e Tomé (2016, p. 30), a gênese de um novo conceito: o de sujeito progressista da Gleba Celeste.

Logo as pessoas que ali estavam deram-se conta que o seu papel seria o de propulsar e fazer acontecer o nascimento de uma cidade – eles teriam a responsabilidade de fazer uma pequena comunidade transformar-se em um centro urbano. Estava nascendo o sujeito progressista na Gleba Celeste, um novo conceito social para o indivíduo que ali se dirigia e que apresentava, como característica uma reunião de sentidos, entre eles o esmero ao trabalho [...], a dedicação com a família e com o próximo [...], a alegria de participar deste momento histórico. A história deste sujeito se confunde com a história do local, a história de ‘um’ se identifica com a de ‘outro’, e as suas memórias coincidem com as memórias de todos, porque ‘todos’ e ‘local’ são mais do que simples léxicos, são discursos. Ao estudarmos a localidade geográfica Gleba Celeste, estudamos a história das famílias migrantes. Migrantes que dizem: Como é bom ver você crescer, envolvida no abraço carinhoso que só o progresso sabe ter. (NASCIMENTO e TOMÉ, 2016, p. 30).

Ao falar sobre a Gleba Celeste e a operação de colonização na Amazônia, apenas esse enunciado do agente colonizador surge e não outro em seu lugar, uma vez que ao ser tomado como um discurso verdade ele irá instaurar uma realidade por meio da qual seja possível existir e agir, mesmo que essa mesma realidade seja construída sócio-discursivamente, não remetendo necessariamente a algo físico. Isso é, o discurso defendido como o mais verdadeiro fruto de um regime de poder/vontade é acolhido e tomado como legítimo e central. Logo, é possível considerar que o próprio discurso sobre a colonização da Amazônia servira como um veículo de propagação de um sistema de ideias cujo cerne era a maneira como essa região deveria ser enxergada, sendo até mesmo designada por um conjunto de estereótipos comuns à época (“aventura da terra nova” - Enunciado 34; “grande aventura” - Enunciado 34; “eldorado” - Enunciado 24; “enorme solidão que dormia” - Enunciado 20; “civilização” - Enunciado 20; “região inexplorada” - Enunciado 14; “na mata havia onças e outros perigos e aos arredores da gleba, as cobras eram uma verdadeira praga” - Enunciado 11; “uma região que não oferecia nada” - Enunciado 08; “inferno verde” - Enunciado 06; “Amazônia intocada” - Enunciado 05; “inferno verde intocado” - Enunciado 04).

Isso pressupõe um mesmo veículo de propagação de ideias tal qual o eurocentrismo, que se manifestou a partir da forma como se enxergar a Europa e estabelecer estereótipos em relação àquilo que fora do centro está e como pode ser representada, uma construção intelectual antiga, porém ainda observada na relação de dados gerados entre o Jornal Hoje e a entrevista do empresário Enio Pipino (“Para Lindolfo, conquistar a Amazônia era seguir o sonho dos avós, que tinham vindo da Europa ‘para conquistar o Brasil. Conhecer e conquistar novas terras, estava no sangue da gente’” - Enunciado 10; “Para um alemão (Uli) que deixou seu País, onde o desenvolvimento surpreendeu o mundo nos últimos anos, só mesmo a certeza do progresso em uma região inexplorada e perigosa. E não estava errado. O colonizador Ênio Pipino soube escolher a terra e junto com o gerente da Sinop, Uli, conduziu o município a um crescimento assustador. O fator preponderante, foi, sem dúvida, a competência” - Enunciado 14).

Assim sendo, se o eurocentrismo pode ser considerado um veículo de propagação desse sistema de ideias e epistemologias que tomam como premissa o centro, de igual maneira o discurso sobre a fundação da Gleba Celeste não se mostra diferente, pois esse dizer que faz alusão ao movimento de colonização da Amazônia cristaliza sentidos sobre a gênese de uma ordem civilizatória, estabelecendo novo marco para uma região onde anteriormente à colonizatória era desprovida de luz, de conhecimento e era vazia. No caso da Gleba Celeste a figura do colonizador permanece como preocupada e do bem, ao passo que as “três categorias de criaturas” (Enunciado 35) que se buscavam para a aventura em meio à Amazônia, de ocupação daquele espaço vazio, são consideradas coadjuvantes e com a ação pautada em tornar prático o projeto de colonização, de criação de novas cidades e centros urbanos de convivência, além de propriamente serem responsáveis pela manutenção de todas as atividades desenvolvidas internamente no projeto de colonização: as indústrias, a produção de itens agrícolas para operação agroindustrial, para o fortalecimento econômico dentro da área de colonização, bem como a própria permanência e fixação nos espaços criados, com a finalidade de instituir um novo marco civilizatório na Amazônia ainda pouco explorada..

Faz-se importante considerar que a partir do conjunto de dados observados o discurso da fundação da Amazônia, tomando-se como base a experiência da Gleba Celeste, constrói a defesa de uma operação que em sua essência repete e atualiza os padrões da colonização europeia por significar a maneira como novas civilizações

viesses a se formar: o ponto de partida é a existência de um agente dotado com mais luz e conhecimento (o colonizador, o criador) para se fazer expandir um ideal (o de abrir a Amazônia - Enunciado 42) e de prestar um serviço à nação (enunciado 42). Por conseguinte, para se haver quais frentes exploratórias faz-se necessário mobilizar grupos que estarão diretamente envolvidos nestas correntes (os migrantes, então nominados como criaturas) que por meio da interpelação ao discurso positivista, também se assumem protagonistas desse serviço. Logo, a existência de um criador, de um discurso, de uma criatura e de um território propício para tal ação vão embasar a ação de colonização em um contexto de seu acontecimento histórico e, como tal na ordem europeia, assim como o viajante europeu que para fora de seu território se lançou nas epopeias de conquista e fora reconhecido, o migrante mobilizado para a região amazônica também o foi em uma espécie de condecoração.

Enunciado 42: O homem sai e vai abrir lá na Amazônia. Isto é, também, uma aventura, isto é uma aventura que eu acho glorificada, **eu acho que cada criatura daquela devia ser condecorado, porque ele ‘tá’ prestando pra nação um grande trabalho,** o trabalho da ocupação da Amazônia, **desse grande espaço vazio.** (ENIO PIPINO, 1982).

Enunciado 43: E esse otimismo regional é que possibilita a vinda de outros colonos, a **insatisfação interna provocaria sim um revês; quase que assim um expurgo do elemento que tivesse vontade de se fixar na Amazônia.** Seria, **não seria simpático e não seria bom ‘pra’ nós se nós tivéssemos um volume de insatisfeitos** morando lá. (ENIO PIPINO, 1982).

Como se observa no dizer de Enio Pipino, a aventura de cada uma das criaturas para sair e abrir a Amazônia deveria ser condecorada por se tratar de um grande serviço prestado à nação: ocupar a Amazônia, até então um grande espaço vazio (enunciado 42) existente. Nesse sentido, embora o migrante ainda não seja nominado ou mesmo personificado, aparecendo como a criatura mobilizada pelo discurso de colonização, seus esforços são dignos de reconhecimento, especialmente pela dimensão do serviço prestado e os reflexos que tal operação provocariam na própria condição de existência de uma nova civilização em nascimento na Amazônia (“...uma aventura, isto é uma aventura que eu acho glorificada...”).

A própria experiência das primeiras criaturas e seus esforços de ocupação da Amazônia, que adquirem no dizer do colonizador o sentido também de otimismo, quando bem-sucedidos seriam, conforme o discurso da colonização, fator de atração e incentivo a outras criaturas que estivessem dispostas a realizarem a mesma manobra. Por outro lado, o efeito contrário seria a própria insatisfação interna, que “provocaria um revés” (enunciado 42), bem como o afastamento do “elemento que tivesse vontade de se fixar na Amazônia” (enunciado 43). Tal premissa pressupõe a existência de um discurso que vislumbresse ressaltar as características positivas da área com o propósito de não gerar a insatisfação nos moradores que estivessem na Amazônia. À medida que o migrante também se inscrevesse à tal formação discursiva, o próprio migrante também reproduziria para si os mesmos sentidos, passando a compartilhá-los.

No discurso da colonização da Amazônia, tanto o dizer do colonizador quanto da imprensa, convidam suas criaturas a repetirem o sonho europeu de colonizar terras e fundar novos espaços, assim como fizeram inúmeros migrantes europeus que para o Brasil se mudaram ao se identificarem pelo mesmo discurso de base eurocêntrica (“conquistar a Amazônia era seguir o sonho dos avós, que tinham vindo da Europa ‘para conquistar o Brasil. Conhecer e conquistar novas terras, estava no sangue da gente’” - Enunciado 10).

A partir dos enunciados do colonizador Enio Pipino, passo então a estabelecer um quadro resumo sobre os efeitos de verdade instituídos acerca da Gleba Celeste.

Quadro 11: Sistematização causa e efeito de sentidos Gleba Celeste

Relação de causa Ponto de partida para o efeito do real	Relação de efeito O efeito do real atualizado de progresso
Um trabalho de colonização	Salvaguarda
Áreas colonizadas pela Sinop	Solução, novas perspectivas
Exauridas as possibilidades de colonização	Abertura para introduzir o homem na Amazônia
Criatura humana	Mobilizada para as frentes de colonização
Criatura	Inanimada, sem nome, porém necessária

Persuasão	Estratégia de comunicação
Oferecer terras	Criar condições para a mudança da criatura
Criatura acreditar na Amazônia	Sentidos fixados sobre a colonização
Oferecer condições	Assegurar a pró-migração
Fixação, produção e industrialização	Ordem econômica
Aventura	Época do desbravamento
Amazônia	Sobrevivência, progresso, nova civilização
Grande caminhada	Implantar uma civilização irradiadora de progresso
Selva Amazônica	Provou sua vocação para o progresso
Ordem, Orientação	Pré-requisito à nova civilização formada na Amazônia
Criar oportunidades	Vocação da Gleba Celeste
Soluções	Fixação do grupo
Sobrevivência da criatura	Ordem econômica
Sorte	Sorte do colonizador, sorte da criatura, fio condutor
Segurança	cumprimento de obrigações com a empresa
Insatisfação	Apagamento, expurgo
Felicidade	Ordem social e econômica, natural
Enriquecimento	Condição comum à criatura da Gleba, da Amazônia
Terra, plantio, tratos culturais	Agroindústria necessária
Abrir a Amazônia	Fundar nova civilização
Condecoração	Mérito do esforço de levar a luz
Espaço vazio	Ficou para trás

Vontade	Pré-requisito, ingrediente da colonização
Gleba Celeste	Deu certo
Enio Pipino	Olha para o seu feito, para o seu legado

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tratar do discurso de colonização da Amazônia, procurando observar seus sentidos e a aproximação com o também sentido eurocêntrico de colonização, de progresso, constituiu-se desde cedo em uma atividade desafiadora para o campo da pesquisa. Isso porque tal aspecto não apenas representa uma dentre tantas possibilidades de estudo, mas algo que diretamente se relaciona com a sócio-história do pesquisador e que, então, busca compreender o mundo social ao qual faz parte para também produzir sentidos. Investigações que tomem como ponto de partida a Amazônia brasileira e a colonização mostram-se como oportunas em diferentes sentidos e nessa direção não poderia ser distinto para a área da linguagem. Nesse trabalho optei por então considerar todos esses pontos para constituir um arquivo de pesquisa capaz, inicialmente, de responder questionamentos que impactam em minha própria condição de existência, pois, como descrito na etapa inicial, vi-me inserido ao contexto da colonização da Amazônia e ao discurso da atração dos migrantes para esta terra. Antes de retomar as perguntas de pesquisa, buscando respondê-las, realizo uma retomada dos capítulos trabalhados até essa etapa, de forma se entender o percurso trilhado até o momento e como as partes se conectam.

Composta por três partes, a pesquisa adotou como ponto de partida a compreensão sobre a própria relação entre a investigação, o pesquisador e o objeto de interesse, de modo a demonstrar como tais questões se amarram em um trajeto de formação de um arquivo de trabalho aqui apresentado. Os capítulos da tese ligaram-se aos também três objetivos desenhados para essa pesquisa, sendo eles: 1) compreender como a colonização é significada no/pelo Jornal Hoje, a partir de textos veiculados entre os anos de 1988 e 1998; 2) apontar os efeitos de sentidos concernentes à colonização, a partir do relato do colonizador Enio Pipino sobre a fundação da Gleba Celeste em Mato Grosso; 3) revisitar o processo histórico de fundação da Gleba Celeste e das cidades coirmãs criadas em âmbito deste projeto e sua interrelação com o pensamento europeu de colonização.

No capítulo inicial, **Da Europa à Gleba Celeste**, trabalhei com a compreensão de que concomitantemente à ação de colonização dos espaços a colonização epistêmica também se fizera presente, reproduzindo a lógica europeia de colonização também na formação da Amazônia. Ou seja, realizei uma aproximação entre a Europa e a Amazônia e como mesmo distante do continente europeu a colonização da Amazônia

brasileira também recuperava o prisma eurocêntrico de colonização, sendo ele atualizado por meio do discurso. Nesse momento foi necessário retomar a sócio-histórica acerca do processo de colonização e o estabelecimento de moradores na Gleba Celeste, convergindo com o objetivo 3 desse trabalho: revisitar o processo histórico de fundação da Gleba Celeste e das cidades coirmãs criadas em âmbito deste projeto e sua interrelação com o pensamento europeu de colonização (“**Um espaço chamado Amazônia**”, “**A Gleba Celeste como projeto de colonização**”). O mesmo capítulo abriu espaço para tratar sobre a “**Europa e a colonização do pensamento**”, isto é, como também o pensamento europeu mantém a colonialidade cultural, epistêmica e imaginária. Conectado ao primeiro capítulo também estiveram as discussões sobre “**O sulista e a ascendência europeia**”, estabelecendo-se como importante passo para compreender a posituação e manutenção do sentido eurocêntrico a partir de tal grupo social. O capítulo também tratou de “**Uma questão de discurso**”, compreendendo este como um elemento capaz de moldar realidades e fundar sentidos.

Em “**Da Pesquisa, do Percurso, do Pesquisador**” tratei desses apontamentos com o também amparo da teoria da Linguística Aplicada que nos permite conectar o estudo em voga com um mundo social construído sócio-discursivamente. Para tal, necessário foi discorrer sobre “**Das (in)conclusões no/pelo percurso científico**” com vistas ao diálogo sobre a incompletude nossa enquanto pesquisador e chamar a atenção para o argumento de que nenhuma teoria é por si só capaz de dar conta dos objetos pesquisados, explicando-os do início ao fim. Eis aí uma abertura para se compreender que um constructo transdisciplinar nesse momento se porta como fundamental para a construção de um saber científico baseado no diálogo com diferentes áreas do saber para produzir conhecimento e tratar de pontos que nascem a partir da área de linguagem. Assim, a pesquisa já parecia demonstrar como a Linguística Aplicada impactaria demasiadamente na construção da teia que ligaria os pontos aqui tratados: aproximar diferentes campos do saber para possibilitar a compreensão do mundo social.

Esse trajeto foi mencionado em “**(Des)construindo percursos: a Linguística Aplicada**” quando apresentei um estado da arte sobre a Linguística Aplicada, trabalhando com sua gênese e transformação de uma área pautada no estudo de línguas - preferencialmente ao estudo da Língua Inglesa - para uma Linguística Aplicada ‘híbrida’ (MOITA LOPES, 2004, 2006), ‘nômade’ (MOITA LOPES, 2016), de prática interrogadora e também tratada como um ‘espaço de desaprendizagem’ (FABRÍCIO, 2006). Um passo importante para ajudar a se entender o porquê de as escolhas e a

interpretação do pesquisador em relação àquilo que ele se propõe a estudar, além de situá-lo como um sujeito social que pensa e realiza escolhas, que constrói uma pesquisa baseada em objetos móveis e conectados ao cotidiano. Vimos nessa etapa a aproximação da Linguística Aplicada com outras áreas do conhecimento com ênfase a partir da chamada virada discursiva que trouxe o discurso para o centro do debate: a Linguística de aplicação cedeu espaço à Linguística Aplicada que se desprende da rigidez e se moldou a partir de um novo construto epistemológico que interrogou a construção de uma verdade única, do estatuto do verdadeiro ou o mais verdadeiro, para, em seu lugar, observar as construções sócio-discursivas em um mundo heterogêneo. Também uma Linguística Aplicada que passou a apostar no diálogo transfronteiriço com diferentes áreas e modos de produção do conhecimento (FABRÍCIO, 2006), no qual “as verdades a ele atribuídas são deste mundo, fabricados pela própria sociedade que neles se apoia” (FABRÍCIO, 2006, p. 52).

Ao chegar em tal etapa se fez necessário avançar, lançando-se atenção sobre “**As perspectivas de Pesquisa em Linguística Aplicada**” de modo a se demonstrar que a então construção e existência de um conhecimento uno, moldado por regimes de verdadeiro ou falso, inspirado na episteme ocidental, parecia não mais dar conta do mundo social que nos rodeia. No entanto, ainda somos cientes de que a própria condição eurocêntrica positivista de pesquisa também propicia a manutenção da colonialidade, reproduzindo hierarquias, dentre as quais a epistêmica. Com tais discussões promovidas, em “**A análise temática e o corpus de pesquisa**” centrou-se atenção ao desenho metodológico da pesquisa, buscando entender como a colonização da Amazônia é significada a partir do recorte regional da Gleba Celeste, em Mato Grosso, em dois documentos: textos jornalísticos veiculados no Jornal Hoje entre os anos de 1988 e 1998, bem como a entrevista do empresário Enio Pipino, proprietário da colonizadora Sinop, empresa responsável pela fundação desse projeto, ressaltando-se o caráter documental dessa investigação. Ao realizar tal operação, dedicou-se espaço ao objetivo 1 da pesquisa: compreender como a colonização é significada no/pelo Jornal Hoje, a partir de textos veiculados entre os anos de 1988 e 1998;

Por fim, e em se tratando do objetivo 2 (apontar os efeitos de sentidos concernentes à colonização, a partir do relato do colonizador Enio Pipino sobre a fundação da Gleba Celeste em Mato Grosso), formatou-se o capítulo “**A colonização e as relações de poder**”, voltado à fase de interpretação de dados, a partir dos materiais jornalísticos listados do Jornal Hoje para depois trabalhar com a entrevista por meio da

qual a relação “**Criador e Criatura**”. Diante desse quadro, as questões que nortearam a pesquisa foram, aos poucos, tornando-se mais claras. Passo a respondê-las:

O primeiro ponto versou sobre “que sentidos os discursos jornalísticos do Jornal Hoje e o do empresário Enio Pipino produzem sobre o processo colonizatório?” Após as observações realizadas é possível compreender que os sentidos produzidos sobre o processo colonizatório da Amazônia brasileira a partir do discurso jornalístico do Jornal Hoje e o do empresário Enio Pipino apresentam-se em uma relação de complementariedade. Embora os enunciados tenham sido produzidos em períodos distintos (os do jornal entre 1988 e 1998 e o do empresário Enio Pipino em 1982) eles não irrompem a lógica de considerar a colonização como a mola propulsora para o desenvolvimento e transformação do vazio em uma civilização nova, nascida a partir do esforço de outrem, continuando assim a se atualizarem. O vazio amazônico cede espaço à uma nova configuração, essa representada pelo advento de cidades que irão se formar e de diferentes povos que para ela serão atraídos. Para isso, a rede de sentidos é atualizada a partir de múltiplas vozes – a jornalística, a do migrante, a do colonizador -, havendo não o rompimento desse sentido de progresso, mas seu reforço e inscrição noutros discursos que irão ressignificar o mesmo episódio, as lutas, as batalhas vencidas para se instituir e fundar um projeto pioneiro em meio à floresta, ratificando o efeito pioneiro. Isso significa não romper ou se distanciar de um sentido emanado desde as vozes dos pioneiros, passando pela voz do jornal e, por conseguinte, aferida pelo dizer do empresário paulista, quando de sua entrevista para narrar o advento da Gleba Celeste e a operação de desbravamento da Amazônia.

No trabalho discursivo para se produzir sentidos é preciso retornar à colonização para sustentar o feito do desenvolvimento e do progresso obtido na região, condição *sine qua non* na qual (ter havido a colonização) não seriam possíveis as inúmeras possibilidades geradas na região.

A partir do conjunto de materiais interpretados, a colonização assume o sentido de racionalidade e a figura do colonizador como aquela que conduz para a racionalidade, privilegiando a construção de um saber, de uma epistemologia que adota como premissa o conhecimento do agente criador colonizador em detrimento de outros como o da criatura ou de quaisquer outros povos que estivessem vivendo na região antes da chegada das frentes de colonização dirigidas e encabeçadas por empresas

privadas. Isso porque é esse mesmo agente colonizador quem detém a expertise, experiência e o domínio dos saberes necessários para se implementar determinada ação.

É nesse instante que a lógica eurocêntrica se aproxima com a do contexto da colonização da Amazônia por, assim como o eurocentrismo, manter-se vigente uma epistemologia considerada como o centro e transmitida àquelas localidades distantes e ainda consideradas não racionais. No caso brasileiro, o centro reside nas iniciativas de exploração econômica a partir da experiência dos colonizadores e de empresas especializadas em missões como essa, enquanto a ‘periferia’ ou mesmo o lado ‘escuro’, vazio, equivale à floresta ainda intocada para a exploração econômica. Promover a transferência de conhecimento para essa então região desconhecida equivaleria, conforme o sentido do discurso, a fundar civilizações inspiradas na adoção e reprodução do mesmo sentido eurocêntrico de progresso, a partir da identificação para com esse sentido, bem como à sua interpelação. Assim como no eurocentrismo, que adota como perspectiva o conhecimento que tem a Europa como modelo, os valores e os modos de formação desse conhecimento europeu no contexto da colonização da Amazônia estão na base para a formação epistemológica dessa região brasileira.

Dessa forma, falar em colonização remete também à própria necessidade de uma condição hierárquica, categorizada sob a forma de criador e criatura, sendo o primeiro a fonte de conhecimento e o segundo o destino dessa transferência de saber, ou seja, o saber do colonizador, sua forma de produção do conhecimento e de sentidos se representam o centro desenvolvido e a ser levado a outros locais que não dispõem da mesma luz, mesmo saber. A partir de então, verifica-se no processo de colonização o surgimento também de padrões de poder, em estruturas que se encontravam refletidas na própria formação da Gleba Celeste, por meio de posições hierárquicas entre, por exemplo, um criador e uma criatura. Isso nos leva a outra das questões:

Outro ponto de interrogação dessa pesquisa foi “Que efeitos de verdade são produzidos sobre a Gleba Celeste?” O discurso sobre a Gleba Celeste se fundamentou por meio da formulação de um discurso fruto de uma vontade histórica de verdade e pautado em saberes que buscaram legitimá-lo como verdadeiro em um espaço e um tempo específicos. Isso significa que esses discursos produziram efeitos de verdade que não são nem verdadeiros e nem falsos, por não haver verdades ocultas, mas foram esses efeitos de verdade construídos historicamente e moldados de forma que fossem tomados então como uma verdade. Ou seja, efeitos de verdade que foram instituídos por mecanismos estratégicos de poder que vão funcionar porque o objetivo é justificar as

relações de poder sob a ótica da racionalidade. Todo o discurso sobre a Gleba Celeste pautou-se em saberes exteriores e até mesmo anteriores para se legitimar enquanto discurso de verdade, por exemplo, a partir da teoria eurocêntrica do conhecimento, das práticas econômicas. O discurso construído acerca da Gleba Celeste logo configurou esse ambiente, produzindo-o mais que algo físico, geográfico, mas discursivamente, tal qual uma experiência discursiva cuja realidade não é um dado, mas um instrumento, um efeito do real com sentidos interessados porque foram produzidos a partir de uma conjuntura histórica e de forças por aparelhos políticos ou econômicos, aqui representados pela mídia e pela própria empresa agente de colonização. Logo, como afirma com assertividade Foucault (2018), a verdade produzida é transmitida sob o controle desses aparelhos.

O próprio filósofo é quem afirma que um discurso não tem verdade, mas tem história, e de igual maneira podemos verificar isso nas construções discursivas sobre a Gleba Celeste: elas carregam em si sentidos não de rompimento, mas de permanente inscrição e atualização em outros discursos, fazendo com que em variado período surjam de formas distintas em palavras e locuções específicas, mas preservando o mesmo cerne. Isso significa que ao se enunciar sobre a Gleba Celeste, seja pela imprensa e/ou o próprio discurso da colonização, está-se identificado à própria memória de colonização anterior ao período do qual se está inserido e, por tal razão, discursar sobre a colonização da Amazônia é também inscrever-se em um discurso anterior à própria inserção dos projetos de colonização e imobiliários na Amazônia brasileira. Recupera-se uma representação de uma área ainda moldada por uma imagem descrita em narrativas de viagem.

Essa característica denota a face de um mundo construído sóciodiscursivamente, repleto de hibridizações desse próprio discurso que carrega crenças, valores e mesmo epistemologias. Essas últimas podem permanecer adormecidas e/ou despercebidas à consciência em uma primeira impressão, mas basta um movimento de acionamento ao discurso para recuperá-lo histórico e estruturalmente porque ele é fruto de um aparato e de relações que envolvem poder, ideologia, história e subjetividade.

Isso faz possível compreender que a Gleba Celeste é resultado de uma prática eurocêntrica de sentidos que reproduz os padrões centro e não centro, uma vez que também importa padrões anglo saxônicos originados com o propósito e esforço de levar a colonização e o efeito de verdade para outros cantos.

Outro ponto que serviu como guia para a pesquisa foi a interrogação acerca da organização do conteúdo jornalístico disposto no periódico da imprensa. Isto é, “Como se estruturou o conteúdo jornalístico presente no Jornal Hoje ao longo de uma década, aludindo ao episódio da colonização e da fundação da Gleba Celeste e suas cidades?”

Conforme mencionei quando da composição metodológica do trabalho, a colonização apresentou-se como um tópico frequente dentre os inúmeros materiais jornalísticos veiculados pelo periódico no decorrer de suas 68 edições produzidas entre os anos de 1988 a 1998, totalizando 1.352 páginas. Entretanto, ao longo de todo o período, o tema não foi trazido de forma exclusiva como um único conteúdo, visto que o noticiário também era formado por assuntos de ordem política, esportiva, econômica, policial, entre outras cujos assuntos tornavam-se pauta para cobertura. Com as devidas exceções, a frequência desse assunto fazia-se mais presente em ocasiões do aniversário de alguma das cidades implantadas em âmbito da Gleba Celeste, quando a memória da colonização se fazia presente em maior parcela no conteúdo veiculado, sendo necessária recuperá-la para se estabelecer a comparação entre o “ontem” e o “hoje” dentro da área: o progresso e o não progresso impresso a partir da operação de colonização de áreas e, conforme mostraram os dados interpretados, da difusão de um ideal eurocêntrico de progresso em terras brasileiros.

A disposição dos dados ao longo de todo o jornal nos permitiu vislumbrar que tratar da colonização é recuperar a memória do(s) colonizador(es) e que para produzir sentidos sobre a operação realizada em meio à Amazônia brasileira faz-se necessário recuperar o acontecimento histórico, trazendo elementos dessa operação. Ou seja, instaurar um efeito pioneiro, portando-se como necessário para promover a significação e sem o qual o resultado portar-se-ia ao contrário. Sob tal lógica e sobre tal efeito pioneiro encontra-se um dispositivo moldado por diferentes práticas discursivas atualizadas em momentos históricos e formadas por enunciados autorizados sobre a colonização sempre a partir de um enunciador autorizado. Nessa lógica do efeito pioneiro, presente ao ato de enunciar sobre a Amazônia, operam e transitam relações de poder, de saber, de epistemologias que se sustentam e são sustentadas pela colonialidade do poder.

Conforme a série de publicações jornalísticas, a maior parcela das referências sobre a colonização fizera-se presente em materiais especiais veiculados tradicionalmente ao mês de setembro, quando da celebração de aniversário de uma das

idades da Gleba Celeste — Sinop e quando o elemento colonização fora acionado demasiadamente nesse efeito pioneiro.

Para significar o progresso obtido na região e estabelecer um paralelo entre o ‘passado’ e o ‘presente’, realizara-se um regresso à colonização da Amazônia para ilustrar o crescimento obtido. Em outras palavras, os sentidos apontam para a colonização como um elemento que separa dois períodos e, nos materiais jornalísticos, a colonização surge no contexto dos editoriais, das reportagens não como léxicos, mas por meio de referências ao início de tudo, do se lançar para a Gleba Celeste, quando se alude aos pioneiros que embarcaram neste desafio. Essa organização do conteúdo jornalístico dialoga com a entrevista concedida pelo colonizador Enio Pipino que, em suas próprias palavras, retoma também ao acontecimento histórico trazido pelas páginas do jornal, de modo que um leitor desses dois grupos de dados identifica a relação de complementaridade entre os materiais, uma vez que o dizer do empresário paulista significa a colonização em um mesmo percurso como o feito pelos textos do periódico jornalístico, caracterizando o efeito pioneiro no discurso sobre a colonização da Amazônia, a partir da experiência discursiva da Gleba Celeste.

A partir da compreensão sobre a maneira como os materiais se organizaram na publicação jornalística, passo a dialogar sobre “quais aproximações e/ou distanciamentos os sentidos sobre a colonização da Amazônia produzem em relação ao também sentido eurocêntrico de colonização?”

Interpretar a história da colonização da Amazônia bem como seu *modus operandi* e ao movimento realizado em relação ao espaço pouco explorado economicamente até então nos permitiu compreender que os sentidos se portam em uma condição de proximidade em relação ao sentido eurocêntrico de colonização. Em um primeiro momento porque a colonização é considerada um instrumento de difusão e propagação das relações de poder e isso é colocado em cena a partir da rede de sentidos que forma o discurso da colonização a partir do material jornalístico e do depoimento do colonizador Enio Pipino.

Em um segundo passo, todo movimento de colonização tem início em uma dada necessidade, que é a busca pela expansão dos domínios territoriais e, naturalmente, também epistêmicos; a partir de então, incumbe-se a determinados grupos o papel de explorar e colonizar com vistas à implementação de uma nova civilização: a figura é a do colonizador, cujo conhecimento e ideais são difundidos no/pelo modelo hierárquico, reproduzindo hierarquias e modelos coloniais a partir de sua compreensão de mundo, de

seu *status quo*, de sua 'luz' necessária para alcançar dada região com objetivo de atingir o progresso. Logo, os sentidos do discurso de colonização da Amazônia reproduzem os sentidos da colonização europeia de forma que a conquista da Amazônia seja compreendida como uma repetição do sonho europeu: colonizar a Amazônia era seguir o sonho europeu dos imigrantes que saíram do antigo continente para colonizar terras no Brasil, conforme enunciados interpretados no impresso Jornal Hoje de Sinop.

Dito dessa forma é necessário observar que falar em Amazônia significa realizar um permanente retorno às representações e imagens construídas em relação a esse espaço: o mítico, o folclórico, a selva intocada ou mesmo a dádiva da natureza com abertura para o homem, ao colonizador, com a necessidade de se transcender a barreira do intocável ao tocável, de conquistar a Amazônia, sentidos esses que, por si só, pressupunham a justificativa para se fazerem lançar as missões à localidade. A datar da colonização europeia e a presença dos europeus em missões exploratórias, tal contexto de representação não foge à regra quando em voga está o episódio brasileiro, sendo também a Amazônia um cenário inserido ao movimento expansionista europeu e que culminou no explorar novos espaços, a terra de descobertas. E a própria tradição europeia também fundamentou a construção de uma imagem sobre este território a partir de sua localização, imagem essa que também produziu sentidos e passou a ser reproduzida no movimento de colonização brasileira pelos agentes colonizadores e migrantes que para a área se deslocaram para fundarem cidades. A partir da discussão realizada, a Amazônia não foi colonizada apenas em termos administrativos e políticos, mas também discursivamente, uma colonização discursiva fundamentada em sentidos eurocêntricos que perpassaram a geografia, o tempo e a história para permanecerem autorizados por/em enunciadores em meio a suas sócio-histórias.

Tal questão remete à tese que essa pesquisa procura sustentar: a colonização da Amazônica recupera sentidos da colonização eurocêntrica, pois, para aquele espaço-tempo previamente interpretados, não apenas houve a expansão geográfica ou territorial quando da formação da Amazônia brasileira, mas também discursiva, a partir de mecanismos instaurados para fundar e recuperar sentidos eurocêntricos do central e do não central. A lógica da experiência europeia global em fundar novos marcos civilizatórios é reproduzida no sentido sobre a colonização da Amazônia, a partir de afirmação da lógica da universalidade desse modelo, do conhecimento e da transmissão do que é considerado ideal a ser seguido.

A partir do recorte estabelecido, bem como da materialidade interpretada, apontou-se para uma operação brasileira de colonização que se apoiou e também recuperou a matriz eurocentrada de colonização por fatores diversos, a constar o histórico, o cultural, o político. Conforme apontaram os dados gerados, a ideia de progresso, de desenvolvimento e de modernização, que é basilar ao modelo europeu de colonização, conseqüentemente reproduzida no discurso de colonização eurocêntrica, regressou à rede de sentidos oriundos das práticas discursivas sobre a Amazônia brasileira e a própria Gleba Celeste, pois, ao se enunciar sobre esses dois últimos espaços, recuperou-se o também pensamento ocidental que trata o progresso, o desenvolvimento e a modernização como elementos por meio dos quais se compreende o mundo na/pela ótica do que é considerado central, formando-se uma visão sobre valores, sobre o modo de vida e a própria vontade [europeia] de instituir e difundir a cultura sobre outros povos e nações.

Também nesse sentido, a lógica eurocêntrica que perfaz a instituição de uma nova ordem econômica regressou ao discurso sobre a Amazônia e a Gleba Celeste, refletida pela lógica política traduzida pelos mecanismos e programas de Estado voltados ao incentivo e à exploração da região. Assim, à colonização da Amazônia brasileira ecoaram vozes da colonização eurocêntrica dispostas em discursos que reforçaram a também ideia de superioridade em relação ao ato de levar a luz e construir novas nações onde não se havia nada.

Nesse entremeio, é válido destacar que todos os apontamentos se referem a um período em específico, um recorte de uma realidade global, isso é, a interpretação de enunciados que têm como centro o marco da abertura da Amazônia e da fundação da Gleba Celeste em um determinado tempo na história. Ou seja, os discursos atuais, por exemplo aqueles enunciados pós anos 2000, 2020, sobre a mesma Amazônia, a mesma Gleba Celeste, não são colocados em interpretação porque se trabalhou com um período temporal previamente estabelecido. Logo, tratar dos sentidos sobre os ‘novos’ discursos que significam a Amazônia em tempos atuais ou mesmo que aludem à Gleba Celeste, tratando de sua manutenção e/ou rupturas, implicaria na construção de um novo empreendimento científico, o que neste momento, não será realizado.

Regressando ao ponto central da tese, há de se pontuar que as narrativas realizadas pelos europeus consideravam a Amazônia como um ‘novo mundo’, um espaço recém-descoberto, numa tradição que perdurou séculos por meio da perpetuação da imagem e da representação contida em obras literárias, em relatos dos viajantes e não

diferente foi a construção sobre a Amazônia e a Gleba Celeste: imaginadas e também moldadas a partir de relatos e experiências: primeiramente, dos próprios agentes colonizadores, das abordagens publicitárias para se fazer construir a imagem de um espaço ainda e tão somente discursivo para, posteriormente, ser estruturado em termos físicos e concretos (ruas, avenidas, obras, edificações, cidades). Na Gleba Celeste, fundou-se uma experiência discursiva denominada Gleba Celeste e que transcendia ao plano concreto, sendo materializada em práticas discursivas de instituições diversas que, cada à sua maneira, buscaram construir e legitimar o estatuto verdade acerca desse espaço.

Em outras palavras, a matriz eurocêntrica da colonização foi sendo institucionalizada a partir de diversos discursos (a constar o literário, o relato dos viajantes, dos migrantes, da publicidade, do jornalismo) e permanentemente sendo cristalizada nos dizeres que recuperavam a historicidade da colonização para fazer significar a Amazônia, a Gleba Celeste. Em voga, um sistema atual de enunciados cujos sentidos se conectavam e recuperavam o também sentido relativo à experiência de colonização europeia pautada na difusão do conhecimento, do progresso, da modernização e do desenvolvimento.

Isso significa dizer que ao se discursar sobre a ocupação da Amazônia se evocam memórias coletivas que estão inscritas na colonialidade e que são perpetuadas por meio de mecanismos discursivos que reproduzem no discurso do agora as experiências e observações do homem europeu em relação ao ‘desconhecido’ a ser conquistado e iluminado (quando o europeu enuncia sobre a chegada à Amazônia e sobre a colonização) e mesmo do não europeu, nesse último, referindo-se aos agentes diretamente envolvidos com a colonização do espaço amazônico e que retomam os sentidos eurocêntricos de progresso para se justificar uma dada ação: ocupar a Amazônia.

Em uma relação de aproximação, os olhos dos colonizadores da Amazônia são os olhos do colonizador europeu e, como tal, voltados a classificar, coletar e a representar de diferentes maneiras o conhecimento a ser levado sobre novos espaços, isso tudo amparado em um discurso institucionalizado que representa a Amazônia em imagens e sentidos. Em uma relação sinonímica, o colonizador amazônico assume para si a posição de ‘novo europeu’, aquele que lança novas missões de exploração e fundação de centros de civilização.

Ao término da discussão aqui pretendida realizo uma observação particular, porém necessária, acerca de todo o trajeto instaurado. Como afirmei ainda na fase inicial, essa pesquisa equivale à, apenas, uma dentre as inúmeras possibilidades de se discutir a temática proposta. É tão somente uma perspectiva entre as várias possíveis e que pode mudar conforme o olhar do pesquisador. Isso quer dizer que não relaciono o trabalho com outras estratégias discursivas e não discursivas para viabilizar o projeto de colonização da Amazônia porque a escolha foi se pautar sobre os materiais jornalísticos disponíveis sobre o período, sendo eles os do Jornal Hoje, bem como a entrevista do colonizador Enio Pipino. Por se tratar de uma também pesquisa que dialoga com a história, com ênfase para a década de 1980 e 1990, que representa a década de vida do Jornal Hoje de Sinop, bem como o período no qual a entrevista de Enio Pipino foi produzida, esse trabalho não insere em seu itinerário materiais outros, como por exemplo aqueles veiculados após os anos 2.000 que possibilitassem estudar como os discursos da colonização foram/continuam sendo ressemantizados, já que elegi como cerne da investigação um período em específico e estabeleci um recorte regional para trabalhar.

Na cena atual, a presença da Gleba Celeste, isso é, o aparecimento desse próprio léxico, está restrito apenas aos livros de história, aos relatos e depoimentos, à memória da imprensa, àqueles que participaram dessa ‘aventura’, uma vez que o nome deixou de ser usado quando as quatro cidades fundadas na área (Vera, Cláudia, Sinop e Santa Carmem) conquistaram autonomia administrativa. Hoje, nos anais históricos, o que aparece é a própria história de cada uma dessas cidades com referências quase que singelas como pertencentes ao projeto de colonização Gleba Celeste, criado na década de 1970 em Mato Grosso pela Colonizadora Sinop. Poucos, inclusive os próprios moradores dessas cidades, na atualidade, conhecem o percurso ou mesmo tal informação, especialmente aqueles que chegaram à localidade décadas após suas fundações. Contudo, embora não mais se faça presente de forma textual, a Gleba Celeste continua operando em um nível discursivo e de sentidos capaz de significar uma área geográfica toda, mantendo-a viva, pulsante e um terreno fecundo às investigações científicas realizadas em diferentes áreas. Sua vivacidade permanecerá escrevendo história, gerando significações e se mantendo atual, independentemente do período ao qual estejamos vivendo: isso tudo devido à capacidade da linguagem de fazer circular essa rede de sentidos construída socialmente a partir de variadas relações. Assim sendo,

criar inteligibilidade sobre tais questões é, para os pesquisadores da própria área da Linguagem, fundamental e necessário.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho. **A Dinâmica das fronteiras**. Os brasiguaios na fronteira entre Brasil e Paraguai. São Paulo: Annablume. 2010.

ALVES, Vicente Eudes Lemos. A mobilidade sSulista e a expansão da fronteira agrícola brasileira. **Agrária (São Paulo. Online)** [S.l.], n.2, p. 40-68, 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/80>. Acesso em: 14 dez. 2022.

ARAÚJO, Vinícius de Carvalho. **Paz sob fogo cerrado: três gerações na política de Mato Grosso (1945-2000)**. 2007. 298 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2007.

ARBEX JR., José. “Terra Sem Povo”, Crime Sem Castigo: Pouco ou nada sabemos de concreto sobre a Amazônia. *In*: TORRES, Maurício (org.). **Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163**. Brasília: CNPq, 2005. p. 21-66.

ARRUDA, Zuleika Alves. **Sinop: território(s) de múltiplas e incompletas reflexões**. 1997. 183 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1997.

BARROZO, João Carlos. **Exploração e escravidão nas agropecuárias da Amazônia mato-grossense**. 1992. 189 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

BAUER, Martin; GASKELL, George; ALLUM, Nick. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento. *In*: BAUER, Martin; GASKELL, George; ALLUM, Nick (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 17-36.

BOURDIEU, Pierre. Introdução a uma sociologia reflexiva. *In*: BOURDIEU, Pierre. **O Poder simbólico**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2000, p. 17-58.

BRAGATO, Fernanda Frizzo. Para além do discurso eurocêntrico dos direitos humanos: contribuições da descolonialidade. **Revista Novos Estudos Jurídicos - Eletrônica**, [S.l.], vol. 19, n. 1, p. 201-230, jan./abr. 2014.

BRASIL. **Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966**. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia; extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 31 out. 1966. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5173.htm >. Acesso em: 22 abr. 2019.

BUENO, Magali Franco. **O imaginário brasileiro sobre a Amazônia: uma leitura por meio dos discursos dos viajantes, do Estado, dos livros didáticos de Geografia e da mídia impressa**. 2002. 187 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

CAMERA FILHO, Milton Maud de Carvalho. **Entre o mesmo e o diferente, entre o já-dito e o a se dizer**: o discurso estatal capitalista sobre ocupação e desenvolvimento da Amazônia nos governos Médici e Lula. 2020. 132 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade do Estado de Mato Grosso, Sinop, 2020.

CAMINHA, Pero Vaz de. **A carta**. Versão baseada na Carta a El Rei D. Manuel. São Paulo: Dominus, 1963. Disponível em: <www.cce.ufsc.br/~nupill/literatura/carta.html>. Acesso em: 30 out. 2021.

CARDOSO, Fernando Henrique; MÜLLER, Geraldo. **Amazônia**: expansão do capitalismo [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. 168 p. ISBN: 978-85-99662-73-1. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/mnx6g/pdf/cardoso-9788599662731.pdf>>. Acesso em 31 mar. 2019.

CASTRO, Sueli Pereira; BARROZO, João Carlos; COVEZZI, Marinete; PRETI, Oreste. **A colonização oficial em Mato Grosso**: a nata e a borra da sociedade. 2. ed. Cuiabá: EdUFMT/NERU, 2002.

CONNELL, Raewyn. Between periphery and metropole – towards a polycentric social science. *In*: DANELL, Rickard; LARSSON, Anna; WISSELGREN, Per. (ed). **Social Science in context**: historical, sociological, and global perspectives. 1 ed. Lund: Nordic Academic Press, 2013. p. 237-255.

DABASHI, Hamid. Prefácio. *In*: DABASHI, Hamid. **Os não-europeus pensam?** Amadora: Elsinore, 2017. p. 11-44.

DABASHI, Hamid. **Europe and its shadows**. Coloniality After Empire. 1. ed. London: Pluto Press, 2019. 216 p.

DENZIN, Norman Kent; LINCOLN, Yvonna. Sessions. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. *In*: DENZIN, Norman Kent; LINCOLN, Yvonna. Sessions (org). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed; Bookman, 2006, p. 15-41.

DEZORDI, Maurício. Migração, Fronteiras e identidades: a ideologia do progresso na colonização do Oeste do Paraná. **Revista Cantareira**, [S.l.], n. 19, p. 45-61, ju./dez. 2013. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/cantareira/v3/?p=1108>. Acesso em: 22 ago. 2022.

DIAS, Euripedes da Cunha. **Fronteira desmistificada**: uma interpretação do processo de colonização privada em Mato Grosso. 1991. 125 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 1991.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.

ESCOBAR, Arturo. Beyond the Third World: imperial globality, global coloniality and anti-globalisation social movements. **Third World Quarterly**, Reino Unido, v. 25, n. 1, p. 207-230, 2004.

FABRÍCIO, Branca Falabella. Linguística Aplicada como espaço de “desaprendizagem”: redescrições em curso. *In*: MOITA-LOPES, Luiz Paulo da (org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006. p. 45-65.

FABRÍCIO, Branca Falabella. Linguística aplicada e visão de linguagem: por uma INdisciplinaridade radical. **RBLA**, Belo Horizonte, v. 17, n. 4, p. 599-617, dez. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-63982017000400599&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 02 maio 2019.

FALCHETTI, Sirlei Ana. Transformações socioculturais e espaciais no Norte do Estado de Mato Grosso - um processo de colonialidade. **Tempo da Ciência**, [S.l.], v. 18, n. 36, p. 49-71, 2011.

FERREIRA, Diana Maria Martins. Homo Academicus: crise identitária e prática científica. **Revista Signótica**, Goiânia, v. 24, n. 2, p. 287-303, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/sig/article/view/17078>. Acesso em: 13 dez. 2022.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. Verdade e poder. *In*: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. São Paulo: Edições Graal, 2018. p. 35-54.

GONDIM, Neide. A invenção da Amazônia. 3. ed. Manaus: Editora Valer, 2019. 340p.

GREGOLIN, Maria do Rosário. O acontecimento discursivo na mídia: metáfora de uma breve história do tempo. *In*: GREGOLIN, Maria do Rosário (org.). **Discurso e Mídia**. A Cultura do Espetáculo. São Carlos: Claraluz Editor, 2003, p. 95-110.

GREGORY, Valdir. Os Eurobrasileiros e o espaço colonial. Migrações no Oeste do Paraná (1940-1970). Cascavel: Edunioeste. 2008.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. A lenda do ouro verde: política de colonização no Brasil contemporâneo. Cuiabá: UNICEN, 2002. 168 p.

HANDA, Francisco Aparecido. **Colonização, Missão e Representação** - A Amazônia segundo o diário de Samuel Fritz (1689 a 1723). 1996. 304 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1996.

IGLÉSIAS, Francisco. Encontro de duas culturas: América e Europa. **Estudos Avançados**, [S. l.], v 6, n. 14, p. 23-37, 1992.

- JOANONI NETO, Vitali. **Fronteiras da Crença**: da Libertação ao Carisma. A presença católica na cidade de Juína (MT). 1978-1998. 2004. 359 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2004.
- TAFNER JUNIOR, Armando Wilson. **Expansão da fronteira agropecuária do Oeste paulista para a Amazônia**: a trajetória das famílias Ometto e da Riva e a colonização do Norte Mato-Grossense. 2015. 247 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.
- LANDO, Janice Cassia. **Migração, projetos e identidade profissional**: um estudo sobre professoras do Município de Sinop/MT no período de 1973 a 1982. 2003, 138 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2003.
- MAIA, Fernando Joaquim Ferreira; farias, Mayara Helenna Verissimo de. Colonialidade do poder: a formação do eurocentrismo como padrão de poder mundial por meio da colonização da América. **Interações (Campo Grande)**, [S.l.], v. 21, n. 3, p. 577–596, 2020. Disponível em: <https://www.interacoes.ucdb.br/interacoes/article/view/2300>. Acesso em: 14 dez. 2022.
- MALUF-SOUZA, Olímpia; SILVEIRA, Wellington Marques da; SALLES, Ana Cláudia de Moraes. Língua, memória de colonização e narratividade no século XIX. **Gragoatá**, Niterói, v.24, n. 48, p. 191-207, jan./abr. 2019.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso**. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2015.
- MARGARIT, Eduardo. **Tramas políticas e impactos socioambientais na Amazônia**: a dinâmica do processo de pavimentação da BR-163. 2012. 146 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2012.
- MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói memória. *In*: ORLANDI, Eni (Org.). **Discurso Fundador**: a formação do país e a construção da identidade nacional. 3. ed. Campinas: Pontes, 2003. p. 31-42.
- MARIANI, Bethania. **Colonização Linguística**. Campinas, SP: Pontes, 2004.
- MARREIRO, Thelma Lima da Cunha. **Amazônia, território e poder**: o processo de implantação do SIVAM. 2002. 124 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2002.
- MASON, Jeniffer. **Qualitative Researching**. London: SAGE Publications, 1998.
- MIGNOLO, Walter. “Os esplendores e as misérias da ‘ciência’: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistêmica”. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) **Conhecimento prudente para uma vida decente**: um discurso sobre as ciências revistado. Porto: Afrontamento, 2003, p. 667-709.

MIGNOLO, Walter. **Desobediencia epistémica: retórica de la modernidade, lógica de La colonidad y gramática de la descolonialidad**. Argentina: Ediciones del Signo, 2010.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências e Sociologia**. São Paulo, v. 32, n. 94, p. 01-18, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092017000200507&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 25 abr. 2019.

MIGNOLO, Walter. **Histórias Locais/projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2020.

MIGUEZ, Sâmia Feitosa. **Colonização, cultura política e construção democrática na Amazônia'**. 2009. 150 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009.

MOITA LOPES, Luiz. Paulo da. Pesquisa Interpretativista em Linguística Aplicada: a Linguagem como condição e Solução. **D.E.L.T.A.**, [S.l.], v. 10, n. 2, p. 329-338, 1994. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/45412>. Acesso em: 10 abr. 2022.

MOITA LOPES, Luiz. Paulo da. Contemporaneidade e construção de conhecimento na área de estudos linguísticos. **Scripta**, [S.l.], v. 7, n. 14, p. 159-171, 2004. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/12552>. Acesso em: 21 mar. 2019.

MOITA LOPES, Luiz. Paulo da. Uma linguística aplicada mestiça e ideológica: interrogando o campo como Linguista Aplicado. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da (org.). **Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006a. p. 13-44.

MOITA LOPES, Luiz. Paulo da. Linguística aplicada e vida contemporânea: problematização dos construtos que têm orientado a pesquisa. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da (org.). **Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006b. p. 85-107.

MOITA LOPES, Luiz. Paulo da. Da aplicação de Linguística à Linguística Aplicada Indisciplinar. In: PEREIRA, Regina Celi; ROCA, Pilar (org.). **Linguística Aplicada: um caminho com diferentes acessos**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 11-24.

MOITA LOPES, Luiz. Paulo da. Como e por que teorizar o português: recurso comunicativo em sociedades porosas e em tempos híbridos de globalização cultural. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da (org.). **Português do século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013. p. 101-119.

MORENO, Gislaene. Políticas e estratégias de ocupação. In: MORENO, Gislaene; HIGA, Tereza Cristina Souza (org.). **Geografia de Mato Grosso: território, sociedade, ambiente**. Cuiabá: Entreli-nhas, 2005a. cap. 3. p. 34-51.

- MORENO, Gislaene. A colonização no século XX. *In*: MORENO, Gislaene.; HIGA, Tereza Cristina Souza (org.). **Geografia de Mato Grosso: território, sociedade, ambiente**. Cuiabá: Entrelinhas, 2005b. cap. 4, p. 52-71.
- MORENO, Gislaene. A colonização particular. *In*: MORENO, Gislaene. **Terra e Poder em Mato Grosso: política e mecanismos de Burla: 1892-1992**. Cuiabá: Entrelinhas: EdUFMT, 2007. p. 173-185. 310 p.
- MOTTA, Sérgio Henrique A. **A Colonização da Amazônia Mato-Grossense e as cidades da BR-163**. 2015, 158 f. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- NASCIMENTO, Leandro José do. **(Re)ler o impresso Jornal Hoje: o discurso da construção de uma terra de progresso e oportunidade em Sinop-Mato Grosso**. 2018. 254 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade do Estado de Mato Grosso, Sinop, 2018.
- NASCIMENTO, Leandro José do; ZOLIN VESZ, Fernando. Marcha rumo à Amazônia: a relação criador/criatura no discurso de fundação da Gleba Celeste, em Mato Grosso. **Organon**, Porto Alegre, v. 35, n. 70, p. 1-17, jan./jul. 2021.
- NASCIMENTO, Leandro José do; TOMÉ, Cristinne Leus. A construção da imagem do sinopense como um sujeito de progresso nas páginas de “O Sinopeano” número 15, de 1980. *In*: XIV COLÓQUIO NACIONAL DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS E LITERÁRIOS, 2016. **Anais [...]**. Sinop: Unemat, 2016. Disponível em: <http://www.conaell.com.br/fotos_downloads/39.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2022.
- NEVES, Ivânia dos Santos. **A invenção do índio e as narrativas orais Tupi**. 2009. 215 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.
- OLIVEIRA, João Mariano de. **A Esperança vem na frente: contribuição ao estudo da pequena produção em Mato Grosso, o caso de Sinop**. 1983. 144 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1983.
- OLIVEIRA, Wallace de. **A colonização agrícola na Amazônia Matogrossense: o exemplo de Adão José do Rio Claro**. 1998. 140 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, 1998. Paulo: Dominus, 1963. Disponível em: <www.cce.ufsc.br/~nupill/literatura/carta>
- PANOSSO NETO, Alexandre Panosso. **Gleba Celeste: colonização, agricultura e madeiras no norte de Mato Grosso**. 2001. 135 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2001.
- PESSOA, Paulo Cesar Moreira. **A propaganda na política de colonização recente em Brasnorte (1978-1986)**. 2014, 120 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2014.

PHILIPPSEN, Neusa. Inês. **Mídia Impressa e heterogeneidade**: polêmicas da esfera da atividade madeireira no espaço discursivo da Amazônia Legal. 2007. 126 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) – Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem, Universidade Federal de Mato Grosso, 2007.

PIPINO, Enio. Enio Pipino: entrevista. [01 jul. 1982] Entrevistadores: José Carlos Pereira de Freitas, Bacilla Neto. São Paulo, SP, 1982. Gravação digital de áudio (53:13). Entrevista concedida ao Projeto Memória da Amazônia do Museu da Imagem e do SOM.

PITOMBO-OLIVEIRA, Tânia. **Acima do paralelo 13**: uma discursividade em questão. 2001. 99 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

PITOMBO-OLIVEIRA, Tânia *et al.* Discurso e identidade: o papel do jornal O Sinopeano na construção de um imaginário do município de Sinop e da posição sujeito sinopense. In: V SEMINÁRIO DE INFORMÁTICA NA EDUC@ÇÃO, 2013, Sinop. **Anais** [...]. Sinop: Unemat, 2013. Disponível em: < <http://sinop.unemat.br/v-semi-info-edu/anais-do-evento/#comments>>. Acesso em: 19 abr. 2020.

PORTO-GONÇALVES, Carlos. Apresentação. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Colección Sur Sur, 2005, p. 2.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Colección Sur Sur, 2005, p. 107-130.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Almedina, 2009. p. 73-117.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. **Por uma linguística crítica**: linguagem, identidade e a questão ética. São Paulo: Parábola, 2003.

REZENDE, Tadeu Valdir Freitas de. **A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial**: a definição das fronteiras. 2006. 336 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

RIBEIRO, Alexandro Rodrigues. **A colonização promovida por empresas e famílias do Centro-Sul do Brasil na Amazônia mato-grossense**. 2013. 258 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

RIBEIRO, Darcy. **As américas e a civilização**. Processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos. 7. ed. São Paulo: Global Editora, 2021. 565 p.

- ROCHA, Betty Nogueira. **“Em qualquer chão: sempre gaúcho!”** A Multiterritorialidade do migrante “gaúcho” no Mato Grosso. 2006. 161 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- ROHDEN, Josiane Brolo. **A reinvenção da escola: história, memórias e práticas educativas no período colonizatório de Sinop - MT (1983-1979).** 2006. 196 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso Cuiabá, 2012.
- SANTOS, Luiz Erardi F. **Raízes da História de Sinop.** Sinop: Midiograf, 2011.
- SANTOS, Fabrício Lyrio. **Da catequese à civilização: colonização e povos indígenas na Bahia.** Cruz das Almas: Editora UFRB, 2014. 288 p.
- SARRAF, Moisés Taate Alves; NEVES, Ivânia dos Santos. A fundação de Belém e o discurso eurocentrado 400 anos depois. **Animus. Revista Interamericana de Comunicação Midiática**, [S.l.], v. 19, n. 40, p. 105-123, 2020.
- SEVCENKO, Nicolau. O front brasileiro na guerra verde: vegetais, colonialismo e cultura. **Revista USP**, [S.l.], n. 30, p. 108-119, jun./ago./jul. 1996.
- SILVA, Renato Luiz Gomez da. **Muraida: o trunfo da fé na colonização amazônica, a via crucis de uma nação.** 2015. 110 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2015.
- SOARES, Filipe Menezes. **A Amazônia da ditadura: discursos, políticas e personagens na colonização do tempo presente.** 2020. 388 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.
- SOUZA, Edison Antônio de. **Sinop: história, imagens e relatos. Um estudo sobre sua colonização.** Cuiabá: EdUFMT, 2004, 314 p.
- SOUZA, Edison Antônio de. **O poder na fronteira: hegemonia, conflitos e cultura no Norte de Mato Grosso.** 2008. 256 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.
- SOUZA, Edison Antônio de. Sinop: Espaço e Memória. In: DIAS, Marieta Prata Lima; PHI-LIPPSEN, Neusa Inês; PITOMBO-OLIVEIRA, Tânia (org.). **Amazônia: visão caledoscópica.** Recife: Pipa Comunicação, 2015, p. 121-145.
- SOUZA, Daniele dos Santos de; CARDOSO, Márcio Cesar; ZOLIN-VESZ, Fernando. Tristes Trópicos: a metrópole e a periferia na passagem de Lévi-Strauss pela cidade de Cuiabá. **Revista Intercâmbio**, São Paulo, v. XLII, p. 1-14, 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/intercambio/article/view/42802/30786>. Acesso em: 12 mar. 2021.
- STRECK, Danilo Romeu; ADAMS, Telmo. **Pesquisa participativa, emancipação e (des)colonialidade.** Curitiba: CRV, 2014. 152 p.

TAVARES-DOS-SANTOS, José Vicente. **Matuchos**: exclusão e luta - do Sul para a Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1993. 282 p.

TEIXEIRA, Luciana. **A colonização no norte de Mato Grosso**: o exemplo da Gleba Celeste. 2006. 116 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

TOMÉ, Cristinne Leus. **“Eu não sou professor, não”**: a presença do professor na cidade de Cláudia entre 1978 e 1988. 2009. 316 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

TOMÉ, Cristinne Leus; NASCIMENTO, Leandro José do; CAMERA FILHO, Milton Mauad de Carvalho; BRITO, Aureir Alves. A “mãezona” de todos: a prática discursiva sobre dona Nilza de Oliveira Pipino na Gleba Celeste, na década de 1970. *In*: 25º SEMIEDU - EDUCAÇÃO, DIVERSIDADES CULTURAIS, SUJEITOS E SABERES, 2017, Cuiabá. **Anais** [...]. Cuiabá: UFMT, 2017. p. 60-76.

TOMÉ, Cristinne Leus; Korpalski, Margarida. O discurso formador na construção de imaginários da cidade de Terra Nova do Norte – MT e sua relação com o processo migratório do Sul do Brasil em direção à Amazônia Legal. **Revista Eventos Pedagógicos**, v.3, n.1, número especial, p. 118–129, abr./ 2012. Disponível em:<<http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/article/view/607>>. Acesso em: 19 fev. 2019.

VARGAS, Getúlio. **Mensagem ao Congresso Nacional Getúlio Vargas - 1935**. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/mensagem-ao-congresso-nacional/mensagem-ao-congresso-nacional-getulio-vargas-1935.pdf/view>>. Acesso em: 21 jun. 2019.

VIDIGAL, Circe da Fonseca. **Sinop**: a terra prometida, geopolítica da ocupação da Amazônia. 1992. 150 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O universalismo europeu**. São Paulo: Boitempo, 2007.

WARMLING, Keila Rejane. **O Processo de (re)ocupação do norte mato-grossense**: a epepeia na selva e a capital do nortão. 2015. 141 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, 2015.

ZOLIN-VESZ, Fernando. O discurso científico/colonialista norte-americano sobre Xuxa. **RBLA**, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 245-257, 2013.

ZOLIN-VESZ, Fernando. O conceito de “descolonialidade” e outras reflexões no campo da Linguística Aplicada: entrevista com Fernando Zolin-Vesz. *In*: ZOLIN-VESZ, Fernando et al. **Palimpsesto - Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ**, [S.l.], v. 18, n. 31, p. 2-25, maio 2019. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/palimpsesto/article/view/50560>>. Acesso em: 13 dez. 2022.

ZOLIN-VESZ, Fernando. Apresentação. *In*: ZOLIN-VESZ, Fernando (org.). **Linguagens e Descolonialidades**: práticas languageiras e produção de (des)colonialidades no mundo contemporâneo. Campinas: Pontes Editores, 2017. p. 9-14.